



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

JOSEANE DE LIMA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA
COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA., NA REGIÃO OESTE
DE SANTA CATARINA: 1969 - 1973**

CHAPECÓ

2018

JOSEANE DE LIMA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA
COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA., NA REGIÃO OESTE
DE SANTA CATARINA: 1969 - 1973**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestra em História sob a orientação do Prof. Dr. Marlon Brandt.

CHAPECÓ

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC – Brasil

Caixa Postal 181

CEP: 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Lima, Joseane de

Análise do Processo de Formação e Implantação da
Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., na Região
Oeste de Santa Catarina: 1969 - 1973 / Joseane de Lima.
-- 2018.

128 f.:il.

Orientador: Doutor Marlon Brandt.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
História-PPGH, Chapecó, SC , 2018.

1. Do Contexto Agrário do Oeste à Modernização. 2. O
Cooperativismo Agrícola e as Agroindústrias no Oeste de
Santa Catarina . 3. As Agroindústrias e as Relações com
O Estado . I. Brandt, Marlon, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOSEANE DE LIMA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA
COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA., NA
REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: 1969 – 1973**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS *Campus* Chapecó, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

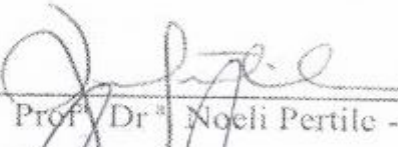
Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em:

21 / 11 / 2019

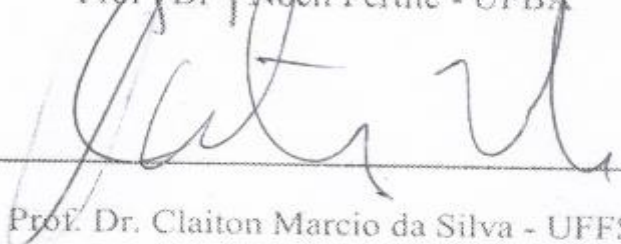
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS



Prof. Dr. Noeli Pertile - UFBA



Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva - UFFS

Chapecó/SC, Novembro de 2018

Dedico esta dissertação a toda minha família,
em especial ao mais novo membro,
meu filho João Arthur Veiga.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma dádiva, e, mais uma vez, quero agradecer a Deus por me proporcionar mais esta conquista.

Nesta caminhada de quase dois anos e meio, vivi momentos únicos, construí amigos, agreguei conhecimentos, me atrasei, de muitas coisas esqueci, e ainda me tornei mãe!

Nada foi por acaso, o que tenho e o que sou hoje, me tornam ainda mais feliz, mesmo que para isso, de muitas outras felicidades me abstive.

Mesmo pequenino, quero agradecer ao meu filho João Arthur, que desde a barriga da mamãe já estava predestinado a ajudar-me nesta dissertação. Agradeço-te por ser tão especial e motivador, mesmo com seus meses de vida.

Em especial quero agradecer ao meu esposo Silvano Veiga, que partilhou e esteve ao meu lado durante todo esse processo, tendo nós, que nos adequamos as muitas novidades que chegaram durante este trajeto acadêmico e familiar. Obrigado amor pela empatia, carinho e cuidado de sempre.

Quero agradecer pela família que tenho, pois não haveria outra melhor, e aos meus pais Jocerli e Margarete, quero dizer que valeu a pena os senhores me ensinarem o caminho correto, pois, mesmo os senhores não tendo a oportunidade de estudo quando jovens, sempre me motivaram a buscar novos horizontes. Aos senhores e ao meu irmão Jefferson, muito obrigada.

Quero agradecer também a minha mãe Margarete e a minha sogra Jandira, pelas refeições prontas quase que diariamente, e pelas tantas vezes que cuidaram do nosso pequeno João Arthur, para que eu pudesse estudar, ou, quando não tínhamos aonde deixá-lo. A vocês muito obrigada e que Deus as retribua, pois agora não sou mais só família Lima, mas Veiga também.

Chegar a etapa de agradecimento de uma dissertação é sentir-se realizada. Pois, foram tantos os caminhos brandos e ao mesmo tempo cheios de espinhos, que as vezes até pensamos em desistir de nossos sonhos, mas quando estamos aqui, agradecendo, é surreal.

Aqui também quero agradecer, a todos os meus amigos e amigas que durante essa jornada me ajudaram direta ou indiretamente, alguns mais, outros nem tanto. Em especial agradeço aos colegas da primeira turma do Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, aos colegas de trabalho do Colégio Marista São Francisco, a direção e a coordenação do Colégio aqui representadas por Márcia, Juliana e Liana, por terem sido

compreensivas e empáticas nesta jornada, não só do mestrado, mas também do ser mãe.

Agradeço também ao Grupo das Mega Tops, que sempre tornaram a minha vida mais colorida, especialmente nas festas realizadas na casa da Mega Top Li, na qual esquecíamos os problemas, os afazeres e naquele momento só éramos nós e a alegria, a elas Daiana, Karina, Liane e Priscylla, muito obrigada pela partilha.

Obrigada também ao Pr. Celso e a Pra. Duciléia por todas as conversas de motivação e orações ao longo deste trajeto de vida.

Muito obrigada ao professor Dr. Ricardo A. Scherma que sempre me motivou a continuar a vida acadêmica desde a graduação em Geografia.

Agradeço aos professores e professoras do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, pelo aprendizado de qualidade de sempre.

Aqui também quero agradecer e de forma muito especial, ao professor e orientador Dr. Marlon Brandt, que teve a paciência e a compreensão durante todas as orientações deste trabalho, ressalto que nunca convivi com alguém que tivesse tanto conhecimento, organização, empatia e que me encaminhasse tanto material para auxiliar-me em minhas pesquisas.

Aos professores Claiton Marcio da Silva (UFFS) e Noeli Pertile (UFBA), agradeço pelas valiosas contribuições apresentadas na banca de qualificação desta pesquisa. Enfim, aos professores que como estes, fazem a diferença, muito obrigada!

Agradeço as meninas do Centro de Memória Alfa/Maxicrédito - CEMAC, em especial a Elisandra Forneck e a Aline M. Lubenow, que sempre muito proativas estiveram atentas aos materiais que me ajudariam nesta pesquisa, a vocês meninas, de coração, obrigada.

Agradeço também ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM, representado pelo colega de mestrado Ademir, que sempre manteve as portas abertas para que as pesquisas fossem desenvolvidas neste ambiente.

Certamente, não constam aqui todas as pessoas que contribuíram na realização desta dissertação, todavia, agradeço a todos que assim contribuíram, com a formação intelectual do meu ser ou ainda com as convivências diárias.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo analisa o processo de formação e implantação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.: Aurora, entre 1969 à 1973 no município de Chapecó, uma vez que houve diversas articulações estratégicas ora por parte dos donos dos meios de produção local, ora por parte dos representantes públicos do Estado, que dificultaram a implantação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., no município de Chapecó, pois, a formação da Cooperativa ocorreu em 1969, no entanto, a sua implantação no município, começou a se efetivar somente a partir de 1972, através da compra do Frigorífico Marafon, também chamado de INCOMASA – Indústria e Comércio Marafon S.A., todavia, as atividades da Cooperativa só se oficializaram em outubro de 1973. Assim, propõem-se analisar e compreender o papel das redes públicas e privadas, que, de certa forma, dificultaram a implantação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., neste espaço histórico-geográfico.

Palavras-Chave: Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.: Aurora - Formação. Implantação. Articulações Estratégicas.

ABSTRACT

The present study analyzes the process of formation and implantation of Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.: Aurora, between 1969 and 1973 in the city of Chapecó, since there were several strategic articulations either by the owners of the local means of production, or by the public representatives of the State, which made it difficult to implement Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., in the city of Chapecó, therefore, the formation of the Cooperative occurred in 1969, however, its implementation in the municipality began to be effective only in 1972, through the purchase of the Marafon Frigorific also called INCOMASA - Indústria e Comércio Marafon SA, however, the activities of the Cooperative were officialized on October 1973. Therefore, it is proposed to analyze and understand the role of public and private networks, in some make the implementation of Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., difficult, in this historical-geographic space.

Keywords: Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. : Aurora - Formation. Implantation. Strategic Articulations.

LISTA DE ABREVEATURAS

ABCOOP: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COOPERATIVAS
ACAR: ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL
ACARESC: ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ACI: ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL
AURORA: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS LTDA
ASCOOP: ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA
BADESC: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
BESC: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
BNDE: BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO
BNDES: BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
BRDE: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
CEMAC: CENTRO DE MEMÓRIA ALFA/MAXICRÉDITO
CEOM: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA
CIBRAZEM: COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO
CNC: CONSELHO NACIONAL DE COOPERATIVISMO
CNI: CONSELHO NACIONAL DA INDÚSTRIA
COOPERCHAPECÓ: COOPERATIVA MISTA AGROPASTORIL DE CHAPECÓ LTDA
DEAC: DIRETORIA DE ECONOMIA E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO
DER: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM
DNER: DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM
DOPR: DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
EFAPI: EXPOSIÇÃO FEIRA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE CHAPECÓ
EMATER: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
EMBRAPA: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
FECOAGRO: FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS
FIESC: FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA
FOM: FLORESTA OMBRÓFILA MISTA
FUNDESC: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA
FUNRURAL: FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL
IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INCOMASA: INDÚSTRIA E COMÉRCIO MARAFON S.A.
INCRA: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
OCB: ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS
OCESC: ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ONU: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PCD: PROJETO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PLAMEG: PLANO DE METAS DO GOVERNO
PND: PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
POE: PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS
PROCAPE: PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO A CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS
PROESTE: PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DO OESTE
RECOOP: PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
SADIA: S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CONCÓRDIA
SAIC: S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ / CHAPECÓ ALIMENTOS
S.A.S: SOCIEDADES ANÔNIMAS
SESCOOP: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO
SET: SERVIÇO DE EXPANSÃO DO TRIGO
SNCR: SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL
SNO: SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE
UBA: UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA
UFBA: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UFFS: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
UNASCO: UNIÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES COOPERATIVAS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: USO DE TRATORES NO BRASIL (1950-1975)	38
QUADRO 2: POPULAÇÃO DE CHAPECÓ EM DÉCADAS	41
QUADRO 3: EMPRESAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL EM SC 1956–1991	98

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DIFERENÇAS ENTRE EMPRESAS COOPERATIVAS E EMPRESAS PRIVADAS	54
TABELA 2: META DAS DESPESAS DE CAPITAIS	91
TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS INVESTIMENTOS DO PLAMEG	92
TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS INVESTIMENTOS DO PLAMEG II	95
TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO PLAMEG I E II	96

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: “NÓS SOMOS TRATORES”	40
IMAGEM 2: COOPERATIVA MISTA AGROPASTORIL DE CHAPECÓ LTDA. COOPERCHAPECÓ	73
IMAGEM 3: FRICOOPER – ANTIGO FRIGORÍFICO MARAFON	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1.0 DO CONTEXTO AGRÁRIO DO OESTE À MODERNIZAÇÃO.....	22
1.1 O OESTE CATARINENSE E A COLONIZAÇÃO.....	22
1.2 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO ESTADO CATARINENSE	33

CAPÍTULO II

2.0 O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA E AS AGROINDÚSTRIAS NO OESTE DE SANTA CATARINA	44
2.1 FORMAÇÃO DO SETOR AGROINDUSTRIAL NO OESTE	44
2.2 O COOPERATIVISMO CATARINENSE.....	53
2.3 CHAPECÓ E O COOPERATIVISMO: A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA.....	68
2.4 DA FORMAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DA COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA. NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ.....	78

CAPÍTULO III

3.0 AS AGROINDÚSTRIAS E AS RELAÇÕES COM O ESTADO	88
3.1 AÇÕES POLÍTICO-EMPRESARIAIS.....	88

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
----------------------------------	------------

ANEXO I: ATA CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA.	119
--	------------

ANEXO II: ATA DE SOLICITAÇÃO DE RECURSOS À CONCLUSÃO DO FRIGORÍFICO.....	121
---	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
--	------------

INTRODUÇÃO

Dentre as empresas que se encontram e se encontraram implantadas no município de Chapecó, a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.: Aurora, é para esta dissertação o principal objeto de estudo, pois, o município que contém aproximadamente 213 mil habitantes¹, localizado em uma região essencialmente agropecuária no oeste do estado de Santa Catarina, vive na extrema dinâmica imposta cotidianamente pelas agroindústrias, já que estas, são os principais pilares econômicos do município chapecoense, e que por sua vez, se estabelecem de forma hegemônica, determinando a estrutura rural e urbana do município, a fim de atender as próprias demandas agroindustriais (MENDONÇA, 2011).

No entanto, isso nem sempre foi assim, o município passou por diversas transformações até chegar às características atuais, pois, ao longo de sua trajetória, o setor agroindustrial de Chapecó, foi gradativamente proporcionando ao mesmo, um desenvolvimento agroindustrial que por ora garantiram a Chapecó, uma importância econômica como pólo regional da agroindustrialização (ALBA, 2001).

A Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., também chamada de Cooperativa Central (Coopercentral), Fricoper, ou Cooperativa Aurora, segundo o Relatório de Sustentabilidade da Aurora 2012, “No ano Internacional das Cooperativas, a Aurora Alimentos cresce e consolida sua presença como Cooperativa Globalizada”, afirmando que, “Agora somos Cooperativa Central Aurora Alimentos Ltda.”, que de forma, “estrategicamente planejada”, usa o território corporativamente, “visando ser referência como cooperativa fornecedora de alimentos”, ou seja, já não é a mais a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., e sim a Cooperativa Central Aurora Alimentos Ltda., Cooperativa que já não tem mais tantas diferenças quando comparada com as agroindústrias S.A., a qual tenta se posicionar como um oligopólio no espaço usado, e que através do discurso de valorização do trabalhador urbano-rural, visa aumentar suas estratégias de subordinação, tanto em relação aos trabalhadores, quanto as demais cooperativas associadas à Cooperativa Aurora (LIMA, 2015).

Neste contexto, a Cooperativa Aurora, é uma das empresas formadas neste contexto de desenvolvimento agroindustrial na região oeste de Santa Catarina, e para tanto, será desenvolvido nesta dissertação, uma análise sobre o processo de sua formação e implantação no município de Chapecó entre os anos de 1969 a 1973, frente as articulações estratégicas

¹ População estimada em 2017 IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>>. Acessado em: 18 abr. 2018.

desenvolvidas pela Cooperativa Aurora, pelos donos dos meios de produção do município e região, e pelas ações estatais, levando em consideração as principais intencionalidades político-empresariais. Isso porque, a Cooperativa Aurora teve sua formação oficial no dia 15 de abril de 1969, através da Ata nº 1, disposta no Anexo I desta dissertação, na qual consta, os integrantes de sua constituição formativa, bem como o intuito de sua formação, mas que, no entanto, foi implantada/inaugurada no município chapecoense somente em 1973.

O recorte temporal desta dissertação baseia-se entre os anos de 1969 à 1973, abordando temáticas referentes a Cooperativa em relações as práticas político-empresariais ocorridas neste período. As relações político-empresariais se encaixam nesta pesquisa, à medida que, os representantes do poder público e os donos dos meios de produção, articulavam-se ao desenvolvimento econômico do município e da região, onde tanto os representantes públicos, quanto os donos dos meios de produção, representavam na época uma pequena parcela da sociedade, a qual detinha o poder de controlar tudo e todos, definindo através de sua respectiva importância econômica, social e política, o poder de influência sobre a sociedade, sobre o município e sobre a região oeste de Santa Catarina.

Neste sentido, mesmo sabendo que o mandonismo local e o coronelismo já haviam perdido suas forças ainda na década 1930, o município chapecoense em 1950 revivencia estas temáticas, através do linchamento e da queima da igreja matriz. Sendo assim, as manifestações do poder público estatal e local baseadas no mandonismo local e nos princípios do sistema coronelista/patrimonialista (HASS, 2007), indicavam que a saída desta situação de “incivilidade” juntamente com a decadência das atividades econômicas madeireiras, seria a ascensão de novos grupos políticos, atrelados a construção de agroindústrias, as quais passariam a ser as principais protagonistas do fazer esquecer o linchamento e de retomar o conceito de progresso no município.

Com a redução das madeireiras, a agroindústria foi a nova alternativa econômica, encontrando na agricultura familiar já existente, um campo fértil para se desenvolver. Utilizando-se da integração com o pequeno produtor, encontrou nele garantia para o fornecimento de matéria-prima para o processamento industrial. (BAVARESCO, 2005, p. 204-5).

Mesmo assim, nas décadas de 1960 e 70, ainda restavam alguns resquícios do mandonismo local e do coronelismo, mesmo que indiretamente, isso porque, durante o processo de implantação da Cooperativa Aurora, ainda havia em Chapecó uma certa e seleta elite que usava de sua posição social, econômica e política para controlar algumas situações

que envolviam o município chapecoense.

Os principais pontos historiográficos desta pesquisa vão desde a iniciativa da formação da Cooperativa Aurora, até a implantação da mesma no antigo Frigorífico Marafon, ou ainda, até o início das atividades no processamento de carnes pela mesma. Logo, tornou-se necessário abordar durante a dissertação, temáticas como colonização, modernização agrícola, cooperativismo e ações político-empresariais, que no desfecho desta dissertação podem se encontrar em desacordo ao recorte temporal proposto, no entanto, tornam-se necessários para compreendermos o contexto histórico temporal, bem como, para chegarmos ao resultado desta pesquisa.

As empresas que até então atuavam em Chapecó, sob o domínio das elites econômicas, sociais e políticas eram diferentes da Cooperativa Aurora, justamente por estas serem empresas privadas enquanto a Aurora uma cooperativa. Assim, estrategicamente planejada, a Cooperativa Aurora se forma em 1969, e neste contexto “torna-se nítido que o nome “cooperativa” não foi escolhido à toa, para designar essa organização cujo fim é tão meritório, pelo menos aparentemente” (ALBUQUERQUE & PIMENTEL, 2004), já que os discursos trazidos por elas, pelas cooperativas, às vezes ficam só descritos no papel e nos discursos orais, não sendo de fato, colocados em prática, mas, que neste momento se apresentou como uma alternativa diferente das empresas privadas dominantes existentes até o momento.

A Cooperativa Aurora, localizada na região oeste de Santa Catarina, encontra-se embasada no conceito de cooperativismo trazido por Gilvando Sá Leitão Rios (1987), onde o “cooperativismo é uma dessas palavras mágicas, que servem para tudo, como uma chave-mestra que abre todas as portas, remédio para todos os males, solução para múltiplos problemas”, e que neste caso, podemos traduzi-lo, através da impregnação discursiva do cooperativismo na mentalidade dos pequenos, e talvez, médios produtores rurais, que na época se viam nas mãos do Frigorífico Chapecó ou dos atravessadores, desse modo, a Cooperativa Aurora seria dentre as alternativas, a menos pior.

Após vários desfechos, discursos e atuações político-empresariais, a Cooperativa Aurora, que seria à partir de sua criação em 1969, uma cooperativa industrial, que centralizaria as matérias-primas oriundas das áreas rurais e das demais cooperativas associadas, para processá-las, adquire o Frigorífico Marafon em 1972 e inicia suas atividades em 1973.

No entanto, a Cooperativa Aurora foi selecionada como objeto de pesquisa, por sua

trajetória no espaço tempo e por sua relevância atual na economia do município. Segundo a Revista Exame de 2017, a Cooperativa Aurora encontra-se na 68ª posição entre as 500 maiores empresas do Brasil, responsável pela fatura líquida anual nacional de R\$ 7961,8 milhões, fazendo-se assim, necessário compreender seu processo de formação e implantação, a fim de contribuir com a historiografia regional, por meio da produção de reflexões sobre as relações entre o empresariado chapecoense e o poder público em suas mais distintas esferas, já que atualmente o município e a população de modo geral, respaldam a Cooperativa como uma das mais importantes agroindústrias do ramo cárneo.

Todavia, desde sempre, as relações político-empresariais, dispuseram-se de intencionalidades para barganhar incentivos e investimentos, principalmente através de estratégias discursivas da terra “esquecida” Lohn (1997), “abandonada” Petrolí (2011) e “atrasada” Poli (1995), a fim de garantir as necessidades primárias dos donos dos meios de produção, e posteriormente, o desenvolvimento agroindustrial para “agradar” a elite local e ao Estado, em prol da supremacia do discurso de vocação agrícola e progressista.

Assim, o Capítulo I refere-se brevemente ao contexto histórico do oeste catarinense que antecede os anos de 1960, sobrevivendo a partir da visita de Adolfo Konder a região oeste de Santa Catarina (1929)² e ao período do Estado Novo liderado por Getúlio Vargas (1937-1945), pois, foi neste intervalo de tempo (1930-1945), que ficou por prometido os investimentos estatais na “nova região”, com o intuito de promover a ocupação territorial dos “vazios demográficos”, apoiada com uma significativa presença e representatividade do Estado.

Logo, as intervenções acabaram não sendo por meio do Estado diretamente, mais sim por seus “representantes”, os colonizadores, que receberam as terras devolutas para “desbravá-las³”, e assim, despertar a vocação agrícola dos que ali viviam e vieram, superando hábitos e comportamentos subjugados aos posseiros como arcaicos, em relação as técnicas agrícolas dos (i) migrantes, desejando assim, tanto o Estado quanto seus representantes, civilizar o sertão oestino, ou seja, civilizar as áreas do interior catarinense por ambos, Estado e colonizadores, consideradas vazias, o que de fato não era. A:

Região Oeste de Santa Catarina era considerada praticamente “despovoada”, pois os indígenas e caboclos, por possuírem modos de vida diferente, não

² O segundo governador a visitar a região foi Irineu Bornhausen (1951), e posteriormente Ivo Silveira (1967).

³ Retirar o que é bravo: a mata, os índios, os caboclos, os posseiros, a vegetação. Carlos Walter Gonçalves (2002;2016).

produziam excedentes para comercialização, e não possuíam títulos de propriedade, logo eram desconsiderados pelas autoridades. (PAIM, 2006, p. 125).

Posteriormente, o discurso das áreas vazias, abandonadas, foi um dos principais argumentos de cunho político tanto estadual quanto local, que serviu de estratégia para atrair maiores investimentos à região chapecoense e ao estado, como forma e fonte de recuperação do tempo perdido, “atrasado” (PETROLI, 2011). Pois:

A região de estudo passou a ser denominada Oeste Catarinense a partir do Estado Novo. Anteriormente nos mapas constava zona desconhecida, zona despovoada. Ora era o sertão nacional, contrapondo-se aos Campos de Palmas⁴, ora era sinônimo de área inóspita e limítrofe. (RENK, 2004, p.2).

Sendo assim, após diversas articulações de interesses entre lideranças locais e estaduais, e principalmente a partir dos anos 60, as relações entre o oeste catarinense, a agricultura, a modernização agrícola, as indústrias e o Estado foram se estreitando, fazendo emergir nas áreas mais remotas, pequenas cooperativas agropecuárias de armazenamento, que posteriormente deram vez às cooperativas e às indústrias voltadas principalmente aos ramos agroindustriais (PERTILE, 2008), contextos descritos nos Capítulos II e III desta dissertação.

No Capítulo II, ressalta-se que as cooperativas agroindustriais tiveram inicialmente uma certa dificuldade de implantação no estado de Santa Catarina, uma vez que, havia pouca e baixa disponibilidade de financiamentos às mesmas, especialmente durante a década de 60, pois, os investimentos encaminhados a esta finalidade no Plano de Metas do Governo - PLAMEG I (1961-1965) e II (1966-1970), disponibilizava 2,32% e 4,89% do total dos valores dos investimentos governamentais para cada Plano, respectivamente (SCHMITZ, 1982). Por outro lado, algumas cooperativas foram fomentadas, neste período, porém, estas, não conseguiram se manter e acabaram entrando em colapso, como o caso da Cooperativa Triticola Oeste Catarinense Ltda., que será abordado no decorrer do Capítulo II.

Neste contexto, o Capítulo III, visa relacionar o oeste catarinense com o município de Chapecó, com a Cooperativa Aurora e com as cooperativas associadas distribuídas no espaço geográfico brasileiro nas perspectivas do sistema rural, agrário e cooperativista faz toda a diferença, principalmente quando associamos esse pensamento com as intervenções do Estado

⁴ A região oeste de Santa Catarina e a região Sudoeste do Paraná, por muito tempo chamado de Campo de Palmas, por volta de 1880, passou a despertar interesses capitalistas e políticos dos governos argentino e brasileiro (VIEBRANTZ, 2008, p. 131).

e dos donos dos meios de produção, a fim de compreender e justificar o papel das redes organizadas, das políticas públicas e privadas que dificultaram a implantação da atual Cooperativa Aurora Alimentos⁵ no município de Chapecó.

Logo, para desenvolver esta pesquisa, utilizei-me do método qualitativo, o qual não busca enumerar nem medir eventos, mais sim, segundo Neves (1996, p.01):

Compreender um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, ente contexto e ação.

Assim, o presente estudo tem como instrumento de pesquisa o estudo de caso, o qual prevê a investigação de casos específicos, contextualizados em um determinado tempo e lugar, com foco na multiplicidade instrumental das articulações político-empresariais que envolvem o objeto da pesquisa (VENTURA, 2007, p. 383-384).

Entretanto, tornou-se necessário um estudo bibliográfico relacionado aos objetivos desta pesquisa, além de serem feitas análises de relatórios empresariais da Cooperativa Aurora, das atas da Cooperativa e entrevistas⁶ de pessoas relacionadas com a mesma, possibilitando, evidenciar as principais dificuldades e sucintamente os incentivos à implantação da Cooperativa Aurora no município chapecoense.

Este estudo de caso, envolve também uma análise através da micro-história que por Revel (2010, p.438), “não ambiciona dar conta do mundo sócio-histórico”, e sim “compreender seus funcionamentos mediante a identificação e integração do maior número possível de variáveis”, onde a escala de representação, não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação

⁵ Segundo o Relatório de Sustentabilidade da Aurora 2012, “No ano Internacional das Cooperativas, a Aurora Alimentos cresce e consolida sua presença como COOPERATIVA GLOBALIZADA”, afirmando que, “Agora somos COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS LTDA.”, que de forma “estrategicamente planejada”, usa o território corporativamente, “visando ser referência como cooperativa fornecedora de alimentos”, ou seja, já não é a mais a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., e sim a Cooperativa Central Aurora Alimentos Ltda., Cooperativa que já não tem mais tantas diferenças quando comparada com as agroindústrias S.A., a qual tenta se posicionar como um oligopólio no espaço usado, e que através do discurso de valorização do trabalhador urbano-rural, visa aumentar suas estratégias de subordinação, tanto em relação aos trabalhadores, quanto as demais cooperativas associadas à Cooperativa Aurora (LIMA, 2015).

⁶ Entrevistas de Eloí Frazzon, Setembrino Zanchetti, Mario Lanznaster, Glauco Olinger, O. J. C., entre outras, disponibilizadas por Elisandra Forneck responsável pelo acervo do CEMAC; BODANESE, Aury Luiz. Grandes entrevistas. Jornal de Santa Catarina, 28 de abril de 1997. A Notícia Especial: 75 anos a serviço de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/grande/bodanese/0gra1.htm>>. Acessado em: 12 jan. 2017.

mediante a escolha do que é representável e necessário de compreensão. Portanto, a micro-história ou microescala utilizada, reduz de certa forma a escala de observação do objeto de pesquisa em específico, a fim de representar as novas realidades, através de uma delimitação espaço-temporal clara, com a intenção de observar realidades não perceptíveis ou não retratadas na História Geral.

Somado a estas metodologias, houve momentos de pesquisa e consulta na Fundação Aury Luiz Bodanese que atualmente realiza um grande esforço para organizar seu acervo memorial referente ao processo histórico da Cooperativa Aurora, no Acervo da Prefeitura Municipal de Chapecó, no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM e no Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito – CEMAC, que também foram de suma importância na contribuição de informações pertinentes para que fosse possível compreender melhor os processos descritos sobre os objetivos desta pesquisa. Entretanto, houve uma ampla dificuldade em encontrar materiais que abordassem a história do Frigorífico Marafon e o direcionamento específico das verbas do Plano de Metas do Governo I e II (PLAMEG).

Mesmo assim, cabe dizer que é a renovação dos métodos históricos, através da história regional, que vão caracterizando a pesquisa com especificidades que complementam os grandes processos históricos.

Neste contexto, o Capítulo II também visa compreender qual é a base discursiva do cooperativismo através dos Princípios de Rochdale, e da expansão do sistema cooperativista e agroindustrial no estado de Santa Catarina, o qual encontrou-se entre as décadas de 1960 e 1970 marcado pelo período da modernização agrícola e ao surgimento da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – Acaresc, como elementos fomentadores e assistencialistas nos desdobramentos das agroindustriais do estado catarinense, no entanto, em alguns momentos ao longo do processo histórico, descrito nesta pesquisa, as práticas dos representantes da Acaresc acabaram por se contradizer em relação ao seu intuito formativo.

Todavia, entre os Capítulos II e III, serão abordadas questões sobre as agroindústrias, em especial as diferenças teóricas entre cooperativas e empresas privadas, levantando no decorrer dos capítulos, as possíveis relações de poder mediante a posição social, econômica ou política no favorecimento de benesses a algumas agroindústrias do município, contrapondo-o com o processo de formação e implantação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. no município de Chapecó.

Logo, especificamente no Capítulo III, a proposta é analisar as ações estatais e dos

representantes do capital local, enquanto fatores que dificultaram a implantação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. no município de Chapecó, a fim de esclarecer o porquê a Cooperativa demorou 4 anos para iniciar suas atividades industriais no ramo cárneo, bem como, as relações político-empresariais que ocorreram neste intervalo de tempo, sendo que a mesma foi formada em 1969, já planejando a compra de um frigorífico no seu Plano de Ações no mesmo ano, o Frigorífico Marafon, o qual estava pronto, funcionando, mas em condições de falência, e mesmo assim, demorou 4 anos para que a compra deste se efetivasse pela Cooperativa Aurora, fato que por esta pesquisa será compreendido.

Assim, cabe-nos esclarecer no decorrer desta pesquisa como ocorreu o processo de formação e implantação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. no município de Chapecó entre 1969 à 1973, percebendo o papel do agronegócio, do desenvolvimento econômico regional vinculado a atual Cooperativa Central Aurora Alimentos Ltda. no Oeste de Santa Catarina e no município de Chapecó, local que de antemão era o “sertão, a área abandonada”, e hoje se intitula como a capital agroindustrial do oeste (PETROLI, 2011).

CAPÍTULO I

1.0 DO CONTEXTO AGRÁRIO DO OESTE À MODERNIZAÇÃO

Após a chegada dos (i) migrantes⁷ vindo principalmente do Rio Grande do Sul para o oeste catarinense entre as décadas de 1930 e 40, Chapecó e região passaram por várias transformações. Transformações estas que envolveram a colonização e a presença do Estado de forma mais significativa nestas localidades. Logo, este capítulo visa abordar o processo de formação histórica do oeste catarinense, enquanto sua composição étnica de colonização enfatizando as principais características físicas do espaço geográfico do oeste de Santa Catarina somada a uma análise do desenvolvimento econômico da agricultura de subsistência à acumulação de excedentes, que posteriormente deram origem aos frigoríficos agroindustriais.

1.1 O OESTE CATARINENSE E A COLONIZAÇÃO

A composição étnica dos núcleos populacionais do oeste é compreendida primeiramente pela presença dos povos nativos, dos caboclos e dos (i) migrantes sucessivamente. Como a ocupação territorial do Brasil de modo geral iniciou-se nas bordas litorâneas, com o estado de Santa Catarina não foi diferente. No entanto, com amplos povoados no litoral do país, as fronteiras do oeste brasileiro encontravam-se para o Estado como um “vazio demográfico”⁸.

Assim, a região oeste de Santa Catarina, também era considerada uma área limítrofe porque suas fronteiras foram:

De fato, uma área de muitas disputas. Inicialmente, entre Portugal e Espanha; posteriormente entre Brasil e Argentina, e em um terceiro momento, entre Paraná e Santa Catarina, o que originou, inclusive, a Guerra do Contestado (1912-1916); Onde só em 1917 se definiu o território do estado catarinense oficialmente (PAIM, 2006, p. 125).

⁷ (O termo (i) migrante nesta dissertação refere-se ao mesmo tempo aos imigrantes vindos da Europa ou seus descendentes que vieram do Rio Grande do Sul, estes (i) migrantes em especial são os italianos, alemães e poloneses, que posteriormente vieram para o oeste de Santa Catarina e região. Estes, também foram chamados de colonos, os quais segundo Pertile (2008), vieram atrás de melhores condições de vida e de trabalho, a fim de lavar/explorar as terras mais férteis e baratas do que as colônias velhas e caras do Rio Grande do Sul).

⁸ Nos então chamados vazios demográficos, encontravam-se ali nativos e caboclos que viviam sob regime de posses, através do uso comum da terra.

A fim de garantir a demarcação da fronteira entre Brasil e Argentina, em 1880 foi implantada em Chapecó uma colônia militar através do Decreto Imperial de 1859, proposta pelo então capitão José B. Borman, na época, futuro Marechal do Exército Brasileiro. A colônia militar se localizava no rio que margeia Xanxerê, ou seja, apesar do nome ser colônia militar de Chapecó, a colônia militar se localizava em Xanxerê. A mesma, surgiu em face a disputa fronteira da região oeste de Santa Catarina – Brasil com a República Argentina, com o intuito de garantir o território, fornecer a segurança e o desenvolvimento das atividades pastoris na região (PIAZZA, 1997).

Além do posto de soberania nacional, a colônia militar serviu segundo Piazza (1997), indiretamente para povoar e “civilizar” aquela área, já que as famílias que ali passaram a se encontrar ganharam o direito a posse e os materiais para construir suas casas.

Segundo o Jornal de Chapecó 98 anos, na reportagem de Sergio Hack – Arte e Cultura página 33, essa disputa só foi resolvida através de um processo de arbitragem internacional, decretado a favor do Brasil em 1895 pelo então presidente norte americano Grover Cleveland, onde a partir desta decisão, as políticas de ocupação do território brasileiro passaram a ser necessárias, para manter o território sobre o domínio do país, mesmo inicialmente não evitando novas disputas territoriais.

Pois, mesmo após a implantação da Colônia Militar em Chapecó, o território oeste de Santa Catarina entrou em disputa com o estado paranaense, através da Guerra do Contestado, que durou de 1912 a 1916, a qual “envolveu a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande” e a atuação significativa das empresas através da “exploração da madeira ou pela comercialização das terras” (VALENTINI, RADIN, 2010).

Posteriormente ao início da colonização na região pelas companhias colonizadoras, o presidente brasileiro Getúlio Vargas decreta a lei 5.812 de 13 de setembro de 1943 determinando a criação de 5 territórios brasileiros, entre eles o território do Amapá, o território do Rio Branco, o território de Guaporé, o território de Ponta Porã e o território do Iguazu. Este último, era uma faixa de terras que perpassava os atuais estados do Paraná e Santa Catarina, e deste novo território, a capital seria Foz do Iguazu (PIAZZA, 1997).

Cabe dizer, que tanto a criação temporária do Território do Iguazu, quanto à implantação das Colônias Militares nesta região, além das demais disputas, foram, dentre tantos aspectos, de suma importância para a implementação de políticas públicas voltadas à colonização, ou seja, à ocupação da região com maior eficiência, pois, as que até então existiam, não estavam surtindo os efeitos desejados pelo Estado.

Logo, o território do Iguaçu era uma zona de fronteira que necessitava da intensa prática política de povoamento, ou seja, de colonização. Este território também ocupava as áreas do município de Chapecó em Santa Catarina, pois era o mais povoado dos territórios na época, enquanto no Paraná os municípios eram Foz do Iguaçu, Clevelândia, parte dos municípios de Palma e Guarapuava. Porém, tanto o território de Ponta Porã quanto o território do Iguaçu foram despolitizados, ou seja, perderam seus caracteres oficiais e políticos em 18 de setembro de 1946 a pedido dos representantes estatais do Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina ao presidente da época que acatou ao pedido. Neste contexto segundo Piazza (1997), o governo amenizou a situação descentralizado à Chapecó, ou seja, ao oeste de Santa Catarina a Secretaria dos Negócios do Oeste – SNO⁹ em 1963, a qual seria uma continuidade do poder do Estado na região, comandada na época por Serafin Ennos Bertaso, até então, proprietário de grandes concessões de terras a serem tituladas posteriormente pela Empresa Bertaso.

Segundo Vicenzi (2014, p. 305) “a fundação da Empresa Bertaso pode ser apresentada como o desdobramento e a materialização oportunista pelos colonizadores das expectativas e dos interesses do governo e das elites do Estado catarinense, no relativo à política de colonização”, já que “ao Estado interessava garantir a posse e o domínio da região” a fim de povoar esta região com “núcleos populacionais agrícolas”, legitimando assim “seu poder sobre o território”. No entanto, o intuito principal da SNO, da Empresa Bertaso e do Estado, seria impedir que estas terras fossem “alvo de reivindicações” como as apresentadas anteriormente.

No entanto segundo Petrolí (2011), para atrair investimentos para o oeste catarinense, os (i) migrantes, deveriam ter a coragem de entrar no sertão e conquistá-lo, para que posteriormente, se aglutinassem, colonizadoras, donos dos meios de produção/elite e organizações políticas em prol da transformação do então, recente oeste.

Este recente oeste, deveria ser uma região rentavelmente produtiva, com novos comportamentos diante da natureza e com uma leva de (i) migrantes que preenchessem as áreas vazias da região, onde as colonizadoras eram as responsáveis em retirar das terras as madeiras e promover a colonização destas, aspirando os lucros que delas advinham, assim, os donos dos meios de produção/elite deveriam proporcionar os parâmetros para o

⁹ A título de contextualização no ano de 1969 Plínio A. de Nês, então SNO, diz ao então Governador Ivo Silveira que “Enquanto a região for prestigiada e assistida, pelos poderes públicos como vem acontecendo até aqui, ideias desse gênero não serão disseminadas pelo Oeste que se preocupa apenas em produzir e prosperar com SC”, recebendo no ato dois milhões de cruzeiros novos à serem investidos e direcionados por ele na região, isso segundo o Jornal Folha D’Oeste Ano VI número 219, de 18 de outubro de 1969.

desenvolvimento econômico e a manutenção do domínio do poder local, enquanto o Estado e as organizações políticas não intervinham diretamente.

Neste caso, a região oeste de Santa Catarina, foi considerada como uma área de perigo, de medo e de incertezas, discurso impregnado nesta região e usado com muita força desde o século XX, no entanto, sempre se contrapondo com o discurso dos colonizadores progressistas que para estas áreas queriam atrair os investimentos do Estado.

Neste cenário, para manter o território em disputa anexado ao Brasil, era extremamente necessário “povoá-lo”, fator que impulsionou ações do Estado como a “Marcha Arrojada e Corajosa” para oeste¹⁰, sendo que o discurso de colonização antecedia a viagem feita pelo então governador Adolfo Konder (1929) a região oeste de Santa Catarina, mas que, no entanto, a mesma, faz este discurso ganhar maior visibilidade no cenário político, pois:

Eram regiões que não se integravam completamente ao território brasileiro, situadas em terras contestadas, em meio às querelas sobre as questões de limites nacionais, entre Brasil e Argentina, e estaduais, entre Santa Catarina e Paraná. Para garantir a posse e a integração definitiva, o governo do estado de Santa Catarina implementava uma política de povoamento ou (re) povoamento, que se arrastava desde os fins do século XIX, com imigrantes de origem italiana e alemã, procedentes do Rio Grande do Sul. Afinal, a população descendente de índios, africanos e portugueses vivia do extrativismo e da agricultura de subsistência, contrastando com o ideal do Brasil de Vocação Agrícola. Sobre as razões oficiais, da viagem do Governador Adolfo Konder, em 1929, afirmava-se que o objetivo era inteirar-se das necessidades da região, para integrá-la definitivamente “a comunidade catarinense, demonstrando aos vizinhos do Rio Grande do Sul, do Paraná e da Argentina a intenção do Estado de Santa Catarina de exercer a soberania sobre as terras do Oeste¹¹. (FLORES; SERPA, 1999).

Então, cabe dizer que o início da colonização nesta região, passou a se desenvolver através das ações estatais e das companhias colonizadoras, na maioria das vezes o Estado concedia concessões de terras às colonizadoras, em outros casos, elas compravam algumas áreas de terras dos posseiros ou acabavam expropriando-os, em especial os indígenas, os descendentes de africanos e os caboclos, de suas posses. Isso quer dizer que:

Foi uma verdadeira “Marcha para o Oeste”, uma tomada de posse de um

¹⁰ Viagem feita pelo então governador Adolfo Konder (1929), intitulada “marcha corajosa e arrojada” – pelas áreas de fronteira, a oeste do estado catarinense, beirando as divisas do Rio Grande do Sul e atingindo os limites com a Argentina, isso tudo afim de preencher este vazio demográfico e despertar na região a vocação agrícola, economia idealizada pelo estado brasileiro (FLORES; SERPA, 1999).

¹¹ Citado também por ANTHANÁZIO, E. Prefácio à edição de Aos Espanhóis Confinantes, de 1992 (1ª Ed. 1929).

espaço desconhecido do poder público, que pelo seu significado deixou marcas profundas nos sentimentos e na imaginação popular. A comitiva era grande e diversificada, pois incluía, além da figura do Presidente do Estado, historiadores, chefe de polícia, agrimensores, consultor jurídico e deputados, entre outros. Na viagem foram usados todos os meios de transportes disponíveis, como automóvel, lanchas, trem e mula de carga. Além de conhecer o território, impor a ordem e a disciplina no Oeste, transformando a “terra da barbárie” em “terra do trabalho”. (CORAZZA, 2016, p. 12).

Sendo o oeste, uma área comum, que até então não era percorrida pelo poder público, e com pouca presença estatal, muitas vezes era considerado como uma região vazia e para tanto desconhecida, principalmente para o Estado. No entanto, a região passou a ter mais “representatividade” a partir de 1929, através da vinda do então governador Adolfo Konder a essas terras. Assim, a melhor estratégia de exercer soberania sobre essas terras seria ocupá-las, impondo sobre os que ali viviam e foram desconsiderados e estereotipados, a ordem e a disciplina, segundo o Estado, as colonizadoras e a leva de (i) migrantes. Por ora, o Estado, as colonizadoras e os (i) migrantes seriam considerados o exemplo de trabalho e ordem, diferentemente da imagem atribuída as populações tradicionais da região. O próprio Estado enalteceu tais parâmetros de superioridade dos (i) migrantes *versus* os habitantes pobres do meio rural¹², e estes, deveriam se adequar às novas exigências.

Na tentativa de uma vida melhor, os (i) migrantes, aproveitaram as condições propostas pelo Estado brasileiro através das concessões de posses, fator que foi lentamente condicionando os indígenas, os descendentes de africanos e os caboclos para lugares cada vez mais remotos (FLORES; SERPA, 1999), pois:

As concessões de terras, no entanto, foram feitas sem levar em conta os direitos¹³ dos posseiros. O Estado não se preocupava com eles, pois sua produção era insignificante e não contribuía com impostos. De antigos

¹² Emprego a palavra caboclo no mesmo sentido usado pelos habitantes do planalto catarinense, ou seja, é caboclo o habitante pobre do meio rural. Embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era apontado como sendo o mestiço ou o homem de origem indígena e/ou africana. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens e mulheres pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e, no planalto catarinense, são devotos de São João Maria. Desta forma há brancos caboclos, inclusive descendentes de alemães e de poloneses acaboclos. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Ed UNICAMP, 2004 *apud* MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300573491_ARQUIVO_PoliticadeterrasSC.pdf>. Acessado em: 02 mai. 2018.

¹³ Não legislados.

ocupantes da região passaram a intrusos, já que não se encaixavam com o novo sistema que se instalava. Por muitas vezes também fez-se o uso da violência para resolver questões de terras, uma vez que a região foi disputada por indígenas, caboclos e brancos (HASS, 2001, p. 63).

Sendo para o Estado, que as populações tradicionais tinham um modo de vida por ele, considerado “insignificante”, as disputas pelas terras não foram pacíficas, mas, mesmo assim, os processos de colonização do oeste catarinense continuaram a todo vapor, proporcionando o deslocamento dos (i) migrantes oriundos das colônias velhas¹⁴ do Rio Grande do Sul, através do projeto colonizador, efetuado entre as companhias colonizadoras e o Estado:

A estratégia do governo catarinense para promover a colonização foi a concessão de grandes áreas a empresas colonizadoras que se encarregaram da retirada de madeira e subdivisão da área em pequenos lotes a serem vendidos para os descendentes de imigrantes, vindos do Rio Grande do Sul, e também pela limpeza da área, que consistia na retirada dos caboclos intrusos que habitavam a região. (POLI, 2001, p. 27).

Os (i) migrantes então, vieram para o oeste de Santa Catarina atrás de terras férteis e com preços mais acessíveis, já que as terras das velhas colônias do Rio Grande do Sul encontravam-se desgastadas e mais caras. Neste contexto, a vida dos colonos movida inicialmente pelo isolamento comercial, os fizeram desenvolver *a priori* uma agricultura de subsistência, baseando-se nas plantações de feijão, trigo, mandioca, milho, na extração de erva-mate, madeira, e na criação de porcos, tanto o alçado, quanto o porco banha, gado leiteiro e galinhas (PERTILE, 2008).

Desconsiderados os “intrusos”, que na verdade eram os reais donos das terras, ou ainda os que ocupavam-na por costume, as estratégias do governo brasileiro não cessaram, e sim se encontravam totalmente voltadas a promover a colonização, através de grandes concessões de terras, as chamadas terras devolutas, concedidas à empresas que estivessem dispostas a retirar a madeira de lei, a erva-mate e a colonizar a região, na garantia de que, o governo assumiria a responsabilidade de efetuar a “limpeza” das terras, que consistia na retirada dos caboclos, dos posseiros, dos que habitavam e comumente usavam a terra nas áreas concedidas.

Para tanto, a efetivação do projeto colonizador no oeste catarinense, e a vida dos

¹⁴ Colônias Velhas: “Denominação das primeiras regiões colonizadas no Estado do Rio Grande do Sul, ainda no século XIX, por imigrantes europeus e seus descendentes (alemães e italianos). Destacam-se as regiões do Vale do Rio Sinos, Rio Taquari, e Rio Cáí. A dimensão de uma colônia destas regiões era de 50 há” (MARCHESAN, 2003, p. 32).

recém-chegados ao extremo oeste, na perspectiva econômica dos (i) migrantes, “não foi das mais fáceis”, pois, o isolamento comercial, e as dificuldades logísticas da região, fizeram da “agricultura e conseqüentemente da pecuária, atividades de quase mera subsistência” (CAMPOS, 1987, p. 105).

Entretanto, cabe lembrar, que foi através das práticas agrícolas de subsistência que se estruturou a organização da agricultura familiar, onde posteriormente os desdobramentos primários dos princípios produtivos cooperativistas e agroindustriais, afinal, há uma grande parte do oeste catarinense que ocupa o espaço rural através do modelo econômico produtivo familiar, desde os tempos mais remotos até os dias de hoje.

No entanto, segundo Radin (2001, p. 14):

No processo de colonização, os ítalo-brasileiros deparam-se com outras etnias, sendo marcante o contato com os caboclos, que já habitavam a região. Neste sentido, ocorreu um confronto de concepções de mundo, sendo que o migrante ítalo, a partir de sua visão eurocêntrica, julgava-se superior aos demais, particularmente pela sua capacidade de trabalho. Esta maneira de ver a si e ao outro faz parte de suas percepções coletivas.

Esta percepção coletiva de mundo e de capacidade de trabalho, certamente foi diferente, principalmente devido a forma com que cada etnia usava e “limpava” a terra. Neste caso, dentre as principais características da paisagem¹⁵ regional do oeste catarinense encontravam-se a baixa ocupação demográfica e um uso da floresta com poucas intervenções. Porém, as percepções coletivas e individuais da colonização, vieram trazendo novas concepções de uso, e posse da terra, o que deu origem a um processo de intervenção humana associada a transformações da paisagem cada vez mais profundas (LIMA, 2015)

Uma das transformações mais relevantes deste contexto histórico e geográfico, foram as imensidões de florestas devastadas para o desenvolvimento econômico madeireiro e também para a formação de pequenas lavouras, ou ainda minifúndios, principalmente voltadas ao trigo, soja e milho. Tais processos, foram responsáveis por diversas rupturas e fragmentações dentro do modo de vida e da paisagem construída pelas populações locais destas regiões (LIMA, 2014; BRANDT, 2011).

Essas populações, tiveram seus modos de vida e trabalho alterados com a chegada dos (i) migrantes, pois, alterou-se as características das “terras de criar” e das “terras de plantar”

¹⁵ O conceito de paisagem utilizado nesta dissertação refere-se a tudo o que nossa visão alcança, além de tudo que sentimos, ouvimos e percebemos. No entanto, quando a análise da paisagem se une a sociedade, teremos o espaço. SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

ainda em 1916, e por volta de 1930, os (i) migrantes, autodenominados “desbravadores”, também aprovaram junto ao governo, a autonomia frente a extração madeireira nos campos e planaltos de Santa Catarina. No entanto, os (i) migrantes retiraram destas terras muitas vegetações, a desenvolver até por volta de 1950 o principal meio econômico do oeste catarinense, algumas destas vegetações, atualmente estão sujeitas à extinção. No entanto, os (i) migrantes tornaram as “terras de criar” espaços de confinamento (aviários, chiqueirões, free stall), enquanto, as “terras de plantar”, que anteriormente serviam de subsistência às populações tradicionais, tornaram-se “grandes lavouras” (RENK, 2006; LIMA, 2015).

Assim, as novas práticas do uso da terra imposta pelos (i) migrantes, foram de fechar os animais que antes viviam soltos, e expandir as plantações que anteriormente eram cercadas com toras e tábuas de madeira, sendo que, a agricultura que inicialmente servia para fins de subsistência, depois tornou-se a base para geração de excedentes, e em seguida, teve o objetivo de atender as demandas agroindustriais a partir da década de 1950 (RENK, 2006; LIMA, 2015).

Em outras palavras, “com a apropriação privada da terra e o adensamento demográfico promovido pela colonização, passaram a ocorrer diversas situações de tensão, promovidas pela incompatibilidade entre as concepções de uso e acesso à terra de colonos e antigos moradores” (BRANDT, 2015, p. 314).

Neste cenário, houve uma imposição hegemônica do modelo sociocultural europeu, pelos seus descendentes chamado de progressista, sobre o modelo sociocultural do caboclo chamado de “atrasado”, onde o caboclo muitas vezes foi, e é, vulgarizado e estereotipado como um “povo sem cultura”, analfabeto, e certamente invisibilizado na história oficial dos territórios, porém, na verdade, porta uma filosofia de vida diferente e contrastante frente a filosofia de vida dos (i) migrantes capitalistas (POLI, 1995, p.88; LIMA, 2014).

Com o tempo, as práticas econômicas foram desenvolvendo em Chapecó quadros urbanos cada vez mais dinâmicos, onde no município, segundo Alba (2002, p.31), passou a haver a presença de artesãos, pedreiros, comerciantes, serrarias etc. Onde o sucinto excedente agrícola, era encaminhado aos comerciantes locais que pagavam os excedentes com mercadorias e produtos de necessidade primária como erva-mate, tecidos, velas, querosene, sal, açúcar, entre outros, característica não só de Chapecó, mas sim de todo o oeste catarinense:

No interior dessas pequenas propriedades os produtores plantam milho, alfafa, trigo, feijão, mandioca, criam porcos, galinhas, e desenvolvem a

colheita da erva-mate e a extração da madeira. Paralelamente, confeccionam suas casas, seus galpões, suas ferramentas de trabalho, entre outras. Trata-se, portanto, da constituição do complexo rural sul brasileiro, predominantemente de pequenos produtores mercantis de origem europeia¹⁶. Constitui-se, nesse caso, a formação de uma economia mercantil simples¹⁷. (ESPÍNDOLA, 2002, p. 28-29).

O desenvolvimento econômico da região sempre esteve atrelado às características físicas da mesma, direta ou indiretamente. Uma das principais características físicas da região, que também propiciou tanto a ocupação, quanto o desenvolvimento econômico regional, foi a vegetação, composta principalmente pela Floresta Ombrófila Mista ou Floresta das Araucárias e pela Floresta Estacional Decidual também chamada Floresta Estacional Caducifolia. Sob esta composição vegetal do domínio Bioma Mata Atlântica, encontram-se as araucárias, as imbuías, os sassafrás, as canelas, os cedros e a erva-mate, plantas predominantemente típicas da região sul do Brasil, especialmente no oeste de Santa Catarina, fator que motivou o setor madeireiro nas áreas do oeste catarinense atuando concomitantemente com o processo de colonização, tanto que:

No Estado de Santa Catarina, antes da chegada intensa dos imigrantes europeus, a cobertura vegetativa da Floresta Ombrófila Mista, abrangia um total de 40.807 quilômetros quadrados, logo, 42,5% da vegetação do Estado. Hoje, estima-se que os remanescentes da Floresta de Araucária, nos estágios primários ou mesmo avançados, não perfazem mais de 7% da área original, o que a coloca entre as tipologias mais ameaçadas do Bioma Mata Atlântica. Nesta relação encontramos a extração vegetal como o produto principal da economia da região. Desde a chegada dos migrantes provenientes do estado vizinho gaúcho, a floresta serviu como objeto de exploração. Estes migrantes vinham com a certeza de encontrar boas terras, muitas vezes já preparadas por empresas colonizadoras para o cultivo, ou seja, já estavam “limpas” tanto no que tange à expulsão de “brasileiros” e índios, como na retirada das melhores toras de madeiras. A abundância de Araucárias e outras madeiras nobres eram vitais ao interesse econômico que incidia sobre essa região

¹⁶ O termo “complexo rural” foi elaborado por Rangel (1990) para denominar o conjunto de atividades a que se dedica o camponês. A agricultura, num país subdesenvolvido, costuma ser simultaneamente: a) uma atividade primária na medida em que supre produtos agrícolas brutos e explora recursos naturais; b) uma atividade secundária, na medida em que elabora, para o autoconsumo ou para o mercado, aqueles produtos primários para construir a casa, o celeiro e c) uma atividade terciária, quando se aplica aos serviços já indicados (Rangel, 1962: 30 *apud* ESPÍNDOLA, 2002, p.28).

¹⁷ No entanto, neste período a precariedade logística e o abandono da região por parte do Estado ainda persistia, fatores que retardaram a implantação da modernização rural e o desenvolvimento de uma economia industrial e agrícola mais competitiva, tanto no campo quanto na cidade durante o século XX. Pois, o que havia na época que favorecia a movimentação de cargas e pessoas eram as picadas, que serviam de estradas, enquanto estas não existiam. “ A produção mercantil é entendida como a organização da economia social em que os produtos são fabricados por produtores individuais e isolados, que se especializam sempre na elaboração de um determinado produto, de tal forma que, para satisfação das necessidades sociais, é essencial “a venda de produtos no mercado” (SOARES, 1992 *apud* ESPÍNDOLA, 2002, p. 29).

durante os anos de 1920-30. (LINDENMEYER, 2009).

Logo, segundo Peluso (1991), a golpe de machado foram todas caindo, os cedros, as canelas, os pinheiros, as imbuías, quando surgiram os (i) migrantes a qual a eles a floresta tudo devia. Neste contexto, de características físicas do espaço geográfico, da colonização e do ciclo econômico madeireiro, é que a paisagem foi se modificando bruscamente, pois, os (i) migrantes fizeram uma “limpa” na vegetação local, ao contrário da tradição cabocla que praticava segundo Renk (1997, p.97) a constituição da “roça”.

Sendo assim, a vegetação regional foi um dos elementos que proporcionou a Chapecó e região uma das principais atividades econômicas, relacionando-se com as amplas áreas de terras devastadas que criaram espaços para as lavouras, para a acumulação de excedentes agrícolas e de capital com a venda das terras “limpas”, o que posteriormente foi convertido à formação de empresas ligadas a agroindustrialização, seguida da exploração da produção e do processamento de carnes, na região, especialmente como o caso da família Fontana da empresa Sadia e da família De Nês da empresa Chapecó Alimentos respectivamente. A segunda encontrando-se diretamente ligada a Colonizadora Bertaso.

No entanto, a produção e o acúmulo de excedentes, fizeram com que as frentes agrícolas ganhassem novas estruturas e maior diversidade, onde os pequenos povoados começaram a se expandir, concomitantemente com a industrialização. Logo, com a chegada dos frigoríficos no município de Chapecó, o mesmo foi gradativamente se desenvolvendo na perspectiva agroindustrial.

Pois neste cenário, Petrolí (2008) vai dizer que os donos dos meios de produção e das casas comerciais do município, eram de fato, as pessoas que tinham uma importância, econômica e social, a qual podemos aqui denominar como elite chapecoense, que foi ao longo do tempo se destacando também no cenário político. Com isso, alguns representantes da elite chapecoense passaram a representar algumas áreas do poder público, tendo a possibilidade de barganhar melhorias em infraestruturas e investimentos que beneficiassem a região oeste de Santa Catarina, mais, preferencialmente seus negócios:

A elite local, organizou ações visando tornar possível a construção de uma “Capital do Oeste”, através da melhoria da infraestrutura regional: construção de estradas, melhoramento das comunicações, fornecimento de energia elétrica, construção de escolas, organização da produção agrícola. (PETROLI, 2008 *apud* SILVA & HASS, 2017, p. 347).

Com o intuito de construir a “Capital do Oeste”, o Estado por sua vez, também

pressionado pela elite local, que como dito anteriormente passou a representar em alguns casos o poder público, e em “prol” do discurso de desenvolvimento estadual e regional de Santa Catarina e Chapecó, acabou por se destacar em quatro grandes áreas de atuação a fim de beneficiar o setor agroindustrial na região, nas áreas:

a) financeira: dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; b) transporte: integrar as mesorregiões produtoras ao mercado nacional e estadual; c) energia: ampliar a área de atuação da CELESC, distribuindo e gerando mais energia; e, d) telecomunicações: aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas. É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 13-14).

Com a participação da elite local chapecoense no cenário político, as relações político-empresariais passaram a solicitar barganhas a Chapecó e região, com o propósito de viabilizar antes de mais nada as demandas dos frigoríficos instalados nestas localidades, especialmente aos frigoríficos da Sadia e da Chapecó Alimentos, os quais, nas décadas de 1940 e 50, eram hegemônicos, e não absorviam nem metade do total de excedentes gerados nesta localidade, e ainda tinham seus proprietários em relevância nos cargos políticos, sociais ou econômico.

Logo, os nativos, os (i) migrantes, as colonizadoras, os moinhos, as serrarias e os frigoríficos, de fato, foram agregando à região oeste de Santa Catarina uma nova realidade regional, ou ainda, novas concepções de mundo, mesmo que com tantas controvérsias (POLI, 1999, p. 171). Todavia, a agropecuária com o passar do tempo foi se tornando uma agricultura baseada na implantação dos insumos da revolução verde e nas técnicas e instrumentos modernizadores do campo, tendo assim, uma pecuária cada vez mais acelerada em relação ao tempo e a quantidade de matérias-primas, com o intuito de acumular excedentes que a princípio eram encaminhados aos pequenos comércios da cidade e que posteriormente foram dando forma e vez a pequenas formações frigoríficas, cooperativistas e industriais baseadas na agroindustrialização dos excedentes regionais, que conseqüentemente desenvolveram não só o campo, mas também a cidade que conhecemos hoje.

1.2 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO ESTADO CATARINENSE

Em caráter mundial, a modernização agrícola veio ganhando destaque no período Pós II Guerra Mundial (1945), sendo introduzida no Brasil na época da ditadura militar de 1960-1970 (OCTAVIANO, 2008), embora nos primeiros anos a agricultura ainda fosse bastante rudimentar, logo, “pretendia-se passar de uma agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada” (TEIXEIRA, 2005, p. 23), e de excedentes.

Com o passar dos anos, o processo de modernização agrícola foi desenvolvendo aportes tecnológicos cada vez mais eficientes, principalmente no que tange a seletividade das sementes e o desenvolvimento de fertilizantes, com a finalidade de obter altos índices agrícolas de produção, através de uma série de procedimentos técnicos em relação ao uso de defensivos químicos agrícolas e maquinários, aonde tanto as sementes, quanto os defensivos químicos eram altamente adequados para os climas e os solos específicos à cada área produtiva (SILVA, 2015).

Na década de 1960, intencionalmente pensada, constituída e elaborada, a Revolução Verde “considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizada” (OCTAVIANO, 2018), é implementada no Brasil.

Financiada pelo Grupo Rockefeller de Nova York, a Revolução Verde teve como discurso aumentar a produtividade agrícola, em especial nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, para que assim, fosse possível acabar com a fome mundial, isso é claro dentro do discurso do Grupo Rockefeller (FARIA; COSTA, 2006). O diagnóstico discursivo do Grupo Rockefeller, na época, consistia no seguinte discurso: O produtor rural detém de uma baixa produtividade, uma vez que, utiliza-se de técnicas agrícolas arcaicas e com nenhum defensivo, com isso, há pouca produção de alimentos, e conseqüentemente, esses alimentos se tornavam escassos e caros, por isso havia fome no mundo (SILVA, 2015).

Assim, se o problema da fome no mundo é por que a agricultura dos países pobres é pouco produtiva, a intenção foi estimular a modernização desses países. Logo, os países desenvolvidos e ricos, passaram a emprestar dinheiro aos países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e pobres, na perspectiva de que o governo modernizasse sua agricultura, aumentando a oferta de alimentos e acabando com a fome no mundo. No entanto, os pacotes

da Revolução Verde são expressivamente aceitos e a modernização da agricultura é densamente implementada, porém, o problema da fome no mundo não foi resolvido (SILVA, 2015).

Ainda segundo Silva (2015), por um lado, a Revolução Verde aumentou a produção de alimentos em especial nos países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e claro, nos países não industrializados, com foco na produção de cereais, atualmente chamados de *commodities*, os quais passaram a ser exportados para os países financiadores do pacote tecnológico agrícola verde, ou seja, para os países desenvolvidos ou chamados de primeiro mundo, como os Estados Unidos, Canadá e demais países da Europa.

Logo, percebe-se uma contradição, pois os países que mais passam fome, passaram a ser os países que mais produziam alimentos, e mesmo assim, a fome nestes países não acabava, até porque, quase tudo que se produzia era exportado para o país financiador e criador do pacote tecnológico verde. Em outras palavras, o objetivo da revolução verde nunca foi acabar com a fome no mundo, mas, compactuar com a implantação capitalista e seletiva de técnicas e insumos na área agrícola de maneira intencional.

Segundo Martine (2010, p. 8), “a euforia das supersafras contribuiu para fortalecer a imagem de uma agricultura moderna, autossuficiente, de consequências sociais inevitavelmente benéficas”, através de um padrão modernizador compulsório, “capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo”. No entanto, esse foi o discurso e ao mesmo tempo a forma de conquistar os governos e os agricultores, onde a modernização agrícola e a revolução verde apresentaram-se como algo inevitavelmente positivo à “visão modernizante-otimista”, quando na verdade também teve seus contrapontos.

Cabe dizer, que a Revolução Verde também aumentou as despesas do cultivo agrícola, principalmente para os pequenos produtores, os quais acabaram se endividando para acompanhar a nova era agrícola que se instaurava no cenário mundial, além, de indiretamente tornar, neste caso, o Brasil, um país dependente do país e dos aportes procedimentais, dos insumos e das máquinas que originaram o processo de modernização agrícola e conseqüentemente da revolução verde.

Quando elaboramos uma visão mais regional sobre o assunto, neste caso, com enfoque na região oeste de Santa Catarina, Brasil, percebe-se que o processo de modernização agrícola na região passou a obter maior impregnação também ao longo dos anos 60, na perspectiva inicial de acumulação de excedentes, e não mais de acabar com a fome no mundo, como o discurso que a Fundação Rockefeller utilizava. Se a revolução verde é a seletividade das

sementes e a implantação dos insumos na agricultura, “a modernização da agricultura seria o sinônimo da mecanização e da tecnificação da lavoura” (TEIXEIRA, 2005, p. 22).

A partir dos anos 60, o Estado brasileiro, criou o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, seguido do Estatuto da Terra, criado através da Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964, o qual previa e disciplinava o uso, a ocupação e as relações fundiárias brasileiras, onde o Estado teria a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vivia e trabalhava. O Estatuto previa em primeira instância a Reforma Agrária, seguida, do incentivo do Desenvolvimento Agropecuário no Brasil. A partir de então, o Estado passou a ofertar linhas de crédito aos agricultores, para que estes, pudessem incrementar tecnologicamente o campo com a modernização do mesmo e a implantação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde¹⁸.

No Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, o paradigma da “Revolução Verde” assumiu a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular a produção na agricultura, o que pode ser observado pelo grande consumo de agrotóxicos nesse período, ocorrido em razão do Plano Nacional de Desenvolvimento Agrícola – PNDA, segundo o qual o agricultor brasileiro era obrigado a comprar agrotóxicos mediante créditos agrícolas rurais, oferecidos pelo governo. Parte do valor desse crédito estava diretamente relacionada com a compra de insumos tóxicos de uso agrícola, condição fundamental para a aprovação do financiamento rural (MOREIRA, 2000 *apud* ALEXANDRE, 2009, p. 29-30).

Assim, a revolução verde foi ganhando espaço e de fato foi aumentando a produtividade agrícola, através da aplicabilidade de um conjunto de insumos e práticas voltadas a agricultura a fim de chegar ao auge da produtividade no campo, fator que ganhou respaldo no Jornal Folha D’Oeste Ano VI, número 225 de 29 de novembro de 1969, no qual “Rockefeller pede apoio” através do argumento de que o Brasil é um dos maiores países do mundo e que para tanto, a restauração da democracia brasileira teve êxito combatendo a inflação, a medida em que Rockefeller estimulava o desenvolvimento econômico do Brasil desde 1964 (Golpe Militar), e que sendo assim, os Estados Unidos continuaria apoiando o atual regime brasileiro, já que o governo também apoiaria Rockefeller.

Neste sentido, há entre o Brasil e o Grupo Rockefeller, uma troca de favores, onde o pedido de apoio do Grupo Rockefeller é concedido através do Plano Nacional de

¹⁸ Cabe ressaltar que a primeira meta de Reforma Agrária praticamente ficou no papel até os dias de hoje, no entanto o Desenvolvimento Agrícola recebeu por parte do governo grande atenção, principalmente no desenvolvimento de uma agricultura capitalista e empresarial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acessado em: 20 jan. 2018.

Desenvolvimento Agrícola – PNDA, a partir da década de 1960, pois o Estado brasileiro segundo Moreira (2000 *apud* ALEXANDRE, 2009, p. 29-30), só aprovaria os financiamentos agrícolas, se o agricultor comprasse os insumos criados durante o período da implantação Revolução Verde do Grupo Rockefeller. Em contrapartida, o Grupo, representado pelos Estados Unidos, emprestaria dinheiro para que a revolução verde e a modernização agrícola fossem de fato implantadas no Brasil.

Segundo Carolina Octaviano (2010):

O crédito subsidiado encontrava-se atrelado à compra de insumos como agrotóxicos e adubos. A criação de órgãos de pesquisas nacionais e estaduais para dar suporte ao modelo, também foi considerada como um incentivo, junto a treinamentos, no exterior, dos professores de faculdade de agronomia, além da criação de serviços de extensão rural¹⁹ para levar a tecnologia até o agricultor.

O Estado brasileiro, passou então a oferecer incentivos e subsídios aos produtores rurais, sendo que a “modernização agrícola se concentrou basicamente nas grandes propriedades, tornando-se seletiva”, e ao mesmo tempo excludente. Foram criados pelo governo brasileiro programas como:

O PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), PRONAGEM (Programa Nacional de Armazenagem), POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste), PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), POLOAMAZÔNIA (Programa de Desenvolvimento da Amazônia), PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados) (TEIXEIRA, 2005, p. 36).

Entretanto, segundo Delgado (1985 *apud* TEIXEIRA, 2005, p. 36), “entre 1969 e 1979 os volumosos recursos advindos do crédito rural contribuíram para uma maior consolidação da relação rural-urbana e uma efetiva mudança na base técnica”. Porém, uma pequena parcela do povo brasileiro teve acesso às linhas de crédito e a modernização da época, a outra parte, sofreu com o desemprego estrutural devido a mecanização do campo, o que ocasionou também o êxodo rural, e os pequenos produtores, sem acesso às linhas de crédito e conseqüentemente à modernização, venderam suas terras ou ainda foram muitas vezes expropriados delas.

Ainda durante a década de 60 e 70, houve no Brasil uma ampla modificação tanto na

¹⁹ Como por exemplo, a Acaresc em Santa Catarina.

estrutura, quanto no perfil da produção agrícola. Neste intervalo de tempo, desenvolveu-se a consolidação de parques industriais, a implantação de uma modernização otimista e conservadora, a ascensão da economia (milagre econômico), a ampliação de linhas de crédito para fins rurais, a dependência internacional do Brasil frente a aquisição dos pacotes tecnológicos da revolução verde e a melhora dos preços dos produtos agrícolas na escala internacional. Em outras palavras, neste período, a agricultura integrou-se a dinâmica modernizante e agroindustrial. Um dos resultados do PNDA na questão da modernização agrícola é que São Paulo e Rio Grande do Sul, entre 1960 e 1970 passaram a possuir a concentração de 44% e 25%, respectivamente, de todos os tratores do país, o que na época foi considerado um grande progresso modernizador (MARTINE, 1990, p. 9-10).

Assim, na região sul em especial em Santa Catarina, a partir de 1962 começou:

Um novo período, quando o capital industrial passa a ser o móvel da acumulação capitalista. A modernização da agricultura, com a mutação do complexo agrocomercial – dos moinhos e frigoríficos, que comercializavam produtos quase que in natura – para o complexo agroindustrial de carne, reforça e consolida o novo padrão de crescimento em Santa Catarina, comandado pelo Estado e pelas grandes e médias indústrias e agroindústrias. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 13).

Sendo assim, no estado catarinense, o projeto norte americano de mecanização e modernização no campo também foi implantado. Segundo Glauco Olinger²⁰ (2014), o intuito era “tirar o agricultor do cabo da enxada, adubar o terreno para aumentar a produtividade e botar máquina, máquinas essas chamadas de trator nas áreas agrícolas”, quanto na verdade, outro principal intuito, por ora do Estado, era apoiar o Grupo Rockefeller, a fim de que o Brasil conseguisse se modernizar e implantar a revolução verde no campo à gerar excedentes expressivos que pudessem desenvolver uma nova dinâmica econômica, já que as práticas voltadas à madeira estavam em declínio.

A modernização da agricultura e a implantação da revolução verde nas práticas agrícolas, viabilizou-se no estado catarinense, através da criação da Acaresc - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina, a qual, encontrava-se voltada a prestação de serviços relacionados a extensão rural²¹ que levava para o campo as “modernas

²⁰ Glauco Olinger, agrônomo que fundou e coordenou a ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina) de 1956 a 1972.

²¹ A Extensão Rural tem origem nos Estados Unidos e foi transferida para o Brasil com ideologias decorrentes da Guerra Fria, período o qual os Estados Unidos pretendiam se consolidar enquanto hegemonia, difundindo ideias, métodos, técnicas capitalistas pelo mundo inteiro, diminuindo assim, o poder dos países

tecnologias e a organização do trabalho rural de maneira racionalizada”. Essas “mudanças se efetivaram na agropecuária do Oeste de Santa Catarina no final da década de 1960 e início da década de 1970²²”, mesmo a Acaresc sendo criada em 1957 (PAIM, 2006, p. 131).

A Acaresc atuava como “interveniente entre as entidades creditícias e produtores, para execução de programas de crédito rural. Estes programas voltavam-se a compra de matrizes, sementes e maquinários”. Assim, a região oeste catarinense, que outrora era baseada nas atividades mercantis em pequenas propriedades rurais, com mão-de-obra familiar e artesanal, sofrem a partir de 1960 profundas modificações, em especial com a inserção das tecnologias e das técnicas de/no cultivo impulsionadas pelos representantes da extensão rural. Todavia, a agricultura passou a ser mecanizada, muitas vezes “sem questionar as possíveis consequências ambientais, adotando um modo de produção essencialmente voltado para o mercado” (VIEBRANTZ, 2008, p. 127 - 129)

Segundo Teixeira (2005, p. 23-25), com a mudança no perfil produtivo brasileiro, o campo passaria a estar mais focado em uma produção de monoculturas a fim de atender aos complexos agroindustriais se tornando indiretamente subordinado ao Estado e as indústrias, os quais tinham como aporte a aplicabilidade das técnicas da revolução verde e da modernização da agricultura. Com base no quadro abaixo, é possível notar o crescimento gradativo da implantação dos tratores nos meios rurais como símbolos da mecanização e modernização destes espaços.

Quadro 1: Uso de Tratores no Brasil (1950-1975)	
Anos	Número de Tratores
1950	8.372
1960	61.338
1970	165.870
1975	323.113
Fonte: TEIXEIRA, 2005, p. 25.	

socialistas. Havia também, o receio de que os povos famintos fossem mais receptivos às propagandas comunistas, isso fez com que o governo americano iniciasse um programa de assistência aos países mais pobres, principalmente os da América. Extensão Rural proporcionou a introdução dos pacotes tecnológicos voltados para a utilização de insumos e máquinas “educando” o agricultor brasileiro para que esse fosse capaz de se tornar mais “moderno” e capaz de superar o “atraso” da agricultura brasileira, a partir do uso de métodos e técnicas para a produção agrícola (VIEBRANTZ, 2008, p. 134-135).

²² Essas mudanças passaram a ocorrer principalmente por que o Grupo Rockefeller solicitou ajuda do Brasil para se expandir espacialmente e economicamente.

Neste sentido, Graziano Neto (1985 *apud* TEIXEIRA, 2005, p. 38-39) afirma que “em 1975, 85,8% dos tratores encontravam-se nas regiões Sudeste e Sul. Com relação ao uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos a situação não é diferente, concentrando-se nessas regiões”. Logo, a modernização agrícola nestas áreas ocorreu de forma intensa e com o auxílio do Estado, com o intuito de desenvolver nessas regiões uma produção de excedentes considerável, à posteriormente desencadear uma organização econômica voltada às agroindústrias.

A mecanização do campo, ateu-se inicialmente a aquisição e a utilização dos tratores nas áreas produtivas, que dentro da revolução verde, era “um amplo programa para elevar a produção agrícola no mundo”, servindo “de base para os processos de modernização da agricultura” (MATOS, 2010, p. 1-2;15), atrelada principalmente a disposição e utilização dos maquinários, pois, “quanto maior a mecanização, quanto maiores são as máquinas hoje, máquina cortadora de cana, máquina colheitadeira de algodão, máquinas de plantio direto, máquinas enormes, máquinas de pulverização que também são enormes, máquinas que compactam o solo” (OLINGER, 2014), maior seria a contribuição para com o aumento da produtividade e a diminuição do tempo trabalhado no campo. No entanto, “segundo Graziano Neto (1985), entre 1965 e 1975 o consumo de fertilizantes cresceu à taxa média de 60% ao ano, enquanto que os agrotóxicos cresceram numa média anual de 25%”, o que impulsionou uma ampla transformação na “base técnica da produção agrícola”, amparado a partir de 1960 pelo “crédito rural” (TEXIRA, 2005, p. 25).

Com a utilização dos maquinários e dos insumos agrícolas, ou seja, com a aplicabilidade da modernização agrícola através de máquinas, técnica, equipamentos somado ao pacote tecnológico verde, a produtividade aumentou e o tempo diminuiu. Porém, o grande problema passou a ser a degradação ambiental, até porque propagandas como a da imagem a seguir, na época representavam a modernização, o progresso e mesmo com poucas escritas, é possível perceber no anúncio do Jornal Folha D’Oeste que novamente a natureza é vista como um obstáculo.



Imagem 1: “Nós somos Tratores”

Fonte: Jornal Folha D’Oeste – Ano VI, número 221 – 01 nov. 1969.

Sendo assim:

Quando não utilizadas corretamente, contribuem para a degradação ambiental, degradação principalmente do solo, e com a degradação do solo a degradação ambiental. O homem com mais conforto, o homem em cima de um trator, hoje numa cabine com ar condicionado, não passa frio nem passa calor, mas o efeito no meio ambiente é um efeito que ainda é negativo (OLINGER, 2014).

Além da degradação do meio ambiente, outro reflexo da modernização do campo, foi o êxodo rural, que segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA de 1999, “entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas”, o que causou respectivamente um adensamento populacional significativo nas áreas urbanas em todo o Brasil.

Na escala local, o município de Chapecó neste mesmo período, acompanhou o êxodo rural brasileiro. Com base nos dados apresentados pelo Quadro 2, o êxodo rural no município chapecoense teve uma taxa de aproximadamente 45% da população migrando das áreas rurais para as áreas urbanas, ou seja, as áreas rurais que tinham em 1960 41.150 do total de 52.089 pessoas, passou a ter em 1980 28.578 do total de 83.864 pessoas, representando assim uma

queda de 79% para 34.08% do total da população rural entre 1960 a 1980.

Neste contexto, houve uma concentração de pessoas no oeste, em especial na área urbana do município de Chapecó, representando assim uma ampla mão-de-obra excluída do campo pela modernização agrícola, mas ao mesmo tempo, foram direcionadas a trabalhar nas agroindústrias que foram surgindo.

Quadro 2: População de Chapecó em Décadas					
Anos	Total	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%
1940	44.327	4.128	9.31	40.199	90.69
1950	96.604	9.736	10.08	86.868	89.92
1960	52.089	10.939	21	41.150	79.00
1970	50.117	20591	41.08	29.256	58.92
1980	83.864	55.286	65.92	28.578	34.08

*Na década de 1970, já haviam desmembrado vários municípios de Chapecó, o que explica a diminuição da população.
Fonte: IBGE e Prefeitura Municipal de Chapecó / Adaptado²³.

Outro reflexo da modernização agrícola, foi a acentuação das concentrações de terras nas mãos de poucos, podendo os donos dessas concentrações de terras serem chamados muitas vezes de latifúndios, entre outros reflexos desta nova imposição produtiva (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999), já que o número de habitantes nas áreas rurais diminuiu drasticamente entre 1940 a 1980, ou seja, de 90.69% para 34.08%.

O estado neste contexto, passou a intervir no campo brasileiro em especial no final da década de 1960 e início de 1970, “com presença marcante na produção agrícola no que tange à fiscalização, determinação de preços, estocagem, comercialização, etc.”, onde o “setor rural passou a determinar os rumos da produção”. Logo:

O Estado procurou instaurar seu projeto modernizador com o objetivo de atrelar o setor agrário ao processo de desenvolvimento econômico, facilitando o crédito rural, criando institutos de pesquisas e assistência técnica, almejando incentivar a utilização de técnicas e insumos modernos. Era preciso viabilizar o chamado complexo agroindustrial instituído no país. (TEIXEIRA, 2005, p. 29-30).

²³ FACCO, Janete; FUJITA, Camila; BERTO, James Luiz. **Agroindustrialização e urbanização de Chapecó-SC (1950 – 2010): Uma visão sobre os impactos e conflitos urbanos e ambientais**. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 187 - 215, jan/abr 2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/2481/3319>>. Acessado em: 15 out. 2018.

De acordo com Martine (1990, p. 7-8), dos muitos que defendiam a reforma agrária, a pequena produção mercantil e uma sociedade mais justa, se viram submissos aos eventos intencionais deste sistema moderno da agricultura, que passaram a ver a reforma agrária como uma alternativa inviável e anacrônica, enquanto uma reorganização produtiva da agricultura, isso porque, reivindicações como essa, sofreriam de maiores índices de limitação técnica e econômicas.

Contudo, a intencionalidade da modernização agrícola previa uma padronização agrícola através do “[...] crescimento do número, tamanho, importância, poder e integração dos complexos agroindustriais [...]” (MARTINE, 2010, p. 9).

Sendo assim, Martine (1990, p. 19-20), afirma que “neste novo cenário, não basta terra para poder produzir: é preciso dispor de capital. Além disso, para viabilizar a adoção de novas técnicas é preciso ser mais informado, ter atitudes empresariais e capacidade de endividamento”, de fato, ambos os autores se remetem ao contexto em que vivemos atualmente, e isso é claro, como uma resposta dos processos implantados no campo, que surtiram seus efeitos no próprio campo, nas cidades e nos próprios indivíduos que vivem direta ou indiretamente nesta dinâmica.

Em relação aos aspectos socioespaciais dessas políticas, Gonçalves Neto (1997, p. 109), afirma que:

É interessante notar que as transformações que ocorrem no agro, a partir da segunda metade dos anos 60, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira. Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão-de-obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos.

Neste desfecho, os impactos socioespaciais destas políticas de modernização agrícola e revolução verde foi primeiramente a mudança nas relações homem-meio, onde houve o “envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos e a perda da biodiversidade”, sobrepondo-se com o “empobrecimento, o desemprego, a favelização dos trabalhadores

rurais, o êxodo rural, a sobreexploração da força” destes trabalhadores, além da “elevação dos custos” para manterem-se no campo (ALEXANDRE, 2009). Os agricultores neste contexto, também foram impactados com o sistema de integração que mais excluiu do que incluiu os produtores rurais ao novo sistema, o qual veio desde 1960 sendo imposto pelas agroindústrias com o auxílio do Estado.

CAPÍTULO II

2.0 O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA E AS AGROINDÚSTRIAS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Este capítulo visa apresentar as dinâmicas estabelecidas no município de Chapecó e região entre os anos 60 e 70, período marcado pela modernização agrícola, pela implantação das agroindústrias privadas e cooperativistas nestas localidades, a fim de compreender os processos que envolvem a formação agroindustrial do oeste catarinense, bem como, a implantação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., atual Cooperativa Central Aurora Alimentos Ltda., no município de Chapecó.

Busca-se ainda neste capítulo, analisar como o processo cooperativista se perpetuou, brevemente no cenário brasileiro, até sua implantação e utilização sistemática no Estado de Santa Catarina, principalmente no que tange ao processo de formação e implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó.

2.1 FORMAÇÃO DO SETOR AGROINDUSTRIAL NO OESTE

A formação da Mesorregião Oeste de Santa Catarina está diretamente relacionada ao processo histórico da formação regional em questão, previamente engajada na presença dos tropeiros, no comércio de mulas e na extração de erva-mate, já o surgimento das agroindústrias está mais relacionado com a colonização e a criação de porcos, fatores que caracterizaram as principais atividades econômicas na região por volta de 1900 a 1945, onde posteriormente o Estado e as empresas colonizadoras começaram a intervir no processo de colonização e ocupação das terras ocidentais do estado catarinense (PERTILE, 2008, p. 30-31).

As atividades industriais e frigoríficas do Estado de Santa Catarina iniciam-se na década de 30, em especial na região do Vale do Rio do Peixe, através da forte presença das pequenas propriedades rurais voltadas ao cultivo de milho e a criação de suínos, atrelada a estrada de ferro, as madeireiras, a erva-mate e as colonizadoras locais (PIMENTA, 1984 *apud* PERTILE, 2008).

Na época, a região do extremo oeste catarinense desenvolvia a criação de porcos principalmente para a produção de banha, alguns chamavam-no de “porco tipo banha, porco

alçado ou porco de safra” (SADIA 50 ANOS, 1994, p. 44), assim, quanto mais gordo o suíno, melhor. Logo, “na safra do milho, os suínos eram soltos do cercado e encaminhados até a plantação, para que nela, pudessem engordar” (FOLADOR²⁴ *apud* PERTILE, 2008, p. 85). Os suínos excedentes, na maioria das vezes, eram encaminhados aos Estados de São Paulo ou ao Rio Grande do Sul, para processamentos mais específicos, no entanto, em ambos os casos, a atividade econômica do suíno sempre dependia da intermediação dos comerciantes locais, já que:

Em Santa Catarina, nas localidades posteriormente emancipadas dos municípios de Chapecó e de Joaçaba, os colonos criavam os suínos em cercados e quando estavam gordos, os animais eram conduzidos, a pé, por uma distância de 3 a 6 km, até o vilarejo mais próximo onde eram vendidos para um comerciante local. Este revendia os animais em Chapecó e Joaçaba onde era produzida a banha, dada a existência de pequenos frigoríficos, especialmente no Vale do Rio do Peixe, no município de Joaçaba (PERTILE, 2008, p.84).

A fabricação de banha foi ganhando destaque, primeiramente pela produção local considerável, segundo pela facilidade de comercialização, terceiro pela facilidade no transporte, já que as atividades frigoríficas foram se difundindo às margens da estrada de ferro e do Vale do Rio do Peixe:

Desse modo, pode-se afirmar que a comercialização de excedentes produzidos pelos pequenos proprietários agrícolas possibilitou aos comerciantes constituir seu capital inicial. Isso contribuiu para o início do desenvolvimento regional e, principalmente, possibilitou condições para a implantação dos primeiros frigoríficos (PERTILE, 2008, p.87).

Isso porque, no início da década de 40 “em meio a esse processo de integração, os comerciantes do Oeste de Santa Catarina sentiram que o comércio de suínos vivos, até então lucrativo, começava a dar sinais de arrefecimento”, pois neste cenário passaram a surgir “dificuldades de competir com os frigoríficos estabelecidos em São Paulo”. Logo, os empreendimentos comerciais tiveram de se adequar para com o abate dos animais. “Começaram, assim, a separar a comercialização de banha da carne suína”, como sendo, uma necessidade de mudança, “originam-se os primeiros abatedouros na região, via associação e expansão de capitais comerciais locais” (PERTILE, 2008, p. 89).

Contudo, gerou-se uma necessidade de aumentar a produção agrícola, principalmente

²⁴ FOLADOR, João D. **História de Campo Erê**. Campo Erê: Cruzeiro, 1991: Discute o município de Campo Erê, no entanto, em outros lugares do oeste catarinense esta também era uma prática comum.

voltada ao milho, feijão e a soja, com a finalidade de atender ao consumo de subsistência, ao pequeno excedente mercantil e a criação de suínos, realizada inicialmente pelos caboclos e (i) migrantes. Portanto, os produtores rurais do oeste catarinense, do município de Chapecó e arredores, com a instalação dos novos frigoríficos, passaram a direcionar suas produções para atender as demandas frigoríficas locais. Com o tempo, foram se implantando os frigoríficos:

Perdigão (1934) em Videira, Ouro (1938) em Capinzal, Pagnoncelli (1942) em Herval D' oeste -, logo dirigindo-se mais para o Oeste, a Sadia (1944) em Concórdia, Seara (1949) em Seara, Chapecó (1952) em Chapecó, Itapiranga (1962) em Itapiranga – Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda (1969) em Chapecó (PIMENTA, 1984, p. 17-20).

Assim, as atividades frigoríficas da região inicialmente se desenvolveram e se estruturam através de um capital local, pois:

Entre duas décadas, 1945 e 1965 ocorreu uma grande diversificação e ampliação na base produtiva na economia Oeste do estado de Santa Catarina. Nessa região, a produção agropecuária, que até então se voltava ao comércio, começa a se industrializar (PERTILE, 2008, p. 93).

Atrás de uma localização geográfica vantajosa aos frigoríficos, estes passaram a se concentrar no município de Chapecó, no extremo oeste catarinense em função da acessibilidade à matéria-prima e da infraestrutura oferecida pela cidade e pelos donos dos meios de produção que posteriormente entrariam no cenário político, fator que com o passar dos anos foi garantindo a Chapecó um papel centralizador das atividades econômicas voltadas ao ramo cárneo e agroindustrial (HASS, 1993), especialmente no pós-1950, período que também atraiu frigoríficos ao município e região devido aos recursos disponibilizados pelas ações político-empresariais, como é o caso da Sadia Avícola.

Segundo Rosa Alba (2001, p. 306-324), “foi através dessas relações capitalistas, adaptadas às especificidades do lugar, que foi possível a acumulação e a concentração do capital necessário para a implantação das agroindústrias que posteriormente se desenvolveram na região”, e dessa forma “as agroindústrias são responsáveis pela concentração espacial de empresas menores em Chapecó”, e como consequência deste processo, “abriu-se a oportunidade para novos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, complexificando a malha e a estrutura urbana do município”.

Logo, “a partir de Chapecó, distribuem-se algumas unidades e atividades auxiliares nas áreas vizinhas”, porém, as maiores unidades frigoríficas atuais ainda se concentraram no

município de Chapecó, local de onde provem a maior parte da matéria-prima regional, como os suínos, as aves e os grãos (PIMENTA, 1984). Cabe ressaltar que a Sadia chegou em Chapecó ainda na década de 70, praticamente no mesmo momento em que a Cooperativa Aurora tentava se implantar no município, porém a Sadia já contava com uma ampla unidade agroindustrial privada na cidade de Concórdia deste 1944. Já no ano de 1952 foi criada a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC/Chapecó Alimentos²⁵) e, em 1956, a Indústria e Comércio Marafon Ltda., também chamada de INCOMASA, as duas no município de Chapecó. A segunda, seria adquirida mais tarde pela Cooperativa Aurora.

Contudo, os principais donos dos meios de produção, relevantes a esta dissertação como Attílio Fontana, dono da Sadia de Concórdia, e Plínio Arlindo de Nês, dono da Chapecó Alimentos, ambas localizadas no município chapecoense, passaram a fazer parte do cenário político, resultando em relações de barganhas voltadas principalmente a benfeitorias de infraestruturas que conseqüentemente beneficiaram a população, e intencionalmente os negócios pessoais destes representantes dispostos com influência no cenário econômico, social e político.

Neste contexto, as empresas, o Estado e os donos dos meios de produção, ou ainda do capital, vinham se articulando no oeste catarinense desde 1940, a fim de desenvolver em um futuro não tão distante, um polo agroindustrial nesta região.

De forma mais detalhada, em 1944, estava por se instalar na região, mais precisamente na cidade de Concórdia, uma empresa privada, com atividades voltadas a agroindústria, objetivando destaque no mercado de alimentos, a empresa S. A. Indústria e Comércio, S. A. Indústria e Comércio Concórdia ou Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio, a qual associou S.A. das palavras Sociedade Anônima e D. I. A. da palavra Concórdia, resultando na marca de seus produtos, Sadia (1947).

No ano seguinte (1944), eu tiraria desta razão social as duas primeiras letras – SA – e lhes juntaria a última sílaba de ConcórDIA, para formar o nome saDIA, que se tornaria a marca nacional e até internacionalmente conhecida dos nossos produtos (FONTANA, 1980, p. 127).

Assim, em um pequeno moinho associado a um frigorífico inacabado na cidade de

²⁵ De acordo com HASS 1993, p. 247; 249 *apud* PERTILE, 2008, p.91, o frigorífico Chapecó teria sido idealizado por Bertaso para incentivar a migração dos gaúchos para o município, após uma chacina na cadeia pública, em outubro de 1950, onde quatro detentos haviam sido linchados, assassinados e incendiados em local público. Por dois anos após o ocorrido, a colonizadora não teria vendido nenhum lote de terra e parte dos migrantes que já estava residindo no município ficou receosa de represálias e demonstrava interesse em voltar para o Rio Grande do Sul (PERTILE, 2008).

Concórdia, Santa Catarina, foi que o empresário Atílio Fontana e seus 60 funcionários começam a processar alimentos, onde em 1946, a produção resultava em um abate de 100 suínos por dia²⁶.

Concórdia foi a cidade de origem e onde a empresa manteve sua sede. Foi também ali que iniciou os abates industriais de frangos em 1961. Dez anos mais tarde, quando resolveu criar e abater perus, também de forma industrial, instalou uma nova planta industrial em Chapecó, a qual foi inaugurada em 1973, a Sadia Avícola (TEIXEIRA, 1994)²⁷.

Neste contexto, o pequeno município de Chapecó, durante a década de 1950 vinha se destacando gradativamente no oeste catarinense, primeiramente nas diferentes produções econômicas ligada aos vegetais (madeira e erva-mate), as companhias colonizadoras e posteriormente objetivando a industrialização da cidade, isso porque, após o linchamento a madeira ainda tinha um certo interesse econômico, porém, sua relevância estava entrando em declínio, e o fato violento do linchamento em 1950, acabou desencadeando uma instabilidade política e uma insegurança da população local e dos investidores. A mídia retratava o fato como “incivilidade”, termo posteriormente utilizado pelas elites locais como argumento para se dizerem ordeiros e diferentes dos que ali se encontraram quando eles, os (i) migrantes aqui chegaram, a ponto de exigir intervenções do governo nesta localidade buscando solucionar este problema, reativando os fluxos migratórios e o desenvolvimento da economia regional. O “problema só foi resolvido” através do projeto industrial, marcado pela implantação do Frigorífico Chapecó (1952), e da I EFAPI – Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Chapecó (1967), no município (SILVA & HASS, 2017).

Em outras palavras o Linchamento foi o assassinato de 4 pessoas na cidade madeireira chamada Chapecó em outubro de 1950. O linchamento foi feito por mais de 200 homens que invadiram a cadeia pública do povoado. Os linchados após tiros, facadas e pauladas foram arrastados ao pátio da cadeia e incinerados, com o consentimento da sociedade. O crime projetou sobre Chapecó o título de “incivilidade”, culminando em uma nova orientação de desenvolvimento regional que não a madeira. Há quem diga que Chapecó se desenvolveu bem mais depois do linchamento. Neste período o coronelismo e o mandonismo local eram imposições frequentes por meio da violência, dominação oligárquica e armada (HASS, 2007,

²⁶ Revista BRF. Disponível em: < <http://revistabrf.com.br/sadia-comemora-70-anos-de-historia/>>. Acessado em: 03 out. 2017.

²⁷ Economia e Tecnologia. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2005_texto_19.pdf> Acessado em: 03 out. 2017.

p. 21-23). Neste sentido para que a imagem de incivilidade fosse esquecida e o progresso voltasse a se instaurar em Chapecó, a elite chapecoense se articulou a fim de implantar no município um frigorífico que atraísse os (i) migrantes e colocasse Chapecó nos rumos da industrialização.

Esse frigorífico era a Chapecó Alimentos, também chamado de SAIC (S.A Indústria e Comércio Chapecó), que foi fundada em 11 de novembro de 1952 por Plínio Arlindo de Nês, e fomentada pelo Coronel Bertaso. O frigorífico realizava atividades voltadas ao abate, a frigorificação e ao processamento industrial de suínos. Em 1955, no início de suas atividades, o frigorífico tinha 29 funcionários e abatia 40 suínos por dia, chegando a ser considerada na época, um marco das raízes agroindustriais da elite dominante de Chapecó (GRETZLER, 2011), resultado da hegemonia do frigorífico que controlava a oferta das matérias primas locais na época, bem como, do poder representativo das elites chapecoenses no desenvolvimento da região, já que são considerados os principais donos dos meios de produção do município chapecoense nesta época²⁸.

Tanto a Sadia, quanto a Chapecó Alimentos (SAIC), tiveram origem na própria região, influenciadas pelos (i) migrantes do Rio Grande do Sul, que vieram para cá. Porém, o capital de ambas as empresas, não foi obtido somente do comércio dos excedentes agrícolas, mas também através de um aporte estatal de incentivo às suas respectivas implantações, sendo o segundo abatedouro, mobilizado também pelas elites locais de Chapecó e principalmente fomentado pelo Coronel Bertaso, o qual através do próprio capital e posteriormente através de recursos do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER e do Departamento de Estradas e Rodagem – DER, estruturou o escoamento da produção fabril ao frigorífico, em troca “mútua” de novamente atrair os (i) migrantes às terras aonde houve o linchamento (SILVA & HASS, 2017).

Em 1962, iniciou-se um novo período para o Estado de Santa Catarina, pois o capital industrial, passou a ser o móvel da acumulação capitalista, onde a modernização da agricultura e as repentinas mudanças nos complexos agrocomerciais dos moinhos e frigoríficos, passaram a ser mais persistentes e padronizados em todo o estado catarinense de modo seletivo, não uniforme, provocando uma divisão do trabalho crescente que a “grosso modo, as maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios,

²⁸ A Chapecó Alimentos (Frigorífico Chapecó/SAIC) iniciou suas atividades em 1952, na cidade de Chapecó, no oeste do estado de Santa Catarina. O Frigorífico Chapecó foi, por um bom tempo, uma espécie de "terceira marca", atrás da Sadia e da Perdigão. Seara, Aurora e outras não tinham a penetração que têm hoje. Fonte: UnoChapecó - Acervo Digital – Ceom <<https://origemdasmarcas.blogspot.com.br/2015/11/chapeco-alimentos.html>>; <http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/index.php?ficha=505&codseq_imagem=1412>.

pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para as agroindústrias” (MARTINE, 1990, p.10).

Até os anos 60, os pequenos produtores rurais forneciam seus suínos para qualquer frigorífico, sendo assim, não havia relação de dependência entre produtor e frigorífico até o momento, uma vez que, o pequeno produtor possuía mais autonomia e diversidade produtiva em suas áreas de terra, o que diversificava sua renda econômica.

Durante a década de 1960, segundo a União Brasileira de Avicultura – UBA (2001 *apud* GOMES; GOMES, 2008, p. 4), o processo de integração foi implantado no Brasil. Em Santa Catarina esse processo iniciou-se no mesmo período no segmento avícola e posteriormente foi direcionado às áreas da suinocultura [...]. A princípio o sistema de integração era baseado em acordos informais entre os produtores e as indústrias ou agroindústrias, à medida que o sistema foi se complexificando os mecanismos foram se tornando mais formais.

Com o sistema de fomento e integração, o grande capital agroindustrial acabou dominando os demais sistemas econômicos e produtivos sobre os integrados, que agora passariam a assinar um contrato onde a criação dos suínos e aves só iria ocorrer:

Mediante o fornecimento dos leitões e dos pintinhos, dá assistência técnica e revenda da ração necessária para o rápido crescimento do animal, ficando a cargo do integrado entregar num período determinado. Assim, o agricultor acabou por ficar engessado, obrigando-se a atender às rígidas regras impostas pelo grande capital. Na verdade, cria-se uma relação de "aprisionamento" (MAMÍGONIAN, 1996, p. 105 *apud* GOULARTI FILHO, 2001).

A relação de “aprisionamento” de Mamígonian, (1996, p. 105 *apud* GOULARTI FILHO, 2001), refere-se segundo Pônzio (2007 *apud* GOMES; GOMES, 2008, p. 3), ao processo de integração, o qual foi uma transformação estrutural e intersetorial através da economia, da educação, da extensão rural, da reforma agrária, das infraestruturas rurais, da agroindustrialização, etc, onde a atividade agropecuária se realizaria por meio da integração, na qual a produção é realizada em parceria, de forma contratual, entre uma indústria e uma cooperativa, etc. (chamada de integradora) e o produtor da matéria-prima (chamado de integrado), portanto, tratar-se-ia de um arranjo contratual. Sendo assim:

As integrações agroindustriais constituem o conjunto de atividades que compõem todo o agronegócio de um ou mais produtos, “antes, durante e após a porteira”, formando um sistema único. No Brasil, as integrações

agroindustriais mais conhecidas são as de aves e suínos, sementes, hortaliças, seda e flores, localizadas principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Oeste. De modo geral, nas integrações agroindustriais, existem dois segmentos básicos: a produção agropecuária propriamente dita; e demais atividades de toda a cadeia produtiva. Este modelo, de acordo com Ferreira (2007) estabelece uma relação contratual sólida entre empresa e o integrado (parceiro-criador), possibilitando a inserção deste último no mercado.

Todavia:

As agroindústrias optam pelo processo de integração como uma maneira de obter matéria-prima a um custo menor do que a produção própria (onde há investimentos em terras, instalações, máquinas, além dos custos de administração e de mão-de-obra). Por este meio, tais empresas obtêm as matérias-primas em quantidade, qualidade e tempo adequado ao ritmo do processo produtivo, possibilitando a adaptação às condições instáveis de mercado (FERREIRA, 2003). Segundo esta autora, os agricultores decidem pela integração, motivados pela garantia de escoamento do produto, produção ininterrupta, maior facilidade de acesso ao crédito e incorporação mais rápida de inovações tecnológicas (GOMES; GOMES, 2008, p. 3).

Logo, para as agroindústrias é muito mais conveniente possuir integrados, parceiros e associados, do que dispor de um alto capital para conseguir as mercadorias das quais necessitam, porém, há de se constatar que nesta situação a empresa torna o integrado, o parceiro e o associado “engessado”, e ao mesmo tempo se engessa também, havendo assim uma relação que segundo Lima (2015), a torna uma instituição “subordinante- subordinada”. Na visão de Olinger (2016), a integração voltada às cooperativas do estado, seguia na seguinte organização:

Se ele não quer (integrado), ele sai da cooperativa, sai do sistema e se ele encontrar uma atividade mais lucrativa, existe por que tem agricultor hoje que está ganhando mais dinheiro fora da cooperativa, às vezes produzindo um produto orgânico lá na sua propriedade e está tendo um mercado próprio, que não tem nada a ver com a cooperativa e está ganhando bem. E enquanto ele puder ganhar bem saindo fora dos produtos comercializados pela cooperativa que Deus ajude, não tem problema nenhum, agora eu quero ver é se todos os agricultores podem ficar produzindo milho crioulo e com milho crioulo fazer suíno, se a agroindústria e a cooperativa na sua produção agroindustrial aceita (risos), eu acho que é pouco provável. (OLINGER, 2016).

Tal aprisionamento por meio da integração do produtor rural, com o passar dos anos, pode-se dizer que foi incorporado por todas as agroindústrias, e como disse Olinger, o produtor rural pode a qualquer momento se desvincular da cooperativa, agora, quando se desvincula, fica à mercê do sistema, do Estado, aonde segundo a citação “Deus ajude”, cabe-

nos entender que a cooperativa, o sistema e o Estado ali representado indiretamente pela Acaresc, pelos bancos do governo, entre outras instituições e órgãos públicos, não vão o ajudar; isso não só com as cooperativas, mas com as empresas privadas também.

Portanto, a região que outrora era conhecida como velho oeste, o vazio demográfico, atualmente é (re) conhecida, como a região que concebe, através do município de Chapecó, o título de Polo Agroindustrial, com suas raízes fixadas na espoliação do trabalhador do campo, do trabalhador fabril, dos demais trabalhadores e no uso corporativo do espaço histórico-geográfico a título das agroindústrias serem detentoras de um desenvolvimento econômico que por alguns foi tornado difícil inicialmente no que tange a implantação do cooperativismo no município de Chapecó, mas que posteriormente, foi amplamente incentivado, sendo assim, o cooperativismo foi visto, como uma alternativa frente ao setor das agroindústrias privadas, que outrora eram mais hegemônicas. (LIMA, 2015).

2.2 O COOPERATIVISMO CATARINENSE

O movimento cooperativista nasceu na Inglaterra ainda no século XIX, se posicionando contra a Revolução Industrial, a qual desenvolveu no continente europeu uma sequência de crises no meio operário por conta da ausência legislativa dos direitos trabalhistas, onde o trabalho humano foi sendo gradativamente substituído pelas máquinas (MORASCO, 2007).

O movimento cooperativista, também surgiu com a finalidade de orientar, corrigir e equacionar as dificuldades econômicas e sociais no contexto agrário, através do “fornecimento de assistência técnica, equipamentos mecanizados, elaborações de projetos financeiros, armazenagem e transporte, assim como, assistência social à classe rural” (TAVEIRA, 1978, p.75). Para H. Gerber (1973 *apud* PRATES, 1981), a “utilidade das cooperativas está na comercialização dos produtos agropecuários, funcionando as cooperativas de modo semelhante aos “intermediários”, proporcionando ao próprio usuário o resultado da intermediação”.

O discurso cooperativista internacional encontra-se fundamentado oficialmente desde 1844, nos “Princípios de Rochdale²⁹”, estes princípios foram normatizados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1895, no final do século XIX, o qual propusera na época:

- a) Adesão voluntária, sem qualquer discriminação social, política, racial ou religiosa; b) Sociedade democrática; c) Interesses limitados sobre o capital acionário; d) Distribuição dos excedentes em finalidades comuns e de acordo com as operações realizadas com a sociedade; e) Promoção da educação de seus membros e do público em geral; e f) Integração cooperativa. (PRATES, 1981, p. 3).

Em outras palavras, os princípios cooperativistas foram ganhando solidez a partir de seu discurso ajuda mútua, com respectivos princípios e normas igualitários e equitativos, que sistematizados e organizados, satisfazem a quem com a cooperativa colabora, e a ela mesma.

O conceito de cooperativismo utilizado nesta dissertação não “tem uma significação

²⁹ Antes de Rochdale, outras experiências cooperativistas foram significativas, principalmente uma indústria de moagem e uma padaria (1763). Porém, as cooperativas mais bem sucedidas, se estabeleceram a partir do século XIX e XX. A mais expressiva concretização do pensamento cooperativista, é a Cooperativa de Consumo Pioneiros de Rochdale, criada em 1844, através da associação de 28 tecelões de Rochdale (27 homens e 1 mulher), que pretendiam melhorar suas condições de vida e realizar uma reforma social mais ampla. A Cooperativa de Rochdale superou a crise algodoeira de 1860, porém desencadeou dois grandes caminhos, a emigração ou a formação de cooperativas, para então eliminar os intermediários, para poder adquirir os produtos necessários as cooperativas direto do fabricante (FORNECK, 2014).

eminentemente positiva, que engloba palavras como ajuda e união”, como de praxe dos discursos cooperativistas, mas sim, com um olhar crítico e autêntico para tal conceituação, já que as cooperativas veem “servindo muitas vezes a interesses personalísticos, em detrimento da coletividade”, pois, “as organizações cooperativas são geralmente percebidas, pelo senso comum, como muito distintas das demais organizações”, quando na verdade já não são tão diferentes assim. Logo, cabe-nos pensar se atualmente as cooperativas “correspondem ao modelo em nome do qual ideologicamente foram construídas” (ALBUQUERQUE; PIMENTEL, 2004), já que as cooperativas de modo geral se baseiam nos princípios de Rochdale, mas não os colocam totalmente em prática.

No Brasil³⁰, grande parte das cooperativas se originaram no discurso e no conceito de que:

Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: a) adesão voluntária com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços, b) variabilidade do capital social, representado por quotas partes; c) limitação do número de quotas partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; d) inacessibilidade das quotas partes do capital a terceiros, estranho à sociedade; e) singularidade de voto podendo as cooperativas centrais, federação e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; f) quórum para funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; g) retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente as operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; h) indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social; i) prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa; j) área de admissão de associados limitadas as possibilidades de reunião, controle e prestação de serviços (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Legislação Cooperativista. Acaresc, Florianópolis, p. 212 *apud* PRATES, 1981).

Assim, Prochnow, (1978), apoiado na Obra “Princípios Cooperativistas”, de, Renato Pimentel (1978 *apud* PRATES, 1981, p. 10), aponta as principais diferenças entre uma empresa cooperativa e uma empresa privada, conforme a Tabela abaixo:

³⁰ Visão da Acaresc nos anos 70 sobre o Brasil e o Cooperativismo.

**TABELA 1: DIFERENÇAS ENTRE
EMPRESAS COOPERATIVAS E EMPRESAS PRIVADAS**

	SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE PRIVADA
TIPO DE SOCIEDADE	Pessoas	Capital
OBJETIVO	Prestação de Serviços	Lucro
CONTROLE	Cada Pessoa Um Voto	Acionário / Cada Ação Um Voto
Nº DE ASSOCIADOS	Ilimitado	Limitado
“QUORUM”	Baseado no nº de Associados	Baseado no Capital
QUOTAS-PARTES	Não Transferíveis	É permitida a Venda de Ações
RETORNO	Proporcional as Operações Realizadas	Proporcional ao Capital Acionário

Fonte: PROCHNOW, J. Fusão e incorporação de cooperativas; Um estudo de casos. Dissertação de Mestrado, PUC, Porto Alegre. p.10.

Conforme a Tabela 1 - Diferenças entre Empresas Cooperativas e Empresas Privadas: uma das principais características das cooperativas é a democracia expressa pelo voto pessoal, independentemente da quantidade de quotas que o associado possuía. Outro quesito que a distingue das empresas privadas, segundo a Tabela 1, é o objetivo, uma vez que, as empresas cooperativas têm como objetivo a prestação de serviços, enquanto as empresas privadas têm a lucratividade em primeiro lugar. Porém, sabe-se que em ambas as instituições, o objetivo com o passar dos anos foi se caracterizando como idêntico, ou seja, ambas almejam a lucratividade.

Assim, o uso dos termos cooperativistas cresceu gradativamente, tanto que Olinger (2014), afirma que “a cooperativa é a extensão do agricultor e o governo brasileiro ainda não vê isso, ele não vê a cooperativa como uma extensão do agricultor, ou seja, como o próprio agricultor, não vê, ele vê como uma empresa igual às outras”. Sendo assim, os objetivos das cooperativas, com o passar dos anos, foram se tornando discursos empresariais, pois atualmente, as diferenças entre as empresas cooperativas e empresas S.A., não são mais tão perceptíveis quanto nos tempos mais remotos (PRATES, 1981), características que gradativamente foram se complexificando e distanciando-se dos princípios cooperativistas com o passar dos anos, no entanto, não foram esquecidos nos discursos, conforme é possível de se evidenciar na fala de Olinger.

Cabe dizer então, que o sistema cooperativista “evoluiu”:

Em síntese, o cooperativismo evoluiria da ideia de um “socialismo utópico” – o cooperativismo como via intermediária entre o capitalismo e o socialismo – para associações econômicas, que, deixando de lado as lutas políticas, serviriam como paliativos para os males do próprio capitalismo. Sem propor a destruição da relação proprietários dos meios de produção versus proletários, cooperativismo objetivava melhorar o padrão de vida das classes trabalhadoras, excluídas dos benefícios do sistema (MENDONÇA, 2002, p.26 *apud* FORNECK, 2014).

As cooperativas detinham aspirações socialistas, logo, não atingiam o apoio das pessoas, nem do Estado, muito menos da igreja, que na época, teve uma grande importância na organização das cooperativas, fator que veio se promulgando desde a formação da Cooperativa de Rochdale (1844), mas, “assim que as cooperativas atestaram os primeiros sinais de absorção dos preceitos capitalistas, sua imagem diante da sociedade começou a mudar” (FORNECK, 2014):

Ou seja, à medida que o cooperativismo se apresentasse como proposta ordeira e progressista, atuando dentro dos interesses da economia capitalista, passaria pela aceitação da sociedade civil e das instituições seculares, recebendo inclusive incentivos especiais. (PEREIRA, 2012, p.43).

Segundo Forneck (2014, p. 122), seja através do socialismo improdutivo ou do “capitalismo selvagem³¹” em ambos os processos econômicos seremos explorados, porém:

No momento em que o governo der todo o apoio a cooperativa, como devia dar, a cooperativa não seria só um braço do agricultor, a extensão do agricultor, mas seria também a extensão do próprio governo, que ampararia na cooperativa para mostrar a ação demasiada da indústria privada, do comércio privado, a cooperativa seria como eu acho que deve ser um braço do próprio governo, é ali que eu vejo a tal de socialização, não é no comunismo, cujo poder passa num poder político instalado e nem no capitalismo que o poder político passa para o dono do capital e sim um socialismo onde há realmente a participação, que é o cooperativismo. O socialismo deveria e pode e deve ser implantado nesse planeta através do associativismo, do cooperativismo e esse era o sonho lá daqueles que fundaram o cooperativismo na Inglaterra, que começou com os tecelões da Irlanda, esse era o grande sonho, implantar o socialismo através do associativismo, e como eles bolaram o associativismo? Através da cooperativa, é ali que está a solução do governo socialista que é contra o capital selvagem e contra o comunismo explorador, ambos exploram nós. (OLINGER, 2014).

Sendo assim, mesmo através das cooperativas o produtor rural, o trabalhador, enfim

³¹ Dito por FORNECK, 2014, p. 122 e 325.

todo o circuito produtivo, acaba sendo explorado. E eis que nesta citação de Olinger (2014), há uma ampla intencionalidade de tornar as cooperativas um braço, uma extensão do governo, que remete a epistemologia das cooperativas em abraçar o poder, tornando-se hegemônicas, em grau de supremacia às instituições privadas, propondo ele, Olinger, um socialismo associativista, que terá uma sub hierarquia de poder, onde abaixo do Estado ou emparelhado a ele, só as cooperativas, visão divergente para com o Estado no sentido em que está proposta.

No Brasil para os imigrantes expulsos de suas práticas pelo modelo cruel da economia, a opção de sobrevivência os inseriu no mundo da cooperação. Na maioria das famílias pobres economicamente, desassistidas pelo Estado, sem estradas, sem escolas, sem hospitais, sem justiça, sem polícia, sem qualquer estrutura, cooperar era um ato de sobrevivência (CECON, 2015, p. 26).

De certa forma o Estado havia abandonado as populações por ele incentivadas a ocupar os “vazios demográficos”, onde, as instituições religiosas passaram a alocar as famílias na economia rural, o que na região sul do Brasil, em especial no estado do Rio Grande do Sul foi fomentada pela igreja e pelos seus representantes, os quais tomaram os papéis decisivos nas aberturas das fronteiras agrícolas entre os séculos XIX e XX. Segundo Pereira (2012 *apud* CECON, 2015, p. 27), todo esse cenário estaria relacionado “à ineficiência do Estado e a impotência do poder político em atender tais necessidades”, ou ainda pela não intencionalidade nas localidades até então “abandonadas” durante o século XX.

Assim:

No estado gaúcho, todo o movimento de organização dos agricultores tanto em associações comunitárias quanto das caixas rurais foi coordenado pela igreja, e a figura que preconiza a história do cooperativismo de crédito no Brasil é Padre Theodor Amstad, lendário por suas andanças a cavalo para divulgar o cooperativismo. (FORNECK, 2014, p.108).

Dentro da filosofia cooperativista discursiva, de que as cooperativas surgem, à medida em que, as classes menos favorecidas ou ainda desfavorecidas financeiramente, e de certa forma, excluídas do processo integrativo econômico após a Revolução Industrial aumentam, é que então, os produtores rurais vão se (re) estruturando, enquanto colaborações mútuas entre si, em prol de um objetivo comum tanto na Inglaterra século XVIII, quanto no Brasil por volta de 1930-40 durante a Era Vargas.

Neste período, o Brasil encontrava-se governado por Getúlio Vargas, o qual, impusera um regime ditatorial em prol do populismo, e a favor da associação das classes baixas que colaboravam entre si, desde de que as mesmas, de uma forma ou de outra, futuramente

colaborassem com a política produtiva e econômica do Estado, sem nenhum problema. Pois, não havia o interesse de combater estas associações organizadas em cooperativas, mas sim, a necessidade do Estado em possuir o controle destas associações (PRATES, 1981, p. 05).

Para aumentar o controle e o desenvolvimento das cooperativas pelo Estado, o mesmo criou a ABCOOP (Associação Brasileira de Cooperativismo), em 1964, a qual previa auxiliar em especial as cooperativas de créditos, também chamadas na época de minibancos, já que:

Para suprir a demanda por crédito rural, as cooperativas agropecuárias passaram a atuar como bancos, fornecendo recursos para os produtores rurais que não conseguiam captá-los no mercado financeiro. Como as cooperativas não possuíam recursos próprios para realizar estes empréstimos aos produtores, elas o faziam recorrendo às instituições financeiras, e, portanto, acabavam assumindo o risco do crédito³² (GIMENES; GIMENES & GOZER, 2008, p.2).

Mas, de certa forma, as cooperativas de crédito, não só foram controladas, como golpeadas pelo Estado, através da Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964, a qual “reformulou o sistema bancário nacional e determinou outras providências, onde o governo assumiu, por meio do Banco do Brasil, o ônus de financiar a produção primária, em detrimento do cooperativismo”, isso foi como se o Estado por meio do Banco do Brasil, tomasse o papel das cooperativas de crédito, que por sua vez, só voltaram a ter força na década de 80 (FORNECK, 2014).

A Reforma Bancária de 1964 criou o Sistema Financeiro Nacional e abriu caminho para a desarticulação quase que completa do cooperativismo de crédito, com pequena tolerância ao crédito mútuo. Essa Lei (4.595) equipara as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras, passando a ser fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (LIMA, 2011 *apud* CECOM, 2015, p. 32).

Segundo a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, em 2 de dezembro de 1969, haviam sete ramos de atividades cooperativas, entre estas atividades, estão as voltadas a agropecuária, ao crédito, as funções sociais chamadas de especial, com fins habitacionais, atividades mineradoras, cooperativas de consumo, as educacionais, as de infraestruturas, as de produção, as de trabalho, as cooperativas que prestam serviços de entretenimento de turismo e lazer, cooperativas dedicadas à preservação e à promoção da saúde humana e as voltadas ao ramo cooperativo do transporte, no entanto, nem todos os ramos cooperativos recebiam as mesmas fomentações e subsídios. A “representação nacional do cooperativismo era dividida

³² Foi o que aconteceu com o Banco do Brasil e a Cooperativa Aurora de Chapecó.

anteriormente a criação da OCB, pela ABCOOP (Aliança Brasileira de Cooperativas) e pela Unasco (União Nacional das Associações Cooperativas) ”, no entanto, o diálogo entre estas representações estatais e as cooperativas acabavam se tornando difíceis e as demandas não sanadas³³.

Sendo assim, este foi um dos motivos da criação da OCB, a qual substituiu a ABCOOP e a UNASCO, para que a partir de então, as cooperativas intensificassem seus trabalhos na lógica capitalista, no padrão moderno da agropecuária (FORNECK, 2014), tendo a possibilidade de um diálogo mais direcionado entre esta representação estatal e as cooperativas, a fim de que esse diálogo pudesse surtir efeitos positivos enquanto fomentações e subsídios às demandas cooperativistas.

As ações do estado, seguiram neste sentido, criando a Lei 5.764/71, a qual, segundo a OCB, serviu para controlar, fiscalizar e fomentar as cooperativas através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), os quais fizeram o enquadramento das cooperativas no sistema empresarial (FORNECK, 2014).

Em 1970, as cooperativas tiveram um período de amplo crescimento, o “milagre econômico”, onde a soja, impulsionou com o auxílio do Estado, o crescimento das cooperativas. As cooperativas, nesta época tiveram prioridade no comércio de 90% de tudo o que era exportado, contra 10% para todas as demais empresas tradicionais (FORNECK, 2014).

De modo geral:

O Estado não só polícia, como passa a estimular o desenvolvimento destas organizações, tanto no nível federal como estadual, originando, a partir de então, um movimento orientado de “cima”, isto é, das classes dirigentes em direção aos agricultores. É a rigor, um cooperativismo desvirtuado. O movimento que, na Europa, nasceu de espontaneidade e das necessidades de toda uma classe trabalhadora, toma formas inegavelmente artificiais no Brasil. E com esses mesmos contornos, ele vai se multiplicar em Santa Catarina. (PRATES, 1981, p. 13-15).

Assim, tanto no Brasil, como em Santa Catarina, o cooperativismo tinha pelo menos no discurso, o intuito inicial de neutralizar as especulações comerciais, fazendo com que o pequeno e o médio produtor rural ao longo do tempo, pudessem acompanhar o ritmo e o padrão da modernização rural que vinha se estabelecendo sobre o cenário global a partir do século XX, sendo que neste caso, o Estado foi o agente financiador da modernização da

³³ História do Cooperativismo. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>. Acessado em: 05 set. 2018.

agricultura, através do “Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, instituído pela lei 4.829/65”, somado ao “Banco do Brasil, Banco Central, bancos estaduais, bancos regionais de desenvolvimento, bancos privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, investimento e financiamento, cooperativas, órgãos de assistência técnica e extensão rural”, sendo o último representado principalmente pela Acaresc (FORNECK, 2014).

Conforme Prates (1981), as iniciativas referentes ao cooperativismo no estado de Santa Catarina ocorreram por volta de 1841, no início do século XX, influenciado por (i) migrantes europeus no Vale do Itajaí e no Sul do Estado, nas proximidades de Urussanga, local onde os (i) migrantes em geral encontravam-se desprovidos de recursos diversos, como a comunicação e o transporte, encontrando na união entre as pessoas, ou seja, na cooperação, a solução das dificuldades cotidianas, à formação das primeiras cooperativas no Estado (PRATES, 1981).

Outras cooperativas também nascem influenciados por João Maria Cancelier e Inácio Barzan, representantes de dois grupos cooperativistas ao redor de Urussanga, e por Giovanni Rossi na região do Vale do Itajaí³⁴.

No entanto, a partir de 1940, os movimentos cooperativistas conforme dito anteriormente, vieram “de cima para baixo”, com auxílio e incentivo do governo Estadual principalmente por intermédio do Banco do Brasil, e da DEAC (Diretoria de Economia e Assistência ao Cooperativismo), criada através do Decreto de Lei nº 9447 de 30 de maio de 1940, com o intuito de organizar, incentivar e orientar o sistema cooperativista em Santa Catarina, o que conseqüentemente expandiu às cooperativas nos ramos de atuação para além das áreas rurais. Surgiram assim, muitas cooperativas, que devido à falta de uma estrutura organizacional eficiente, fez com que a grande maioria destas, acabassem entrando em declínio, desencadearam um descrédito as cooperativas que (re) surgiam posteriormente (PRATES, 1981), como foi o caso da Cooperativa Tritícola Oeste Catarinense Ltda.: Aurora, que foi fundada em 1957 entrando em falência no mesmo ano.

O então Presidente brasileiro Juscelino Kubistchek (1956-1961), buscou implantar o “Plano de Metas” com incentivo à industrialização, via substituição de importações, programas energéticos e de infraestrutura no território brasileiro; Os investimentos seguiam: 43,4% a distribuição de energia, 29,6% ao transporte, 20,4% ao setor industrial, agricultura 3,2% e a educação com 3,4% (TAVARES, *apud* PRATES, 1981).

³⁴ 1900: O Surgimento das Cooperativas no Sul de Nosso Estado. *Jornal da Produção*, Florianópolis, v. 5, Jul de 1977. p. 12. Caderno Especial Dia Internacional do Cooperativismo.

Do pequeno percentual atribuído às práticas agrícolas, o incentivo encontrava-se voltado às práticas da Triticultura (Plantações de Trigo), produto considerável na balança comercial do país, tanto que, a compra e a venda de trigo era mediado pelo Banco do Brasil em 1956, através da aquisição da Carteira Agrícola, que desde 1938 era disponibilizada a população rural como instrumento de deliberação de crédito. Assim, o Banco do Brasil, passou a difundir as ideias cooperativistas pelas regiões brasileiras, além de facilitar a comercialização e o processamento do trigo em massa, processos que o pequeno e o médio produtor, em sua grande maioria não conseguiriam desenvolver com tamanha eficiência, tanto pela falta de conhecimento e habilidade, quanto pela falta de capital financeiro, maquinários e locais de armazenagem (PRATES, 1981, p. 20-22).

Pode-se dizer, que o desenvolvimento agroindustrial na região sul do Brasil, nesta época, encontrava-se em fase inicial de implantação. No entanto, representantes do Estado de Santa Catarina, planejaram garantir a implantação de cooperativas e indústrias voltadas à economia de base agroindustrial, a fim de “unir os agricultores em torno dos ideais cooperativistas, visando simplificar as operações no meio rural”, como a comercialização, além da “responsabilidade de classificar, secar, semi-beneficiar, ensacar e armazenar os produtos, operações não possíveis a maioria dos agricultores”. Os agricultores a partir de então, teriam um cadastro, para de certa forma, serem supervisionados pelo Estado, este, seria a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., a qual fomentava a produção regional focada em atividades tritícolas, que como dito anteriormente, foram impulsionadas pelo “Plano de Metas” de Juscelino Kubtschek, o qual previa a implantação de infraestruturas e indústrias via substituições de importações relacionadas a uma das principais matérias-primas da época, o trigo (PRATES, 1981).

Em vista do argumento apresentado de “unir os agricultores em torno dos ideais cooperativistas, visando simplificar as operações no meio rural”, este não foi o único motivo pelo qual o Estado passou a incentivar as cooperativas e indústrias na região, mas também pelo fato do declínio das lucratividades das vendas das terras pelas colonizadoras, bem como da decadência do ciclo econômico da madeira em Chapecó e região principalmente no período do pós linchamento (1950), onde o oeste de Santa Catarina foi reportado com certo desapareço pelo fato ocorrido (HASS, 2007); mas como a elite local era hegemônica, esta, utilizou-se de estratégias que os diferenciavam da população nativa, dos caboclos e índios, afirmando que eles eram os desordeiros, e que os (i) migrantes que aqui vieram era para progredir (agradar ao Estado), mas que se viam nesta situação pela falta da presença estatal

(PRATES, 1981;).

Logo, com o declínio econômico da madeira, e com as aspirações coronelistas, a economia local estava a mercê neste cenário, até que novamente a elite chapecoense se articula e promove a industrialização deste espaço como forma de apagar o passado e escrever um novo futuro, com base no contexto dos dominantes e não dos dominados (PRATES, 1981; HASS, 2007), sendo criado o frigorífico da Chapecó Alimentos pelos recursos próprios, de Plínio Arlindo de Nês e do Serafin Ennos Bertaso³⁵.

Isso porque, o Banco do Brasil, indiretamente, passava a atender os desejos do Estado, mas não diretamente o da elite municipal³⁶. O Banco do Brasil, difundia principalmente o movimento cooperativista, através da disposição de crédito aos associados, acompanhamento e fiscalização dos associados e dos procedimentos produtivos rurais e econômicos dos mesmos, projeto pouco aprovado pela elite chapecoense que mais tarde se tornaria os donos dos meios de produção privada, não querendo concorrência com as cooperativas (PRATES, 1981), até porque na época já existia na região a Sociedade Cooperativa Mista Palmitos (Cooper A1) de Palmitos criada em 1933, a qual já estava consolidada na região com bons resultados, mas em Chapecó não havia nenhuma. Além do Banco:

O Serviço de Expansão do Trigo (SET) e a Secretária de Viação, Obras Públicas e Agricultura do Estado de Santa Catarina, inicialmente a partir do D.E.A.C. (Departamento de Economia e Assistência ao Cooperativismo), posteriormente substituído pelo DOPr (Departamento de Organização da Produção), que realizaram trabalhos idênticos, levados pelos mesmos objetivos, isto é, reunir os pequenos e médios agricultores em associações cooperativas tendo em mira a racionalização, fiscalização e padronização da produção agrícola. Através desta política, de origem governamental, surgiu em Santa Catarina um movimento de “cima” para “baixo”, procurando agregar os agricultores e orientar a produção através de crédito rural, política de preços mínimos e difusão das práticas agrícolas mais rentáveis. Com a formação das cooperativas, estas seriam responsáveis pela construção de uma infraestrutura de capital intensivo, enquanto que o governo, além de complementá-la, orientaria sua política agrícola, no sentido de implantar uma infraestrutura de capital extensivo (PRATES, 1981, p. 21-22).

Logo, o movimento cooperativista de modo geral não teve sua origem no meio rural, ou ainda nem mesmo representou a consciência ou o desejo inicial do agricultor. No caso do

³⁵ Cabe dizer que o capital financeiro de Plínio advinha das atividades madeireiras, enquanto os do Bertaso relacionavam-se as práticas da colonização das terras.

³⁶ A elite municipal encontrava-se representada hegemonicamente sobre a figura dos representantes do poder econômico e social do município, como a polícia, os políticos, os colonizadores, os donos dos meios de produção, entre outros. Em outras palavras é a representatividade da sociedade por uma minoria de pessoas/grupos que concentram poder (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997 *apud* PETROLI, 2008).

estado de Santa Catarina, o movimento recebeu expectativas do Estado, por meio do Banco do Brasil, do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina - ACARESC e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, que financiavam a “produção, as obras de infraestrutura e a comercialização agrícola”. (MORAES, 1971 *apud* FORNECK, 2014, p. 153).

No entanto, o entusiasmo encontrava-se nos agricultores que possuíam maior afinidade com as relações bancárias, ou seja, um grupo restrito de produtores rurais, de maior domínio de capital financeiro, foram os quais futuramente deram origem às cooperativas agroindustriais da região, enquanto os demais provavelmente se tornaram funcionários fabris, integrados ou excluídos do sistema (PRATES, 1981).

Logo, o papel do Estado entre os anos 50 e 70, foi o desenvolvimento do:

Processo de internacionalização da economia, com grande participação do Estado como empresário e no desenvolvimento de infraestrutura (transportes, energia, portos) e políticas de incentivos fiscais. Todos esses fatores, aliados à disponibilidade de mão-de-obra barata, mercado consumidor emergente e acesso a matérias-primas e fontes de energia, atraíram empresas transnacionais para o território brasileiro. Houve uma grande ampliação do parque industrial, principalmente indústrias de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos). Já durante a década de 1970, ocorreu o milagre econômico brasileiro (SILVA, 2018).

Neste período, chamado “milagre econômico”, o governo do Estado, implanta em Santa Catarina “programas de modernização e educação no campo, com o objetivo de modernizar as práticas produtivas”, através da Acaresc, por exemplo, a fim de ocultar o discurso da “agricultura atrasada”, da “região retardatária”, em relação aos demais estados do país, fatores estes, que influenciaram significativamente a política do Estado Catarinense, em prol das cooperativas (FORNECK, 2014, p. 117).

No entanto, as cooperativas ainda estavam desacreditadas, e os agricultores, ainda se encontravam na mão dos atravessadores para comprar sua produção, relação difícil, que ao mesmo tempo era de ajuda, dependência e exploração:

Tinha muito intermediário comprador de feijão, milho era pouco, porco, tinha os compradores de porco e feijão, que eles levavam para São Paulo, e ganhavam muito dinheiro, quem pagava o pato era o colono, ele ganhava pouco. Os agricultores precisavam um setor que lhes desse garantia, e no caso era a cooperativa, veio salvar o produtor (SCUSSIATO, 2008 *apud* FORNECK, 2014, p. 118).

Cabe dizer aqui, com base na fala de Scussiato, que as cooperativas não vieram “salvar o produtor”, mas, de modo rústico, salvaguardar a elite cooperativista chapecoense e o desenvolvimento econômico conforme pretendia o Estado, onde o “salvar o produtor”, acabou ficando muito mais no discurso do que na prática. Isso porque, não foi o pequeno produtor que auxiliou diretamente na formação e na implantação das cooperativas em Chapecó, mas sim, pessoas com uma certa posição social ou econômica de reconhecimento no município.

Desde 1930 até meados de 1960, nas áreas mais remotas, as “safras” eram feitas nas áreas de baixa densidade demográfica, baseadas nas plantações de milho e com uma prática agrícola arcaica, de subsistência e uso comum da terra, onde desenvolvia-se o “sistema porco alçado”, criado a solto nos pinheirais e com pouco manejo, do qual surgiu os “tropeiros de porcos” que levavam os suínos a São Paulo recebendo pouco e, às vezes, nem recebendo pela matéria-prima (CEOM, 2008, p. 29 *apud* CECOM, 2015, p. 13), por isso, as cooperativas não vieram “salvar o produtor”, mas sim se localizar estrategicamente para o seu próprio benefício.

Com tanta incerteza, de receber e vender as safras, os produtores rurais passaram a ver as cooperativas mesmo que desacreditadas por suas falências contínuas, como uma forma de amenizar a exploração sofrida, já que os comerciantes “anoiteciam e não amanheciam”, fazendo muitas vezes os produtores rurais perderem suas safras, ficando até mesmo sem receberem pelas mercadorias entregues aos mesmos, uma vez que, os produtos eram vendidos sem nota, não havendo como cobrar os comerciantes desonestos, e assim as cooperativas, mesmo que impostas pelo Estado se tornaram um meio de melhorar os fatores de produção dos produtores rurais na hora da venda de seus produtos (FORNECK, 2014, p. 118).

O Estado neste contexto, queria modernizar Santa Catarina e diminuir o índice de empréstimos do Banco do Brasil aos pequenos produtores rurais, sendo que estes, queriam a certeza que iriam receber sobre suas produções. Portanto, no final dos anos 60, segundo o Programa Integrado de Desenvolvimento das Cooperativas do Oeste - PROESTE (FORNECK, 2014, p.18-19):

No oeste catarinense, numa abrangência de 36 municípios, atuavam 18 cooperativas agropecuárias, cinco cooperativas de eletrificação rural, 2 cooperativas de consumo, três cooperativas escolares, uma cooperativa madeireira, uma cooperativa cultural e uma cooperativa de crédito. O Programa apontava que 90% das propriedades da região eram minifúndios. O projeto objetivava, “a promoção do desenvolvimento do cooperativismo em sua área de ação, por meio do trabalho integrado dos órgãos envolvidos” (PROESTE, 1970). Em 1971, segundo Moraes, Santa Catarina contava com 82 cooperativas agropecuárias, que atuavam na “comercialização de cereais,

suínos, produtos de laticínios, avicultura, erva-mate, fruticultura, farinha e fécula de mandioca e outros produtos, além de promover a compra em comum de fertilizantes, corretivos, defensivos, máquinas e outros bens de produção” (MORAES, 1971, p.4 *apud* FORNECK, 2014, p.18-19).

O Estado queria diminuir o índice de empréstimos aos pequenos produtores por intermédio do Banco do Brasil, porque os pequenos produtores rurais representavam nos anos de 1960, 90% das propriedades rurais, chamadas pelo PROESTE de minifúndios. Sendo assim, estes produtores para não ficarem à deriva estatal, deveriam recorrer às cooperativas, as quais os aceitariam desde que estes se tornassem integrados, subordinados, ou ainda engessados a mesma (FORNECK, 2014).

A diminuição desses empréstimos também consistia de modo singular, para que diminuísse a quantidade de pessoas no interior do Banco do Brasil, já que empréstimos individuais demandavam de uma burocracia maior. Entretanto, se o banco emprestasse um valor significativo às cooperativas, elas teriam de redistribuir o valor aos seus associados, o que de fato faria o número de associados aumentar, para que então, esse pequeno produtor tivesse acesso aos financiamentos, lucrando assim, o banco pelos empréstimos com “certeza de recebimento”, a cooperativa que ampliaria sua rede de associados, e o próprio associado que conseguiria adquirir o financiamento para se padronizar e trabalhar na cooperativa, não levando aqui em consideração os contrapontos da subordinação dos produtores rurais (FORNECK, 2014).

Para conseguir financiar uma trilhadeira, tinha que ser sócio. O banco não largava o dinheiro se não fosse pela cooperativa, já era um combinado entre cooperativa e banco (B.G, 2015). Serrano, que era um dos diretores, confirma esse direcionamento do crédito rural do Estado para a cooperativa. “O indivíduo que não era associado, teve que se associar para conseguir financiamento” (SERRANO,2012). Defende Scussiato, um dos sócios fundadores da cooperativa, que o condicionamento ocorreu principalmente porque A Cooperativa era uma garantia para o banco. Porque a cooperativa conhecia os sócios e podia dizer “para esse empresta e para esse não” (FORNECK, 2014, p. 131-132).

Para promover o desenvolvimento do cooperativismo, os órgãos representativos das cooperativas de Santa Catarina foram a ASCOOP - Associação das Cooperativas de Santa Catarina (1964), a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC (1971), e a FECOAGRO Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina (1975), bem como o Programa Integrado de Promoção e Desenvolvimento do Cooperativismo (1976), o Incra, Acaresc e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater. Estes

programas e órgãos defendiam que o cooperativismo:

É como uma forma de organização do produtor, que tem permitido efetivamente encontrar soluções para os problemas que surgiram com o rápido desenvolvimento da agropecuária, principalmente na infraestrutura de transporte e armazenagem coletora, no fornecimento de insumos e na prestação de serviços. A cooperativa tem se constituído em instrumento regulador de preços que beneficia diretamente ao cooperado e indiretamente ao agricultor. (FORNECK, 2014, p.119).

Portanto, a partir dos anos 70, definitivamente o cooperativismo se tornou um instrumento do Estado, amplamente aceito para levar a modernização a uma parcela restrita dos pequenos produtores rurais, inserindo-os seletivamente na economia de mercado, onde:

O incentivo ao cooperativismo por parte do governo estadual objetivava inserir o agricultor no mercado. Com predomínio de pequenos agricultores, as cooperativas são vistas como agentes que possibilitam “ao agricultor participar do processo de comercialização e industrialização, recebendo mais pelo seu produto” (OLINGER, 2014 *apud* FORNECK, 2014, p.120).

O discurso de receber mais, ser sócio, disposto pelas cooperativas, visavam a colaboração mútua, que não é tão mútua assim, e que nem sempre os objetivos são comuns entre as cooperativas e os associados, mas que de certo modo diminuiu a especulação produtiva, uma vez que, esta diz buscar a garantia de que o associativismo cooperativista, resultasse de um progresso social e econômico conjunto, ou seja, um progresso de todos os envolvidos no processo, no caso, os grandes, os médios e os pequenos produtores rurais, integrados inicialmente à cooperativa, e futuramente à indústria cooperativista, a agroindústria.

As cooperativas ao longo do tempo deixaram de apenas armazenar e acumular grãos para vendê-los ou encaminhá-los às indústrias terceiras, mas foram se configurando como agroindústrias, entre as décadas de 60 e 70, como é o exemplo da Cooperativa Aurora.

Assim, cooperativas, indústrias e agroindústrias passam a trabalhar unidas em prol do processamento e do comércio agropecuário, tanto no Brasil, quanto no Oeste de Santa Catarina. Pois, a agroindustrialização, além de ser uma alternativa aos pequenos e médios produtores rurais para modernizarem-se, de forma seletiva, é claro, também representou uma forma de inserção dos produtores rurais no mercado com maior facilidade, tanto no mercado nacional, quanto mundial.

Estes produtores, encontraram nas agroindústrias, uma forma de se tornarem sócios no

discurso, e engessados na realidade, o que mesmo assim, garantiu, de certa forma, os preços e a compra dos produtos do campo, diferentemente dos atravessadores, e conseqüentemente geraram mais empregos e renda nas áreas rurais³⁷, uma vez que, também necessitaram de uma demanda maior de matéria-prima e mão-de-obra, desencadeando um maior dinamismo urbano às cidades do oeste catarinense, já que, os discursos das cooperativas, se limitam a apresentá-lo como a melhor solução entre o “capitalismo selvagem” e o “socialismo improdutivo” (FORNECK, 2014, p. 121;122).

³⁷ RURALTINS, 2018. Disponível em: < <http://ruraltins.to.gov.br/agroindustria/>>. Acessado em: 20 jan. 2018.

2.3 CHAPECÓ E O COOPERATIVISMO: A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA.

Por ser uma região colonizada por (i) migrantes, baseada em minifúndios, e com um trabalho rural quase que plenamente familiar, já que as famílias possuíam uma numerosa quantidade de integrantes, o trabalho no campo inicialmente baseava-se em uma agropecuária rudimentar e subsistencial tanto em Chapecó como nos demais municípios do oeste catarinense, no entanto mais tarde o trabalho rural e do campo se efetivou como uma agropecuária de excedentes com foco ao atendimento dos complexos agroindustriais que ao longo do tempo iam se implantando.

Enquanto isso, o cooperativismo apresentava-se na região, como uma alternativa às empresas S.A., e aos atravessadores, o mesmo, já se fundamentava nos princípios de Rochdale da Inglaterra, segundo a fala de Olinger (2014) disposta nesta dissertação, no entanto, não tendo a mesma essência, já que o cooperativismo no Brasil foi um movimento que veio de “cima”, mantendo os princípios de Rochdale como discursos, no entanto, nem sempre os colocando em prática. Aqui, o cooperativismo foi se desenvolvendo através do fomento estatal por vias de carência tecnológica dos pequenos e médios produtores rurais, ou seja, o cooperativismo brasileiro, catarinense e oeste catarinense, foi incentivado e tutelado pelo Estado, projeto imposto, em prol do desenvolvimento regional, que por um bom tempo, foi “ignorado” das políticas públicas de incentivo por parte do Estado.

Em função das atividades econômicas de Chapecó estarem extremamente voltadas às áreas de agricultura e pecuária, região de “vocação agrícola”, fez com que em 1957, o sistema cooperativista ganhasse forma no município, pois   fundada e implantada a Cooperativa Triticola Oeste Catarinense Ltda. em Chapecó. A Cooperativa Triticola, centralizava matérias-primas nos seguintes municípios: Coronel Freitas, Rodeio Bonito, Colônia Cella, Fazenda Zandavalli e Linha Baldissera, sendo ela a primeira cooperativa relevante do município chapecoense (SILVESTRIN³⁸, 1999).

³⁸ Alvirio Silvestrin   escritor; pesquisador e historiador da imigra o italiana no sul do País.   Riograndense nascido na cidade de Serafina Corrêa e, atualmente, residente em Balneário Camboriu. cursou Contabilidade em Getúlio Vargas, mas preferiu a área administrativa, como os 10 anos de Diretor de Comunica o Social na Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste. Foi presidente, por duas gestões, da Associa o V neta de Chapecó (Circulo Italiano). Membro da ACHE – Associa o Chapecoense de Escritores. Desde 1970 escreveu e publicou uma dezena de livros, especialmente biografias de famílias italianas que migraram do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense. Entre elas: BODANESE, Gera o de um Pioneiro e GAMBATTO, Saga de uma Família de Imigrantes Italianos, e, Os Sinos de San Silvestro (Romance). Fonte Academia de Letras. Disponível em: <<http://albc.com.br/membro/Alvirio-Silvestrin>>. Acessado em: 15 set.

A organização estrutural da Cooperativa Tritícola, criada em 1957 teve uma atuação limitada “devido ao tamanho da área de abrangência, que ia de Chapecó a Itapiranga, e devido aos cortes nos incentivos governamentais por parte do governo aos produtores de trigo. Essa cooperativa tem atuação de apenas alguns anos, e por volta de 1964/1965 é desativada” (FORNECK, 2014, p. 124).

Em outras palavras, significa dizer, que as políticas voltadas à produtividade e expansão tritícola e cooperativista neste espaço histórico e geográfico, temporariamente fracassou (PRATES, 1981). Logo, entre as décadas de 1960 e 70, além de desorganizadas, as cooperativas também se encontravam ineptas, e mesmo usando os discursos como sendo uma alternativa para a comercialização dos produtos rurais dos pequenos e médios produtores, encontravam-se desacreditadas:

É, o cooperativismo naquela época estava muito em baixa, era muito mal visto. Então, foi bastante difícil. Acontece que nós tínhamos aqui o gerente do Banco do Brasil, que era muito bem visto. E a gente teve apoio também de outras pessoas, de órgãos não governamentais de certa expressão, que apoiaram esse trabalho, sabe. E inclusive a Igreja deu, em parte, esse apoio e o agricultor confiava e daí que foi fácil. Se era só pelo colono em si ia ser difícil porque eles não creditavam muito não, porque as cooperativas andavam falidas, muita falcatrua e muita coisa nas cooperativas. (SCUSSIATO, 2008 *apud* FORNECK; PAIM, 2012).

As cooperativas estavam desacreditadas pela sequencial falência das que já haviam sido fundadas, especialmente a Tritícola. O órgão responsável por fomentar o cooperativismo, o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina - FUNDESC, idealizado por Alcides de Abreu em 1963, durante o PLAMEG I, servia como fonte de recursos aos bancos voltados ao desenvolvimento do Estado:

O fundo tinha duas opções: ou obedecia estritamente a regulamentação da lei, sem garantia, entretanto do sucesso do investimento nos projetos aprovados, ou seja, apoiar projetos de empresas e empresários já consolidados no estado. Optou-se pela segunda via para, garantir o desenvolvimento de Santa Catarina e não desperdiçar recursos, levando ainda em consideração a geração imediata de empregos para a crescente população urbana. (GIESE, 1991, p. 87-89).

Esta citação evidencia a articulação político-empresarial do estado com os donos dos

meios de produção³⁹, pois, optou-se por favorecer as empresas que já estavam implantadas e praticamente consolidadas, não dando vez ao surgimento de novas empresas, uma vez que, entre as décadas de 60 e 70, Plínio foi Secretário dos Negócios do Oeste e Atílio Fontana Secretário da Agricultura, Senador e Vice-governador, os quais também nesta mesma época eram os principais donos dos meios de produção de Chapecó. Segundo Abreu:

Foi boa e válida, mas questiona hoje sua legitimidade, pois poucos dele se beneficiaram. Não foi realizado um “grande leilão de oportunidades”, e quem conseguiu financiamento foi “altamente beneficiado”. Os contatos políticos e laços pessoais influenciaram na aprovação ou não dos projetos entregues ao fundo. (GIESE, 1991, p. 89).

Sendo assim, em 1967, Setembrino Victorino Zanchet gerente do Banco do Brasil de Chapecó, acompanhava então os preparativos para a I EFAPI (Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Chapecó). Por ser gerente do Banco do Brasil, Zanchet, possuía no município uma “boa reputação”, pois era ele, quem tinha e liberava o “dinheiro” (SILVESTRIN, 1999). A Efapi foi uma forma de articulação político-empresarial a fim de expor Chapecó ao cenário econômico, na pretensão de se fazer pertencente ao Estado de Santa Catarina, bem como, chamar a atenção do estado, a fim de balizar estratégias para tornar o município um pólo agroindustrial, pois:

Quem levou aquela Efapi aquele pavilhão grande de alumínio que tem lá fui eu, quando eu era secretário da agricultura, esse pavilhão estava aqui na fazenda rissacado eu achei que aqui não é lugar de agricultor Florianópolis não era lugar, o lugar era Chapecó e aí levei aquilo para lá contra todo mundo ali o único camarada que me apoio na época foi o Celso Ramos, que foi um grande governador, e eu disse “ Seu Celso lugar de agricultura e agricultor é lá no oeste catarinense não é em aqui na Ilha de Santa Catarina”, porque eles botaram esse pavilhão aqui para fazer exposição agropecuária, exposição agropecuária aqui na ilha com quem? Desmontei o pavilhão, que eu era secretário da agricultura e tinha força, e levei lá para Chapecó. (OLINGER, 2014).

Exposto o “potencial agropecuário” no “lugar de agricultura e agricultor”, Chapecó passou a ser um ponto estratégico à implantação de novas unidades agropecuárias. O potencial agropecuário do município e região, foi observado principalmente durante a Efapi,

³⁹ Neste caso, não é levando em consideração o agricultor como um dos donos dos meios de produção, pois este, que é agricultor ou produtor rural, é dono de sua propriedade e do que produz, no entanto, na maioria das vezes, não manda, não opina, em nada.

logo, contrapunha-se com a falência da Cooperativa Triticola Oeste Catarinense Ltda. Nesta circunstância, Zanchet buscou traçar estratégias juntamente com Aury Luiz Bodanese, para explorar o potencial econômico agropecuário do oeste catarinense, através da implantação de uma nova cooperativa, para que assim fosse possível comprar e vender a produção dos associados (SILVESTRIN, 1999).

Então em 1967, formou-se a Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda. – Cooperchapecó⁴⁰, financiada por Zanchet e liderada por Aury L. Bodanese⁴¹.

Em 1967 o Banco do Brasil toma a iniciativa de reestruturar uma nova cooperativa, dessa vez mista, que pudesse comprar não apenas o trigo dos produtores, mas também outros produtos como feijão, milho, soja, etc. Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 29 de outubro de 1967, acontece a reforma dos estatutos da cooperativa triticola que é transformada em Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda. – Cooperchapecó (FORNECK, 2014, p. 124).

No entanto, alguns relatos indicam que Aury, não teria sido escolhido por acaso a presidir a Cooperchapecó:

Ele entrou na cooperativa pelo Banco do Brasil, pois ele devia uma conta meio grande, que para pagar não era fácil. E o Setembrino Zanchet, que viu nele um homem vivo, porque na parte comercial dá para tirar o chapéu para ele, mas em outras [...] E o Banco para se cobrar a conta formou a cooperativa, reestruturou a triticola, trouxe o Aury para dentro, daí a cooperativa já comprou a propriedade dele no Alto da Serra, e aí a devedora passou a ser a cooperativa. (BALDISSERA, 2008 *apud* FORNECK; PAIM, 2012, p. 229-230).

Ou ainda, porque:

Nós tínhamos um prazo mínimo para dar uma resposta para o governo, para pedir a reestruturação da cooperativa. Ele já tinha experiência, íamos pôr quem naquela época? Uma era Baldissera, tinha um dos Braun, tinha eu e o Aury Bodanese, porque, verdadeiramente agricultor, não tinha nenhum. Ali tinha um caso que eu não gostaria muito de tocar, o Banco do Brasil tinha bastante negócios com o Aury Bodanese, e o Aury também devia no banco, então ali uma mão lavou a outra depois, mas ninguém toca nisso. (SCUSSIATO, 2008 *apud* FORNECK, 2014).

Então, Aury de fato não foi escolhido aleatoriamente, houve uma articulação

⁴⁰ Atual Cooperativa Regional Alfa - Cooperalfa

⁴¹ Atualmente presidida por Mario Lanznaster. “Já ouviu falar no Mario Lanznaster. Ele foi nosso “empregadinho” trabalhou lá no oeste, um grande extensionista e por ser grande extensionista hoje é um dos maiores agroindustriais do Brasil”. (OLINGER, 2016).

estratégica por ambas as partes, ou seja, “uma mão lavou a outra”, por ora, a citação também afirma que “verdadeiramente agricultor, não tinha nenhum”, no entanto, como não teria nenhum agricultor para presidir a Cooperativa, se a Cooperativa foi criada com o intuito de ajudar os pequenos e médios produtores rurais? Quem formou a Cooperativa, a formou em prol do discurso de que os pequenos e médios produtores rurais estariam “sofrendo com os atravessadores”, logo, como não havia de ter nenhum agricultor a presidi-la?

Mesmo não sendo um agricultor nato, Aury passa a liderar as atividades da Cooperativa no dia 29 de outubro de 1967, junto aos silos da CIBRAZEM⁴², estabelecendo-se posteriormente, em janeiro de 1968 no armazém da rua Quintino Bocaiuva nº 1.195 esquina com a Av. Fernando Machado, área central do município de Chapecó, abandonando nesta data a barraca de camping da Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM e se instalando neste local, conforme imagem 2 (SANTANA, 2014; SILVESTRIN, 1999).

Segundo a Biografia de Setembrino Zanchet (1993/1994), nos primeiros meses de 1968, a nova Cooperativa ocupou o imóvel da imagem 2, como depósito de insumos agrícolas, servindo também para atender aos associados da Cooperchapecó:

O trabalho começou com um pequeno capital, uma máquina de datilografia, uma calculadora, um silo alugado para receber a primeira safra de trigo e o sócio Alcides Biffi Fin como funcionário no escritório, além do presidente. No depósito, em serviços braçais, trabalhavam mais três homens. Nem bem com um ano de atividade já era criado o primeiro posto de recebimento e comercialização, com 200 associados (SILVESTRIN, 1999, p. 29).

⁴² Atual Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, criada pelo Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1 de janeiro de 1991. A Conab se originou da fusão de três empresas públicas, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que atuavam em áreas distintas e complementares, quais sejam, abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente. (SANTANA, 2014).



Imagem 2: Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda. – Cooperchapecó
Fonte: Cooperalfa < <http://www.cooperalfa.com.br/nossa-historia#>>.

Com a expansão gradativa da rede de integrados nos municípios de Coronel Freitas, Rodeio Bonito, Colônia Cella, Fazenda Zandavalli, Linha Baldissera e São Carlos, somado ao aumento da procura por produtos agropecuários, a Cooperchapecó, passa a necessitar de um sistema de objetos mais eficiente, portanto, mais tecnológico, mais modernizados, que propiciasse uma melhor produtividade, e conseqüentemente maior lucratividade sob os produtos dos produtores rurais. Posteriormente, foram implantados postos de centralização no Alto da Serra, Caxambu do Sul, Nova Erechim, Sobradinho, Águas de Chapecó, entre outras localidades. Os produtores rurais então encaminhavam o total das matérias-primas aos postos de centralização, que depois eram direcionados à Cooperchapecó (LIMA, 2015).

No mesmo ano, as cooperativas foram incentivadas dentro do então projeto de extensão rural proposto e controlado por Glauco Olinger, pois, “no governo Ivo Silveira 1968, existia meia dúzia de cooperativas em Santa Catarina sem nenhuma expressão econômica ou social, era cooperativa de mate era cooperativa de fumo, mexia só com mate ou fumo, inclusive Chapecó” (OLINGER, 2014), mas, com o passar do tempo foram ganhando ênfase o arroz, a soja, os suínos e aves. As cooperativas passaram a ser fomentadas principalmente porque:

Aqui no sul do estado na lavoura de arroz houve uma bela colheita e naquela época o agricultor colhia o arroz e amontoava fazia as merdas na propriedade e tinha que dar fim naquele arroz em 48 horas porque ele não

tinha secador não tinha como armazenar, deu uma safra excelente ele emendou aquele arroz e o intermediário que era quem comprava e tinha o engenho disse “olha, o preço é tanto”, 30 dias depois o arroz tinha triplicado o preço e aí eu fiz uma campanha no sul do estado, cujo coordenador da campanha era Afonso Back, engenheiro agrônomo, Afonso Back, ele reunia a comunidade e dizia “por quanto você vendeu seu arroz?” “À tanto”, “Quanto custava uma saca?” “5 cruzeiros” “Quanto é que está valendo uma saca de arroz agora” “15 cruzeiros” “porque é que você não guardou o arroz” “nós não temos secador nem armazém doutor” e ele disse “façam uma cooperativa que o governo vai financiar a construção do armazém e do secador sem juro e com o prazo de 12 anos para pagar” que foi o projeto de cooperativismo da Acaresc. O arroz era o grande motivo na época, se você fizer um armazém com secador você não precisa vender o arroz para o engenho você pode esperar preço, agora para você fazer isso o governo só faz se você se reunir com um grupo de agricultores através de uma cooperativa e a extensão ensinava como organizar a cooperativa, tem que ter estatuto, toda aquela organização cooperativista, isso começou em 1968, e lá em Chapecó tinha um gerente do Banco do Brasil na época⁴³. (OLINGER, 2014).

Neste contexto, o fomento das cooperativas não era para beneficiar somente os pequenos e médios produtores rurais, que não precisariam mais vender seus produtos aos intermediários ilegítimos, mas sim, às novas cooperativas que poderiam surgir com o auxílio do gerente do Banco do Brasil, que neste caso era Zanchet. Assim, as cooperativas seriam e são, como os próprios intermediários, porém legitimados e com um forte discurso de ajuda mútua, apoiadas agora pelo Estado através do Banco do Brasil.

Através do apoio do Estado, a Cooperchapecó adquiriu um terreno da Empresa Bertaso⁴⁴, no prolongamento da rua Fernando Machado, e mais 22 caminhões Mercedes Benz que levavam o lema: “Cereais de Santa Catarina para Alimentar o Brasil⁴⁵” (SILVESTRIN, 1999).

Adquirir um terreno era o auge e o progresso do momento, pois nos meios de comunicação circulavam anúncios chamativos e convincentes, assim, o intuito primário nesta

⁴³ Veremos no decorrer desta dissertação que Olinger no discurso, incentivava as formações cooperativas, mais quando foi para apoiar a compra do Frigorífico Marafon pela Cooperativa Aurora, o mesmo, se negou por sofrer pressões políticas.

⁴⁴ Para a colonização das terras onde hoje se localiza o município de Chapecó, foram concedidas a Sociedade Bertaso, Maia e Cia, de propriedade dos coronéis Agilberto Maia, Manoel dos Passos Maia e Ernesto Francisco Bertaso, essas terras. Isso por que, os mesmos obtiveram suas concessões do Governo do Estado de Santa Catarina por haver “aberto” a estrada entre Passo Goio-Ên e Passo dos Índios (Chapecó). (PERTILE, 2008, p. 62). Em 1923, é dissolvida essa sociedade, e o coronel Bertaso constitui a firma – a Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso – assumindo o processo de colonização efetiva. Instala então a sede da empresa colonizadora no antigo povoado Passo dos Índios, que em 1939 passa a denominar-se Chapecó. GRETZLER, 2011.

⁴⁵ Atualmente se localiza o Posto, o Mercado e a Agropecuária da Cooperativa Alfa – Os caminhões foram financiados pelo FUNDESC e BRDE.

região era ocupar as terras, seguido da intencionalidade de fins lucrativos à Colonizadora⁴⁶ “Bertaso, Maia & Cia, e de seus proprietários Ernesto Francisco Bertaso, Manoel Passos Maia e Agilberto Attilio Maia” desde 1918 (VICENZI, 2014, p. 304).

Ao Estado interessava garantir a posse e o domínio da região. Povoando-a com núcleos populacionais agrícolas, legitimava seu poder sobre o território, impedindo assim que fosse alvo de reivindicações territoriais, como a apresentada pelo Paraná, ou de lutas pela posse de terras, como no caso do Contestado. Por seu lado, a Colonizadora Bertaso interessava-se na concessão de amplas áreas de terras a serem tituladas, para desmembrá-las em pequenas e médias glebas a serem vendidas para camponeses sequiosos de terra. Através da propaganda, realizada no Rio Grande do Sul, que enfatizava o caráter virgem e fértil das terras oferecidas, a Colonizadora Bertaso incentivava os migrantes a adquirir pequenos e médios lotes rurais no oeste de Santa Catarina. Sobretudo, a propaganda proporcionou a rápida propagação entre os colonos gaúchos da ideia de que a ‘riqueza’ aguardava a todos, no oeste de Santa Catarina (VICENZI, 2014, p. 305)

Após a aquisição do terreno, a Cooperchapecó, como já dito por Silvestrin (1999), e também exposta no Jornal Folha D’Oeste Ano VI, número 255 de 18 de julho de 1970, no dia 25 de julho, na comemoração da festividade do Colono e Motorista o Sr. Governador Ivo Silveira entrega os 22 caminhões a Cooperativa, momento retratado pela mídia local como “25 de Julho vai ter Grande Festa”⁴⁷.

Com a eminente expansão da demanda agroindustrial e da oferta de produtos agropecuários, a Cooperchapecó se une com Cooper Xaxiense em 1974, formando assim a Cooperativa Alfa ou Cooperalfa, a qual passou a desdobrar inúmeras atividades nos segmentos de suinocultura, avicultura, citricultura, bovinocultura de leite, recebimento e industrialização de trigo, soja e milho⁴⁸. A Cooperativa passou a expandir as suas áreas de atuação inicialmente para as regiões mais próximas, criando novos centros de apoio e recebimento. A mesma, também serviu como pilar para a eclosão de outras cooperativas e sociedades do mesmo gênero produtivo e econômico na região oeste catarinense, principalmente a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.: Aurora.

Entre o processo de junção da Cooperchapecó com a Cooper Xaxiense, que deu

⁴⁶ A colonizadora se desmembrou em “21 de novembro de 1923” passando a ser chamada de Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso.

⁴⁷ Neste mesmo ano, no Jornal Folha D’Oeste Ano VI, número 242 de 18 de abril de 1970, Francisco Grillo Diretor do BRDE esteve segundo o Jornal em Chapecó, “entregando a Cooperchapecó um cheque de 78 mil cruzeiros novos, que representava a primeira parcela de um financiamento de 920 mil e 50 cruzeiros novos, destinados a construção da sede própria e parque agroindustrial daquela importante cooperativa”.

⁴⁸ A Cooperalfa. Fonte: www.cooperalfa.com.br, acessado em: 16 out. 2015.

origem a Cooperativa Alfa em 1974, houve uma importante articulação estratégica realizada principalmente por Aury L. Bodanese, que buscou neste intervalo de tempo formar uma cooperativa industrial no município de Chapecó, a qual deveria, *a priori*, atender as demandas das cooperativas regionais que se tornariam filiadas à cooperativa industrial. A cooperativa industrial foi formada oficialmente no dia 15 de abril de 1969, se constituindo formalmente segundo a Ata disposta no Anexo I, no município de Chapecó. Oficialmente esta cooperativa industrial passaria a ser chamada de Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda./Cooperativa Central Oeste Catarinense de Responsabilidade Limitada, criada por mais dezessete homens⁴⁹, além de Aury, que representariam neste ato, oito cooperativas⁵⁰ agropecuárias existentes nos pequenos municípios do oeste catarinense.

Os fundadores da Cooperativa, assim como o presidente da mesma, como já dito anteriormente, não foram escolhidos por acaso, pois eles, de certo modo representavam a gerencia das principais atividades econômicas da época ou ainda demonstravam relações bancárias formais legitimadas, o que não era algo homogêneo na época:

[...] não era só eu, o Aury era comerciante, não entendia nada de cooperativa, o único que entendia alguma coisa era o Baldissera, que tinha sido presidente dessa cooperativa que quebrou. O Orlando Cella não entendia nada, era madeireiro, o Kovaleski era ervateiro, morava lá no Bormann, tudo assim, mas eles pegaram nós porque nós morava tudo perto, era colono, eles já me conheciam, tinha feito financiamento, tinha para certo eles. Até disseram que não era para trabalhar, mais era... (FIN, 2008 *apud* FORNECK; PAIM, 2012, p.225).

Por outro lado:

A única indústria em Chapecó, o Frigorífico Chapecó, não absorvia 30% (trinta por cento) da produção de suínos. O restante, mais o frango, a soja e o milho, por falta de indústrias locais, eram escoados naturalmente para a industrialização em outras regiões: Concórdia, Videira, Curitiba e o norte do Rio Grande do Sul (SILVESTRIN, 1999, p. 71).

O município de Chapecó “tinha campo para a instalação de várias empresas, de igual ou até, de maior significado econômico, para transformação da variada e cada vez mais

⁴⁹ Orlando Cella, Wilibaldo Zimmermann, Valmor Lunardi, José Fernandes de Moura, Valmor Pivatto, Valmor Bertuol, Jacyr Tofolo, Paulo Farinon, Jaime Marcon, Norberto Pollmaier, Ercole Roman, Domingos Faé, Alcides Biffi Fin, Oscar Massing, Cético Cesco, Alcino Kehl e Antonio Mazarotto Sobrinho.

⁵⁰ Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó, Cooperativa de Laticínios Chapecó, Cooperativa Mista Xaxiense, Cooperativa Mista Lageado Grande, Cooperativa Agrícola Mista Regional de Xanxerê, Cooperativa Mista de Palmitos, Cooperativa Agropecuária São Carlos e a Cooperativa Mista Modelense. Observação no momento de formação da Cooperativa Aurora, a Cooperativa Alfa ainda não existia.

volumosa produção agropecuária do oeste catarinense” (ZANCHET, 1993/1994), até porque, a disponibilidade, ou seja, a “sobra” de matéria-prima no município de Chapecó, girava em torno de 70% do total produzido, o que as tornavam mais baratas. Assim, estrategicamente, a Cooperativa Aurora seria um objeto geográfico idealizado à desenvolver uma centralidade, ou seja, a cooperativa que teria todas as outras cooperativas como filiadas, uma cooperativa central industrial/agroindustrial, que com o passar dos anos, se tornaria um agente geográfico hegemônico, centralizador dos bens, e do capital regional, além de absorver a grande oferta das matérias-primas que até então eram encaminhadas a outras regiões.

A nova cooperativa, teria de centralizar o processamento das matérias-primas, bem como, realizar o planejamento comercial dos produtos produzidos, e assim, seria chamada de Cooperativa Central. Esta, desenvolveria seu trabalho à medida dos pilares do “triângulo operativo: o produtor negocia seus produtos com a cooperativa em que está associado; esta, repassa para a Cooperativa Central que, por sua vez, é a responsável pelos grandes negócios de comercialização junto aos grandes centros” (SILVESTRIN, 1999, p. 89). Em outras palavras, os produtores rurais vendiam seus produtos pelo preço estipulado pela cooperativa subordinada, esta, encaminharia os produtos a Cooperativa Central que se necessário desenvolveria o processamento do produto, colocando-o posteriormente no mercado consumidor nacional e internacional (LIMA, 2015).

Assim, as cooperativas de modo geral foram ganhando a confiança dos produtores rurais, principalmente através dos discursos, como: “Nada é mais importante do que ver crescer os sonhos plantados em conjunto, e vamos garantir o nosso associado, a Cooperativa bota preço⁵¹”, frases que são ditas aos produtores que anteriormente encontravam-se somente à mercê dos atravessadores, dos intermediários e do Frigorífico Chapecó, mas que a partir do dia 15 de abril de 1969, poderiam ser “menos explorados” pela Cooperativa Aurora, quando esta, conseguisse se implantar no município chapecoense.

⁵¹ Leomara Cerizolli – Memorial Aury Luiz Bodanese, 2018.

2.4 DA FORMAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DA COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA. NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Antes mesmo da formação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., havia nesta região três principais frigoríficos relevantes ao objeto de estudo desta pesquisa, entre eles estão a Sadia, a Chapecó Alimentos e o Frigorífico Marafon.

A princípio, os dois mais hegemônicos na época eram a Sadia de Concórdia liderada por Atílio Fontana e a Chapecó Alimentos liderada por Plínio A. de Nês. Todavia, o Frigorífico Marafon que começou a ser construído em 1954, iniciando suas atividades em 1956, era liderado por André A. Marafon, que já naquela época observava a grande aceitação dos produtos de base suína e respectivamente a oferta desta no município chapecoense, mas que, no entanto, não se equiparava a hegemonia dos outros dois frigoríficos⁵².

Segundo o Álbum do Cinquentenário de Chapecó, as atividades no Frigorífico Marafon iniciaram com um abate de 5 a 10 cabeças de suínos/dia, podendo atingir uma capacidade de 200 cabeças de suínos/dia, sendo que já naquela época os produtos produzidos pelo Frigorífico Marafon levavam a marca “Aurora”, que neste ato, não estabelecia nenhuma relação com a Cooperativa, até porque, a Cooperativa Aurora havia sido criada em 15 de abril de 1969.

Com a criação da Cooperativa Aurora, a mesma, iniciou suas atividades garantindo primeiramente os seguintes serviços:

Recebimento, classificação e armazenamento da produção de origem vegetal ou animal, segundo programas operacionais previamente estabelecidos; transporte da produção dos associados aos depósitos da Cooperativa; beneficiamento e industrialização dos produtos se for o caso, registrando as marcas necessárias, venda dos produtos nos mercados locais, nacionais e estrangeiros; compra e fornecimento de gêneros e artigos de uso e consumo pessoal e doméstico, bem como utensílios e máquinas agrícolas, fertilizantes e inseticidas adiantando, em dinheiro, o valor dos produtos recebidos dos associados ou que estejam em fase de produção. Promoverá, ainda a educação cooperativista do quadro social e aprimoramento técnico-profissional dos associados e participará de campanhas de expansão do cooperativismo ou fomento da agricultura e da modernização dos meios de produção (SILVESTRIN, 1999, p. 64).

No decorrer destas atividades, a Cooperativa Aurora buscou criar um Plano de Ações, que segundo a Ata da Assembleia Geral do dia 30 de agosto de 1969, previa:

⁵² Álbum do Cinquentenário de Chapecó.

1) - Construção de um armazém de capacidade elevada, mais ou menos 500.000 sacos, para receber os produtos das associadas que, na sua totalidade, não têm condições de estocar os produtos, vindo a deteriorar-se por falta de espaço. 2) - Aquisição ou instalação de um matadouro frigorífico, capaz de atender a oferta de suínos pelas associadas e, com isso, estabelecer um equilíbrio de preços nas safras e entressafras, evitando a exploração da indústria similar. 3) - Montagem de uma fábrica de rações para as próprias associadas, com o intuito de baratear o preço de custo na criação de suínos e fornecer maior margem de lucro para o criador associado. (ZANCHET, 1993/1994).

Neste plano de ações, dentre outros, o principal objetivo voltava-se a aquisição de um frigorífico, para que este, fosse a cooperativa central industrial. Neste contexto, nas Ata n. 4 e 5⁵³ da Cooperativa Aurora do ano de 1969, o plano quinquenal é aprovado e já encaminhado a Florianópolis, com as propostas para a aquisição do Frigorífico Marafon, que neste momento, apresentava dificuldades econômicas e conseqüentemente produtivas. Para que a compra do Frigorífico Marafon fosse proposta e ouvida, houve uma reunião em Florianópolis que contaria com os representantes do FUNDESC, principal órgão financiador da aquisição do Frigorífico, do Secretário Acaresc Glauco Olinger, de Setembrino Zanchet gerente do banco do Brasil, de Aury Bodanese presidente da Cooperativa Aurora e dos Srs. Lydio e José Ivo Marfon proprietários do Frigorífico Marafon. Porém nada foi decidido nesta reunião.

No entanto, segundo a Ata n. 6 de 20 de outubro de 1969, a Cooperativa Aurora passou a se articular solicitando filiações de outras cooperativas locais e regionais com a Cooperativa Aurora, no intuito de aprovar junto ao FUNDESC a aquisição do Frigorífico Marafon, ampliando também o número de cooperativas associadas e o capital a ser retirado do fundo. Essa negociação foi pensada porque as atividades agroindustriais, eram necessárias na época, tanto para a renda do produtor rural, quanto para o desenvolvimento econômico de Chapecó e região.

A localização estratégica, a oferta de matéria-prima, da mão de obra, e os incentivos dos FUNDESC⁵⁴, impulsionaram a aquisição do Frigorífico Marafon pela Cooperativa Aurora desde 1969, a qual foi influenciada e intermediada com grande ênfase por Setembrino Zanchet.

Por ora, Zanchet teria dois motivos para influenciar e intermediar a aquisição do Frigorífico Marafon a favor da Cooperativa Aurora, o primeiro, voltava-se à finalidade de

⁵³ Atas do Dia 15 de setembro de 1969 e 08 de outubro de 1969, respectivamente.

⁵⁴ Por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS de 20%).

desenvolver e disseminar o cooperativismo local e regional; o segundo, estaria relacionado com o fim das dívidas do Frigorífico Marafon para com o Banco do Brasil. Até porque:

a) - em toda a região oeste do Estado - área de atuação das oito cooperativas filiadas - a suinocultura representava mais de 80% da renda total dos agricultores; b) - os preços do suíno pronto para abate eram administrados apenas pelos três frigoríficos existentes, SAIC, SADIA e PERDIGÃO, em regime não de concorrência, mas oligopsônico. c) - De há muito, os suinocultores oestinos estavam protestando contra essa situação de dependência, que desestimulava maiores investimentos na atividade, por seu fraco retorno, provocado pelos baixos preços de seu produto; d) - Em consequência disso, nenhum projeto poderia ter maior interesse para todas as cooperativas filiadas e uni-las solidamente, do que o de um frigorífico de suínos. (ZANCHET, 1993/1994).

Em outras palavras, a citação acima, refere-se ao contexto de que, havia muita oferta de matéria prima na região⁵⁵, principalmente de suínos, porém, esta ficava a mercê dos frigoríficos hegemônicos e oligopsônicos, não havendo de fato, uma presença significativa das cooperativas na região, e os produtores do oeste de Santa Catarina neste cenário, viam o preço de seus produtos concomitantemente baixarem. Por fim, com a baixa probabilidade de as cooperativas individualizadas conseguirem estabelecer-se industrialmente, o melhor seria uni-las em prol da cooperativa central industrial, que neste caso resume-se a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.: Aurora.

O processo de aquisição de um frigorífico matadouro, já constava no Plano de Ações da Cooperativa. Assim, segundo a Biografia de Zanchet (1993/1994), o Frigorífico Marafon, seria “um frigorífico montado, quase pronto para funcionar”, porém, este Frigorífico possuía débitos bancários, que foram levantados na época pelo Dr. Ivan Guintler, advogado da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC. No entanto, ao assumir os débitos bancários, a Cooperativa poderia solicitar recursos do Estado, até porque, o Estado disponibilizava de incentivos fiscais às cooperativas através da Lei 4.266 de 13 de janeiro de 1969, principalmente por meio dos 20% do ICMS retido no FUNDESC.

Enquanto a Cooperativa Central se organizava, o frigorífico da Indústria e Comércio Marafon S/A, com sede em Chapecó, enfrentava sérias dificuldades estruturais, a ponto de suspender as atividades. Várias tentativas de soerguimento haviam já sido tentadas, sem nenhum resultado. Os membros da família Marafon, que detinham seu controle acionário, estavam procurando interessados em assumir o passivo bancário, fiscal e trabalhista

⁵⁵ De forma sazonal e desorganizada.

da empresa, em troca de seu patrimônio. O BRDE e o Banco do Brasil eram os principais credores. (ZANCHET, 1993/1994).

A família Marafon querendo vender, a Cooperativa Aurora querendo comprar. Agora, o que houve com o processo de implantação da Cooperativa no município de Chapecó?

A princípio, para que o processo de implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó fosse efetivado, foi necessário o desenvolvimento de um Projeto Global. Logo:

Fomos a Florianópolis entregá-lo, em mãos, ao Dr. Glauco Olinger, que a essa altura, era o Secretário de Estado da Agricultura. Tínhamos como certo que o Dr. Glauco, o grande incentivador do cooperativismo catarinense, inspirador da ideia da agroindústria e ciente, através dos técnicos da ACARESC por ele comandados, de todos os acontecimentos ligados à Central, aprovaria na hora nosso programa de aplicação de incentivos fiscais, cujo enquadramento já fora deferido pelo Conselho de Administração do FUNDESC. (ZANCHET, 1993/1994).

Mesmo com a realização do Projeto Global feito e entregue em mãos ao Secretário da Agricultura e respectivamente da Acaresc, Glauco Olinger, a aprovação da aquisição do Frigorífico Marafon não aconteceu, pois, segundo Zanchet (1993/1994), solicitavam mais e mais documentos, que deveriam ser entregues em Florianópolis, o que com as estradas que se tinham na época, demoravam para serem entregues.

Agora por que os representantes da Cooperativa iam a Florianópolis entregar os documentos e as implementações do Projeto Global que para Olinger estavam “pendentes”, se poderiam entregar aqui, na Secretaria dos Negócios do Oeste (SNO)?

Pode-se interpretar essa solicitação de documentos, bem como a entrega restrita destes a Florianópolis, como uma forma de dificultar a implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó, até porque o Secretário da Agricultura encontrava-se pressionado pela elite chapecoense, que em contrapartida representava-se pela SNO através de Plínio A. de Nês, o qual era dono do Frigorífico Saic e tinha certo repúdio a implantação da Cooperativa Aurora, a qual, se fosse implementada, seria uma concorrente às indústrias privadas, que na época eram hegemônicas.

No entanto, ao receber o Projeto Global em mãos, Glauco Olinger, então Secretário da Agricultura, reafirma ser contra a implantação da Cooperativa Aurora, dizendo:

Isso nunca iria acontecer; que nós de Chapecó havíamos perdido o juízo; que estávamos ludibriando a boa fé da humilde classe rural, porque o cooperativismo não tem condições de tocar uma indústria; que o frigorífico Marafon era obsoleto e essa seria a causa de seu fechamento, por não poder

concorrer com a Sadia e a Saic e nós estaríamos entrando numa canoa furada, etc. etc. etc. (ZANCHET, 1993/1994).

Sendo assim, a compra do Frigorífico Marafon se efetivaria, à medida em que houvesse a aprovação da aquisição deste Frigorífico por meio dos representantes dos órgãos públicos do Estado, que nesta situação encontravam-se representados pelo Secretário da Agricultura e da Acaresc, Glauco Olinger e pelo Secretário dos Negócios do Oeste Plínio A. de Nês. Logo, nenhum destes aprovaria a implantação da Cooperativa Aurora, primeiro por que Glauco Olinger deixa claro na citação de Zanchet (1993/1994) que “isso nunca iria acontecer” e segundo porque o Secretário dos Negócios do Oeste não se mobilizou para auxiliar a Cooperativa, deixando-a ir a Florianópolis resolver pendências que se fosse da vontade do Secretário, poderiam ser resolvidas aqui.

Enquanto isso, o Jornal Folha D'Oeste Ano VI número 229, de 03 de janeiro de 1970, apresentava por “Confirmada pelo FUNDESC a aquisição do Frigorífico INCOMASA de nossa cidade pela Coopercentral”, aprovando assim, a primeira etapa do quinquenal da Cooperativa “que inclui a aquisição do frigorífico INCOMASA⁵⁶ desta cidade e a compra de 22 caminhões para o transporte de produtos agrícolas das cooperativas filiadas”, onde o FUNDESC previa a aplicação de Cr\$ 1.994.622,00, valor que seria então isentado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS pelo governo de Santa Catarina. Neste contexto, “Os srs. Nilson Batiston e Setembrino Zanchet viajaram à Florianópolis para inteirarem-se do assunto”, porém mesmo o FUNDESC aprovando a aquisição do Frigorífico Marafon, “restava o FUNDESC autorizar a liberação dos quase 2 bilhões de cruzeiros velhos que, somados a mais 900 milhões que a cooperativa aplicará por recursos próprios”.

Segundo relato de O.J.C. (2018), em uma das viagens feitas a Florianópolis, ele, Setembrino Zanchet e Nilson Olimpio Batiston foram falar com o presidente do BRDE, chegando lá, disseram que o presidente não estava, então ambos resolveram aguardar nas escadarias até a hora em que ele chegasse. O presidente não passou pelas escadarias, no entanto durante a tarde resolveu chamá-los para conversar, “ficamos o dia todo na escada, e ele estava lá”. Essa atitude, de esconder-se, também foi um “percalço” imposto e articulado.

À fim de dificultar a implantação da Cooperativa Aurora, pois “cada vez pediam uma coisinha”, sem contar que Florianópolis sofreu segundo O. J. C.⁵⁷ pressão política, dito por ele

⁵⁶ Frigorífico Indústria e Comércio Marafon Ltda. - INCOMASA.

⁵⁷ Codinome de um representante e membro na época da Cooperativa Aurora, que realizou uma entrevista com Elisandra Forneck em 2018, e para tanto preferiu não ser identificado.

indiretamente de Plínio e Atílio Fontana.

Logo, havia algo de equivocado neste processo, pois se o FUNDESC aprovou a aquisição do Frigorífico em 1970, por que haveria de demorar tanto para a efetivação da compra, já que esta, ocorreu somente em 1972?

Esse equívoco amplia-se à medida em que o anúncio do Jornal Folha D'Oeste Ano VI número 229, de 03 de janeiro de 1970 ainda indica que “a deliberação do FUNDESC se constituiu no primeiro projeto do gênero aprovado em Santa Catarina e vem de encontro ao cooperativismo do Oeste Catarinense que se agiganta dia-a-dia”, pois neste sentido, a aprovação da aquisição do frigorífico ocorreu só no discurso e não na prática, bem como ao cooperativismo que “se agiganta dia-a-dia”, mas que na verdade o FUNDESC não estaria auxiliando o cooperativismo a se agigantar, simulando a aprovação da aquisição do Frigorífico, quando de fato, isso não aconteceu em 1970, e sim em 1972.

Praticamente um mês depois, o Jornal Folha D'Oeste Ano VI número 236, de 28 de fevereiro de 1970, indica que Glauco Olinger “Repercutiu muito bem em nossa região, principalmente, entre as autoridades que fazem parte da Sociedade Amigos de Chapecó” – SAC, dizendo no jornal que “Dr. Glauco é um dos mais gabaritados técnicos nacionais agora empossado, na Secretaria da Agricultura” mas que no entanto, de fomentador e desenvolvimentista da agricultura passou a ser um instrumento mediador na criação de burocracias à implantação da Cooperativa Aurora em Chapecó.

Segundo o Eng^o. Agrônomo Rogério Remor, técnico da Acaresc, a aquisição poderia ser benéfica aos produtores rurais da região e à Cooperativa também, no entanto, neste contexto, o superior da Acaresc, Glauco Olinger, subentende-se que não queria concorrência com os frigoríficos hegemônicos do município chapecoense, pois:

A única explicação possível para essa radical mudança de atitude do Eng^o Agrônomo Glauco Olinger, Secretário-executivo da ACARESC e a mesma pessoa depois investida das funções de Secretário de Estado da Agricultura, é que, nesta última, ficou exposto à ação nefasta das pressões políticas. Nem poderia ser diferente, pois o Sr. Atílio Fontana, presidente da SADIA era o Vice-governador do Estado e o Sr. Plínio Arlindo de Nês, dono da SAIC de Chapecó, era o Secretário de Estado dos Negócios do Oeste. (ZANCHET, 1993/1994).

Tanto que para aprovar a aquisição do Frigorífico Marafon, Olinger demonstrou-se segundo a Biografia de Zanchet (1993/1994), uma pessoa contraditória a seus próprios princípios:

Disse-nos que defendia a instalação pela Cooperativa Central de agroindústrias de beneficiamento de cereais, porém argumentou que a aquisição do frigorífico exigiria grandes investimentos, para montar um sistema de vendas, que iria disputar um mercado muito competitivo, dominado por sólidas empresas e que, nessa concorrência, a Central só tinha a perder. (ZANCHET, 1993/1994).

Esta citação vem reforçar o que foi dito anteriormente, pois nem Olinger, nem Plínio A. de Nês estavam de acordo a implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó, pois, segundo argumentações de ambos, já haviam empresas sólidas no ramo industrial de suínos, e “o financiamento do FUNDESC não era para pagar o frigorífico, mas sim para que comprássemos caminhões para levar os porcos para fora de Santa Catarina⁵⁸”, e mesmo que aprovassem a aquisição, isso seria um “previsível fracasso, não só no desperdício de recursos públicos dos incentivos fiscais, como no desmoronamento definitivo do sistema cooperativista no Estado”.

Este que, outrora incentivava o movimento cooperativista, agora encontrava-se contrário aos seus próprios princípios. Ainda segundo a Biografia de Zanchet (1993/1994), Olinger aponta que “já haviam muitos frigoríficos operando no oeste e que as cooperativas deveriam dar preferência para aplicar os primeiros recursos dos incentivos fiscais em rede de armazéns e silos e deixar o suíno para as empresas que já estavam no ramo”, cabe-nos refletir, que de fato o Estado neste período de 1969 até meados de 1973, “não queria” empresas que concorressem com as já dominantes.

Como complemento deste contexto, Mario Lanznaster (2018), diz que um dos motivos que refletiram na demora da implantação da Cooperativa Aurora em Chapecó foram inicialmente as exigências burocráticas para a adaptação do frigorífico para com as demandas da Inspeção Federal, exigida na época pelo Ministério da Agricultura, e ainda salientou que tanto o Saic, quanto a Seara e a Sadia eram contra essa implantação, primeiro porque a Cooperativa Aurora seria mais uma concorrente, tentando assim, colocar os maiores obstáculos possíveis a essa implantação.

Assim, além de Olinger, outro elemento representativo do Estado, e diretamente ligado ao município chapecoense era Atílio Fontana, que na época era Vice-governador do Estado de Santa Catarina e ao mesmo tempo presidente da Sadia de Concórdia e da Sadia Avícola que estava por se implantar no município de Chapecó, a qual por hora recebeu muitos incentivos, possíveis de análises nas transcritas dos ofícios disponibilizados pela Câmara de

⁵⁸ BODANESE, Aury Luiz. Grandes entrevistas. Jornal de Santa Catarina, 28 de abril de 1997. A Notícia Especial: 75 anos a serviço de Santa Catarina.

Vereadores de Chapecó, dispostas no decorrer desta dissertação.

Então, pode-se dizer que as pressões contra a implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó, não foram poucas, e estas, de forma direta ou indiretamente, dificultaram esse processo.

Como forma de evidenciar as estratégias que dificultaram a implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó, bem como demonstrar o equívoco disposto no Jornal Folha D'Oeste Ano VI número 229, de 03 de janeiro de 1970, é que no dia 06.10.69, o Sr. Lídio Marafon encaminhou um telegrama da Procuradoria da Fazenda Nacional, de Florianópolis, explicando as condições em que o Frigorífico Marafon se encontrava, pedindo uma nova forma de pagamento desse débito, de pouco mais de NCr\$ 60.000,00, e no ato, também mencionou o interesse da Cooperativa Aurora na aquisição e diretamente na admissão dos débitos do Frigorífico Marafon (ZANCHET, 1993/1994).

No entanto, segundo a Biografia de Setembrino Zanchet (1993/1994), o parcelamento era aprovado pelo Decreto-Lei 623/69, mas, necessitava também da aprovação do FUNDESC. Neste contexto, era fim de março de 1970, e nem um retorno foi dado à família Marafon, nem mesmo à Cooperativa Aurora, todavia, a cobrança dos débitos do Frigorífico Marafon foi destinada ao Fórum local e avaliada pelo Promotor Público Dr. Euclides Prade.

Este foi um dos momentos em que houve uma nova dificuldade de implantação da Cooperativa Aurora, pois, as dívidas do Marafon tinham datas a serem pagas, as quais foram levantadas bem anteriormente a ida destas ao Fórum, pelo Dr. Ivan. Mesmo assim, nem a Secretaria da Agricultura, nem a Procuradoria da Fazenda Nacional nem mesmo o FUNDESC, davam retorno ao Frigorífico Marafon, muito menos a Cooperativa Aurora.

Outro motivo pela qual poderia ter havido uma dificuldade de implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó é relatado por O.J.C. (2018), no sentido de que Glauco Olinger e Aury Bodanese eram dois bicudos e “dois bicudos não se beijam”, pois ambos disputavam o poder, Aury com medo de perder cargo no ramo cooperativista e Olinger querendo ser o “chefe do cooperativismo em Santa Catarina”. Tanto que, segundo O. J. C., Olinger que na época era líder da Acaresc, posteriormente Secretário da Agricultura e fundador da Embrapa, mandou para que criassem um programa de controle e organização das cooperativas, por intermédio de Eloi Frazzon, mas Aury não aceita dizendo saber conduzir uma cooperativa

Mesmo assim, o processo continuava, e para que a venda do Frigorífico Marafon fosse efetivada para a Cooperativa Aurora, era necessário o uso das benesses fiscais e de

financiamentos, e muito mais que isso, do aval dos representantes do Estado que por ora eram membros da Secretaria da Agricultura e da Acaresc, da SNO, do FUNDESC, e, neste momento, também da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Entretanto, após estes impasses foi efetivada a compra do frigorífico Marafon, as viagens a Florianópolis resultaram na aprovação do Projeto realizado pelo Dr. Erco Gebler, Coordenador Estadual de Cooperativismo da ACARESC, no montante de Cr\$ 641.741,43 liberando a plena execução do Plano de Ações da Cooperativa. Logo, segundo a Ata do dia 28 de março de 1973 da Cooperativa, os recursos financiados se dispuseram da seguinte maneira: liberação de Cr\$ 252.741,43 pelo BRDE, 197.000,00 pelo Banco do Brasil, e Cr\$ 100.000,00 pelo BESC, em caráter privado houve a colaboração do Banco Bradesco com mais Cr\$.92.000,00. Do montante, Cr\$ 92.000,00, houve segundo a ata, subsídios pelo Banco Brasileiro de Descontos S.A., conforme o Anexo II.

Neste contexto, o frigorífico teve sua implantação/inauguração no dia 18 de outubro de 1973, recebendo neste ato o nome de Frigorífico da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., FRICOOPER, sendo localizado nas instalações do antigo Frigorífico Marafon, conforme a Imagem 3. Nesta imagem, é possível observar ao fundo, a placa de apoio de um dos financiadores do FRICOOPER, o BRDE, que neste momento passa a ser um elemento contraditório aos princípios de criação de dificuldade quanto à implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó, sendo agora um auxiliador benéfico para tal.

Todavia, ao iniciar suas atividades, em outubro de 1973, o FRICOOPER, Cooperativa Aurora, apresentava uma capacidade diária de abate de 150 a 200 suínos dia, realizando o processamento suíno apenas nas linhas simples de corte e na produção de banha, trabalhando assim, com uma pequena variedade de produtos, já que estes eram produzidos de forma artesanal. (SILVESTRIN, 1999).



Imagem 3: FRICOOOPER – Antigo Frigorífico Marafon
Fonte: Memorial e Acervo Aury Luiz Bodanese, 2017.

Cabe dizer então, que as ações que dificultavam a implantação da Cooperativa Aurora, encontraram-se durante a pesquisa, dispostas quase sempre de forma dúbia, mesmo assim:

Nota-se que todos os trabalhos técnicos executados até este ponto final dos estudos preparatórios do projeto de implantação da Cooperativa Central, foram feitos sem qualquer ônus. Nem por isso se diga que eles foram fracós, pois resistiram a violentos temporais que sobrevieram posteriormente, insuflados por quem não queria a Central (ZANCHET, 1993/1994).

Entretanto, após diversas idas e vindas, discursos e articulações político-empresariais, a cooperativa central industrial, ou seja, a Cooperativa Aurora, passaria a centralizar a ordem e a industrialização dos produtos das demais cooperativas associadas, já que a mesma adquire o Frigorífico Marafon em 1972, com auxílio do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - FUNDESC e do Banco Regional da Região Sul - BRDE⁵⁹, reforma-o neste mesmo ano, e no ano seguinte, mais precisamente no dia 18 de outubro de 1973, inicia suas atividades voltadas a agroindustrialização de suínos, nas instalações do antigo Marafon. Logo, com a operacionalização da Cooperativa, (re) surge a marca AURORA, a qual foi herdada do Frigorífico Marafon segundo o Álbum do Cinquentenário de Chapecó, e que a partir de então passaria a ser utilizada pelo FRICOOOPER, pela Cooperativa Aurora, até os dias de hoje.

⁵⁹ Auxílio passível de conferência visual através da Imagem 3 desta dissertação, a qual representa a Inauguração do Frigorífico da Cooperativa Central Oeste Catarinense Aurora - FRICOOOPER, nas instalações do antigo Frigorífico Marafon.

CAPÍTULO III

3.0 AS AGROINDÚSTRIAS E AS RELAÇÕES COM O ESTADO

A Cooperativa Aurora, durante seu processo de implantação, sofreu algumas intervenções por meio dos donos dos meios de produção e do Estado, de forma direta e indiretamente, que resultaram no atraso de sua implantação, pois a Cooperativa foi formada em 1969 através da Ata de formação disposta no Anexo I, que explicita os termos de formação da mesma, no entanto, oficialmente a Cooperativa implanta-se em Chapecó em 1973 quando inicia suas atividades no antigo Frigorífico Marafon, pois desde 1969 a cooperativa vinha negociando a compra do Frigorífico Marafon que só foi adquirido em 1972.

No decorrer deste capítulo, pretende-se esclarecer, quais foram, e se houve intervenções, seja pelos donos dos meios de produção ou pelo Estado, que dificultaram a implantação da Cooperativa no município, bem como, compreender as respectivas consequências destas ações, buscando ressaltar os motivos pelo qual a implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó sofreu um retardo de implantação de 4 anos.

3.1 AÇÕES POLÍTICO-EMPRESARIAIS

“Chegou um tempo em que a percepção de um mundo rural lento, sossegado e pacato, passou a perturbar os intelectuais, políticos e burocratas brasileiros” (LOHN, 1997, p. 16). Era assim, que o Brasil e o oeste de Santa Catarina eram vistos por uma camada de políticos e intelectuais que representavam o Estado, de forma pacata, sossegada e lenta, na medida em que, o campo se tornou o passado e a cidade o futuro progressista, sendo enfática a dualidade do “velho” e do “novo”, principalmente no oeste, onde prevaleceu por muito tempo o discurso de áreas atrasadas em relação as demais regiões catarinenses, bem como, área “esquecida” ou ainda, “abandonada” pelo Estado.

Mesmo com a colonização estimulada pelo governo no Pós-Guerra do Contestado (1912-1916), isso, não foi o suficiente para garantir a efetiva presença do Estado no oeste catarinense, pois, faltava principalmente estradas para escoar a produção e energia elétrica para atender as possíveis demandas industriais. Na década de 50, o oeste catarinense ainda se encontrava carente de qualquer tipo de investimento proveniente do poder público estatal, mesmo sendo considerado o “Celeiro do Estado de Santa Catarina” (DENARDIN;

SULZBACH, 2005).

Está consideração, também se encontrou descrita no Jornal Folha D'Oeste Ano VI número 243 de 25 de janeiro de 1970, o qual indicava a intencionalidade do Estado em “consolidar a posição de verdadeiro celeiro nacional, nesta região com tanta riqueza e de tantas possibilidades de progresso”, porém, faltavam infraestruturas para uma região que teria tudo para se desenvolver, de fato a fazê-lo.

Este problema de falta de visibilidade do oeste por parte do Estado catarinense, passou a ser discutido na Confederação Nacional da Indústria -CNI, a fim de identificar os problemas do Estado, propondo uma solução possível para os mesmos, conforme a ideologia desenvolvimentista do Governo de Juscelino Kubitschek - JK (1955-1960). Além da CNI, a Federação da Indústrias de Santa Catarina - FIESC, passou a tomar conhecimento das dificuldades da região oeste, afirmando que isso não era possível de ser resolvido de forma particular enquanto região, mas sim “um processo de industrialização que estaria na dependência de um projeto global, econômico e social do Brasil” (SCHEFFER, 2015; SCHMITZ,1982).

Pois, anteriormente:

As características ideológicas do Plano de Metas do Governo JK, sua mensagem decididamente industrializante e seus objetivos explícitos vão certamente influir como suporte no processo de formulação de políticas públicas e ideia de planificação; entretanto, o Estado de Santa Catarina não tinha condições locais de incorporar-se àquela política econômica brasileira., Faltavam aqui todos os elementos políticos, instrumentais e de infraestrutura possibilitadores da adoção e execução de um agressivo plano de inversões que visassem a prepará-lo para a industrialização (SCHMITZ, 1982, p. 55 e 56).

Ainda segundo Schmitz (1982), pode-se dizer que a história do planejamento catarinense começou estrategicamente com o Plano de Obras e Equipamentos - POE⁶⁰, durante o governo de Irineu Bornhausen em 1955. Posteriormente ao POE, foi criado o Seminário Socioeconômico pela FIESC em 1960, liderado por Celso Ramos, o qual

⁶⁰ Esse projeto de lei especificava que o POE seria executado no decênio 1955/64. Determinava a construção de obras e a aquisição de equipamentos essenciais ao progresso de Santa Catarina e ao bem-estar de seu povo. Justificava que para a execução dos trabalhos programados, seria necessário mais de um período governamental para ser levado a efeito, e as despesas totais do plano, dada a sua extensão, requeriam meios financeiros superiores ao que disporia o orçamento normal do Estado. SANTA CATARINA. Governo do Estado Mensagem do Governador do Estado (3 de março de 1955), Florianópolis, 1955, p. 10. O POE era um exercício técnico muito ao gênero das metas do Plano SALTE que se constituía na reunião de vários programas setoriais, envolvendo especificamente saúde (S), alimentação (AL), transporte (T) e energia (E), posto em execução em 1949 no final do governo Eurico Dutra (1946/1950). SCHMITZ, 1982.

futuramente daria origem ao Plano de Metas do Governo - PLAMEG⁶¹.

A resposta teórica aos problemas do oeste catarinense, seria neste desfecho o desenvolvimento do Seminário Socioeconômico, “que procurou buscar na cabeça das pessoas o que elas estavam pensando da sociedade catarinense”. Esse seminário, “era uma proposta gerada pela FIESC para que pudesse ser utilizada por alguém com vocação política”, no caso, Celso Ramos⁶², que neste cenário utilizou-se do seminário para fazer sua campanha de Governo, e de fato, se elegeu (SCHMITZ, 1982).

Não era uma proposta política, veio a ser incorporada politicamente por alguém que tendo assumido a condição de candidato comprometeu-se com o resultado do Seminário, tanto que a Confederação Nacional da Indústria nada tinha a ver com o que pudesse estar ocorrendo politicamente em Santa Catarina. Porém, verificou-se que o documento poderia ser utilizado política e administrativamente, embora não fosse gerado com esse interesse (SCHMITZ⁶³, 1982, p. 70-71).

Dentre tantos problemas um dos principais era a baixa disponibilidade de crédito:

Embora Santa Catarina representasse 16% da superfície, com 19% da população e com 15% da renda gerada na região Extremo-Sul, recebia apenas 6% dos financiamentos concedidos a essa região. O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDE, no período de seu funcionamento, não concedeu mais que pequenos e raros financiamentos e nenhum de grande vulto. Outros órgãos financeiros não viam estímulos para atuarem no setor de investimentos, de tal sorte que as inversões havidas na economia catarinense o foram praticamente só de recursos próprios. Da mesma forma o ingresso de capitais estrangeiros foi insignificante (SCHMITZ, 1982, p. 66-67).

Mesmo com o baixo investimento e a baixa presença estatal⁶⁴ no estado, este ainda tinha o objetivo de aperfeiçoar e utilizar as obras e os serviços públicos para promover o desenvolvimento econômico e social do Estado, objetivando a elevação e o ingresso do oeste na economia estatal e nacional através do PLAMEG criado em 1961, o qual se dividiu em três

⁶¹ Aprovado através da Lei n. 9 2.772, de 21 de julho de 1961.

⁶² Filho de uma família tradicional na política catarinense e brasileira, irmão do presidente Nereu Ramos – assumiu a presidência do país por um curto período de tempo quando do suicídio de Getúlio Vargas – Nereu Ramos era o candidato natural da família e do PSD para concorrer ao governo do Estado, mas, um acidente de avião em 1958, lhe tirou a vida, com isso para recuperar o poder da família Ramos e do PSD, voltaram-se para o nome de Celso Ramos. SCHEFFER, Sérgio R. A criação da Secretaria dos Negócios do Oeste. Unochapecó, 2015.

⁶³ In ABREU, Alcides. Entrevista concedida a Sergio Schmitz, em novembro de 1981, depositada no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁶⁴ A nível do Estado de Santa Catarina e da Unidade Federativa do Brasil.

setores que receberam investimentos distintos, que envolviam as temáticas: O Homem, O Meio e a Expansão Econômica, conforme as Tabelas abaixo:

TABELA 2: META DAS DESPESAS DE CAPITAIS

	Em Mil Cruzeiros	
	Total	%
	Quinquênio (1961-1965)	
I – O Homem		
1. Educação e Cultura	2.040	11,6
2. Justiça e Seg. Pública	980	5,6
3. Saúde e Assistência Social	1.150	6,6
4. Sistema de Água e Esgoto	500	2,9
II – O Meio		
5. Energia	4.650	26,6
6. Rodovia	4.950	28,3
7. Obras e Arte	600	3,4
III – Expansão Econômica - Agricultura e Pecuária		
8. Armazém e Ensilagem	260	1,5
9. Exp. Fomento e Apar. Agropecuário	820	4,7
10. Abastecimento Indústria	250	1,4
11. Participação em Empreendimentos Pioneiros	1.000	5,7
12. Crédito Banco do Estado	300	1,7
TOTAL:	17.500	100,00

Fonte: SCHMITZ, 1982, p. 73.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS INVESTIMENTOS DO PLAMEG I

	Em Mil Cruzeiros				
	1961	1962	1963	1964	1965
I – O Homem					
1. Educação e Cultura	204.0	326.4	408.0	489.6	612.0
2. Justiça e Seg. Pública	98.0	156.8	196.0	235.2	612.0
3. Saúde e Assist. Social	115.0	184.0	230.0	276.0	345.0
4. Sistema de Água e Esgoto	50.0	80.0	100.0	120.0	150.0
II – O Meio					
5. Energia	465.0	744.0	930.0	1.116.0	1.395.0
6. Rodovia	495.0	792.0	990.0	1.118.0	1.485.0
7. Obras e Arte	60.0	96.0	120.0	144.0	180.0
III – Expansão Econômica - Agricultura e Pecuária					
8. Armazém e Ensilagem	26.0	41.6	52.0	62.4	78.0
9. Exp. Fomento e Apar. Agropecuário	82.0	131.2	164.0	196.8	246.0
10. Abastecimento Indústria	25.0	40.0	50.0	60.0	75.0
11. Participação em Empreendimentos Pioneiros	100.0	160.0	200.0	240.0	300.0
12. Crédito Banco do Estado	150.0	30.0	30.0	40.0	50.0
TOTAL:	1.870.0	2.782.0	3.470.0	4.168.0	5.210.0
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL:	10%	15%	20%	25%	30%

Fonte: SCHMITZ, 1982, p. 74

Os recursos aplicados durante o PLAMEG, tinham origem de seis fundos, e eram arrecadados através de parcelas tributárias, logo, havia o Fundo Estadual de Educação, o Fundo de Aparentamento da Justiça e Segurança Pública, o Fundo de Assistência aos Municípios, o Fundo da Saúde Pública, o Fundo de Obras e Equipamentos e o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Industrial, somados aos Fundos de Contribuição da União Federal (SCHMITZ, 1982).

Com a eleição de Celso Ramos como governador do Estado de Santa Catarina de 1961 a 1966, o mesmo, sendo do Partido Social Democrático - PSD, favoreceu algumas lideranças

regionais, no caso da região oeste, mais precisamente de Chapecó, favoreceu à família Maia⁶⁵, da qual Serafin Ennos Bertaso, passou a ser o representante oficial do Governo, assumindo em 1963, a Secretária dos Negócios do Oeste – SNO, que versava pela integração do oeste ao processo político e econômico de Santa Catarina (SCHEFFER, 2005), mas antes disso, favoreceu-o na integração de seus próprios negócios.

A partir de 1963, as ações do Estado começaram a atuar no oeste de Santa Catarina, através da descentralização do poder político, antes centralizado apenas na capital Florianópolis, até porque antes disso, a região se encontrava, em meio a invisibilidade política e econômica, além do caos logístico. Logo, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER já era dirigido por Serafin Ennos Bertaso; Esse órgão estadual teve papel fundamental na viabilização de abertura e manutenção das estradas em toda a região, somado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem -DNER, os quais tiveram relevante importância na viabilização dos acessos rodoviários aos diversos municípios que iam sendo criados no oeste catarinense, pois senão, o transporte rodoviário ainda ocorria em “estradas de terra” (PERTILE, 2008, p. 106-108), e a invisibilidade política e econômica quem sabe seria ainda mais enfática.

A agroindústria e agricultura cresceram e se consolidaram, impulsionadas também por outras ações do Estado, além da SNO, do DER e do DNER, como por exemplo:

✓ O Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR: Criado em 1965 para subsidiar créditos e proporcionar condições de financiamento rural com prazos e períodos de carências mais amplos, fator que articulava o agricultor conforme as necessidades e os interesses agroindustriais, com o apoio do Estado. Logo:

O crédito rural, portanto, não esteve à disposição dos agricultores de modo geral, pois era específico da estratégia modernizadora. Tinha por objetivos maiores permitir a utilização dos chamados insumos modernos e articular os interesses de uma camada de produtores rurais aos interesses da indústria em geral e da agroindústria em particular (KAGEYAMA et. al., 1987, p. 54); (KAGEYAMA *apud* PERTILE, 2008, p. 157-158).

Assim, o crédito rural atingiria a agroindústria desenvolvendo a mesma, através do SNCR e também do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

⁶⁵ Após a criação do município de Chapecó, Passos Maia chega ao oeste de Santa Catarina, graças ao discurso das promissoras potencialidades de colonização através das concessões de terras. Dentre as colonizadoras estava a Colonizadora Bertaso e Maia que veio a se estabelecer outrora no chamado Passo dos Índios (Atual Chapecó). A colonizadora era dos irmãos Maia Agilberto e Manuel que venderam sua parte para Ernesto Bertaso (BELLANI, 1990, p. 44-45).

garantindo o crescimento da agricultura e da indústria com parâmetros baseados na industrialização brasileira. Contudo, a economia parcialmente passou a ser pensada e executada por órgãos governamentais. Com isso, criou-se o Planos de Metas do Governo, PLAMEG I (1961/1965), o PLAMEG II⁶⁶ (1966/1970), e o Projeto Catarinense de Desenvolvimento PCD (1971-1974), planos que visaram financiar o capital privado, atuando prioritariamente em quatro grandes áreas:

Financeira – dotar o Estado de capacidade financeira para investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; transporte – integrar as mesorregiões produtoras ao mercado estadual e nacional; energia – ampliar a área de atuação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), gerando e distribuindo mais energia; telecomunicações – aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas. O Estado atuou para alargar as bases de produção, ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas (GOULARTI FILHO, 2001, p. 150).

✓ O Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul – BRDE⁶⁷ em 1961, teve como objetivo principal, desenvolver a região sul do Brasil, conforme os planos do desenvolvimento nacional, o qual determina que:

As áreas de atuação do banco consistiam, dentre outras, em investimentos em infra-estrutura e serviços de interesse regional; projetos especiais de colonização e reforma agrária; exploração industrial, investimentos na pequena e média empresa, expansão e reequipamento das indústrias existentes; instalações de novas indústrias, notadamente as que utilizam matéria-prima e outras de caráter pioneiro; construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos (PERTILE, 2008, p.160).

✓ O Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – FUNDESC em 1963, tinha como propósito, fomentar a indústria catarinense por intermédio de créditos e financiamentos subsidiados pelo governo com longo prazo para pagamento, garantindo a mesma implantação, ampliação, modernização e redistribuição destes objetos industriais no estado catarinense. Os recursos previam:

O pagamento de despesas com estudos e projetos nas construções civis, à compra de equipamentos, ao financiamento de capital de giro, dentre outras aplicações previstas em lei. Um dos exemplos de apropriação desses recursos é a implantação de uma unidade da empresa Sadia no ano de 1970.

⁶⁶ Durante o Governo de Ivo Silveira.

⁶⁷ Juntamente com os estados do Paraná e do Rio Grande de Sul. Fonte: Organizado por Noeli Pertile, com base em Waituch (1995).

De acordo com Espíndola (2002, p. 148), pode-se confirmar que “a instalação da Sadia Avícola, em Chapecó, contou com financiamento e subsídios do governo estadual através do FUNDESC”, de modo a evidenciar a participação do Estado na liberação de recursos para as agroindústrias regionais (PERTILE, 2008, p. 159).

Tanto a expansão econômica, quanto o progresso social, mantinham-se quase que intactos enquanto estrutura constitucional criada desde 1961 com o PLAMEG I pelo governo de Celso Ramos, e que a partir de 1965 seria liderado pelo governador Ivo Silveira, como PLAMEG II, já que as intenções e as ações político-empresariais estavam voltadas ao fomento industrial e econômico, ou seja, partindo da fomentação do Meio e da Expansão Econômica, conforme Tabelas 2, 3 e 4.

O PLAMEG II, objetivou desenvolver melhorias dos meios administrativos, a valorização dos recursos humanos, a expansão econômica e a melhoria das condições sociais, sendo que a principal diferença entre o PLAMEG I e PLAMEG II, foi o volume financeiro previsto para o segundo (GUALBERTO, 2011).

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS INVESTIMENTOS DO PLAMEG II

Itens	Anos (Em Mil Cruzeiros)						
	1966	1967	1968	1969	1970	Total	% do Total
Melhoria dos Meios Administrativos	985	1.477	2.217	3.324	4.957	12.960	6.00
Valorização dos Recursos Humanos	2.462	3.694	5.540	8.311	12.393	32.400	15.00
Expansão Econômica	10.178	15.267	22.900	34.350	51.225	133.920	62.00
Melhores Condições Sociais	2.791	4.186	6.279	9.419	14.045	36.720	17.00
TOTAL:	16.416	24.624	36.936	55.404	82.620	216.00	
% DO TOTAL:	7.60	11.40	17.10	25.65	38.25		

Fonte: MATTOS (1973).

Neste intervalo de tempo entre PLAMEG I e PLAMEG II, ao analisarmos as Tabelas 3, 4 e 5, podemos observar que o investimento financeiro aumentou no PLAMEG II, o que representa uma diferença de 25,4 vezes a mais do valor atribuído ao PLAMEG I, ou seja, no

PLAMEG I, foram investidos no quinquenário 17.500 mil cruzeiros, e no PLAMEG II 432.00 mil cruzeiros.

No entanto, diferentemente do que diz Gualberto (1969-1970), os setores de investimentos também mudaram, no PLAMEG I – O Homem representava 26,7%, – O Meio 58,3% e a – Expansão Econômica 15%, já no PLAMEG II, foram 6%, 32% e 62% respectivamente. Assim, o PLAMEG I tinha como objetivo – O Meio, o qual usufruiu de 58,3% de um total de 10.200 mil cruzeiros. Devido ao baixo valor real e percentual das verbas destinadas aos financiamentos (300 cruzeiros, ou seja, 17%), fez com que a maioria das indústrias se originassem de capitais próprios, ou ainda, de quem tinha para investir, porque, o governo disponibilizava de um valor muito baixo para estas finalidades no PLAMEG I. Já no PLAMEG II, o intuito era a expansão econômica passando de 2.630 mil cruzeiros, do PLAMEG I para 133.920 mil cruzeiros, no PLAMEG II, ou ainda, de 15% para 62%, respectivamente das aplicabilidades dos planos governamentais.

Assim, em ambos os planos, conforme a Tabela 5, as quatro áreas que mais receberam investimentos foram: a educação, energia, transportes e agricultura, logo, no PLAMEG I elas somaram 91,43% do total investido, enquanto no PLAMEG II esse número cai para 82,48%, ou seja, no PLAMEG I investiu-se aproximadamente 31.638.00 cruzeiros, do total de 34.766.606 cruzeiros, e no PLAMEG II foram 122.113.00 cruzeiros, do total de 148.917.413 cruzeiros.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO PLAMEG I E II

Setores	PLAMEG I	PLAMEG II
Educação	13.68%	11.91%
Energia	19.08%	11.25%
Transporte	56.35%	54.43%
Agropecuária	2.32%	4.89%
Outros	8.57%	17.52%
TOTAL EM CRUZEIROS:	34.766.606	148.917.413

Fonte: GUALBERTO, Caio Lauth; CARIO, Silvio Antonio F.; DIAS, Taisa. p. 14.

Sendo que o PLAMEG I e II, foram programas que demonstraram bons, de certo modo positivo para a economia do estado, em 1970, o governador Colombo Machado Sales substituiu o PLAMEG pelo Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), que de acordo

com Birkner (2006, p. 59):

Além de dar continuidade às metas do PLAMEG, o PCD fixava novas prioridades, entre as quais a construção de um sólido sistema financeiro e de assistência técnica à produção, a integração estadual pelas rodovias e pelo sistema de comunicação, a consolidação do sistema energético, os investimentos em educação e saúde, saneamento e desenvolvimento científico-tecnológico. Decorrencia do PCD é a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que passaria a planejar de forma global o desenvolvimento (RUDNICK *apud* MATTEDI, 2013).

✓ O Programa de Apoio à Capitalização de Empresas – PROCAPE criado em 1975⁶⁸. Cabe dizer que o Procape foi um redirecionamento do FUNDESC, no qual o objetivo foi agilizar o setor da produção, focado principalmente na substituição das importações, concedendo a um maior número de pessoas um trabalho, o que segundo Pertile (2008), incrementava a arrecadação de impostos. Este apoio se destinou principalmente às indústrias de carnes, principalmente a Perdigão, Seara e Sadia.

Evidencia-se até aqui, a forte participação do Estado em promover e proporcionar o acesso dos produtores rurais aos programas que fomentavam a agroindustrialização, especialmente aos produtores rurais que encontravam-se voltados ao desenvolvimento econômico ligado ao ramo cárneo na região oeste catarinense, para que dessa forma, indiretamente, fossem beneficiadas principalmente as empresas agroindustriais, o que de fato, era a intenção das ações político-empresariais deste período histórico-temporal.

Ao fomentar a agroindústria, a agricultura também deveria ser estimulada, pois, para industrializar, é preciso ter o que industrializar. Assim, a assistência técnica foi um dos principais instrumentos pelo qual a Federação demonstrou seu discurso de apoio aos produtores rurais, através da criação das empresas assistencialistas, conforme o Quadro 3 de Pertile (2008, p.162), no entanto, com o discurso de apoiar o produtor rural, as práticas assistencialistas acabavam por fiscalizar as técnicas e o produto dos produtores rurais, bem como, garantir o abastecimento das agroindústrias com as matérias-primas provenientes do campo.

⁶⁸ Período histórico que consta na dissertação por que vem demonstrar que após a implantação da Cooperativa Aurora (1973), a mesma não foi beneficiada por este benefício, mas a concorrente Sadia, sim.

QUADRO 3: EMPRESAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL EM SC 1956–1991

1956 Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – Abcar
1956 Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Santa Catarina – Acaresc
1973 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
1974 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater ⁶⁹

Fonte: PERTILE, 2008.

Segundo a autora, o objetivo da extensão rural, era difundir as tecnologias atuais aos produtores rurais, a fim de modernizar a agricultura e expandir as indústrias. De certo modo, as agroindústrias e o Estado através da criação dos órgãos assistencialistas conforme o Quadro 3, acabava impondo seus perfis de produção animal, a fim de, acompanhar e efetivar a padronização da matéria-prima e dos produtos finais, onde, o “Estado ao criar a Acaresc, promoveu a adaptação e a difusão de tecnologias modernas” (PERTILE, 2008, p. 162). Através do fornecimento de crédito e acompanhamento técnico produtivo aos produtores rurais associados à agroindustrialização, além de se buscar fortalecer a competitividade entre as empresas e acelerar as pesquisas científicas e tecnológicas no ramo, selecionando o produtor, através das técnicas, das tecnologias, do produto por ele produzido e do lucro que ele atribuiu à indústria.

O apoio a agroindustrialização de maneira mais incisiva estendeu-se até a década de 70, período em que a economia catarinense era beneficiada pelo Governo, mais precisamente de duas formas:

a) Direta – com recursos para investimentos oriundos do fundo de desenvolvimento destinados ao fomento industrial; **b) Indireta** – com crédito ao produtor rural, assistência técnica e infra-estrutura para aumentar e qualificar produtos como suínos, aves, milho e soja, matéria-prima para essas empresas (PERTILE, 2008, p. 163).

Logo, o Governo direcionou generosos investimentos tanto em serviços quanto em recursos financeiros para ampliar e promover a inserção de Chapecó e Santa Catarina no setor industrial, principalmente através da criação e do uso dos recursos provenientes do FUNDESC/Procape, bem como, os recursos do BNDE e do SNCR, que segundo Pertile

⁶⁹ Num processo de reestruturação, a Acaresc passa a atuar com a denominação de Emater, subordinada à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que também substituiu a antiga Abcar. Em 1991, a Acaresc e a Emater fundem-se e é formada a Epagri. Fonte: Organizado por Noeli Pertile, com base em Waintuch (1995, p. 72) e Alba (1998).

(2008, p. 163), “impulsionaram a consolidação das agroindústrias de carne, localizadas no Oeste de Santa Catarina, que, após se promoverem, passaram a competir com o mercado nacional e internacional”. Assim houve:

A junção dos interesses públicos e privados (do Estado em desenvolver o setor industrial na região e o dos agroindustriais em beneficiar-se dos recursos por ele disponibilizados) foi condição essencial para a consolidação das agroindústrias no Oeste nas décadas de 1960 e 1970, tornando-se uma região especializada em termos industriais no estado de Santa Catarina (PERTILE, 2008, p. 164).

Segundo Raud (1999 *apud* PERTILE, 2008), afirma que a partir de então, os polos agroindustriais especializados começam a se sobressair em Santa Catarina, principalmente no oeste do estado, além do mais, esse processo de organização especializada regionalmente indica também a organização e o uso corporativo e estratégico do território tanto nacional, quanto internacionalmente.

Esse processo de expansionismo industrial foi viabilizado a partir de 1970, onde as agroindústrias e os pequenos frigoríficos puderam se reestruturar produtiva e economicamente. Contudo, os investimentos passaram a consistir na concentração do capital, nas aquisições/incorporações, modernização das unidades fabris, capacitação dos associados, na diversificação dos produtos entre outros, que apoiadas pelas políticas públicas de incentivo a industrialização e a exportação (ESPÍNDOLA, 2002), como no caso da Aurora, mas claro que a partir de outubro de 1973 quando iniciou suas atividades no município de Chapecó, passando então a usá-los nas mais diversas áreas de atuação, enquanto cadeias produtivas diversificadas como a do suíno, aves, lácteos, genética animal, transporte, rastreabilidade, geração de energia elétrica, etc. (LIMA, 2015).

Neste cenário, as empresas Perdigão e Sadia, expandiram sua área de atuação principalmente em São Paulo, Mato Grosso e Paraná, no entanto, a Coopercentral, após sua implantação, buscou se consolidar em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul primeiramente, tendo apenas uma filial no Mato Grosso do Sul até o final da década de 70 (PERTILE, 2008, p. 165).

No entanto, foi entre a década de 60 e 70, que a Cooperativa Central teve seus contrapontos com o Estado e respectivamente com os donos dos meios de produção que se encontravam sob comando dos cargos políticos da época, pois, houve muitas resistências à implantação da Cooperativa Aurora em Chapecó:

Principalmente quando instalamos o frigorífico. O pessoal de Chapecó, da Sadia dizia mesmo em nossa frente que não teríamos condições de tocar o frigorífico. Diziam que não tinha suíno suficiente na região, para permitir a industrialização. Que não conseguiríamos pagar o financiamento. Diziam mesmo que éramos um "bando de loucos". Só para o senhor entender como foi a resistência, e como agiram para nos impedir de crescer, um financiamento que solicitamos a um banco oficial demorou três anos para sair. Queriam nos quebrar (Jornal de Santa Catarina – Brasil, Grandes Entrevistas, 2017⁷⁰).

Segundo a entrevista do Jornal de Santa Catarina (2017):

“O próprio Plínio de Nês me disse que o financiamento do FUNDESC não era para pagar o frigorífico, mas sim para que comprássemos caminhões para levar os porcos para fora de Santa Catarina. Em poucos anos, de 1969 a 1972, fiz mais de 70 viagens a Florianópolis, para cuidar do financiamento. Sempre que conseguíamos entregar todos os documentos, e nos prometiam liberar o dinheiro, a coisa se arrastava por mais 3 meses e então pediam mais documentos. Cada viagem daquelas, nas nossas estradas de então, demorava mais de 36 horas de viagem”.

O governo de modo geral, o Secretário da Agricultura e os Diretores dos Bancos segundo Aury Luis Bodanese (*in memorian*), “faziam jogo duplo”, por exemplo, “o secretário da Agricultura, Glauco Olinger, veio do Chile, onde se encontrava em missão oficial, para votar contra o nosso pedido de financiamento. Votou contra e exigiu que o seu voto não constasse na ata da reunião do FUNDESC⁷¹”.

Ressaltamos aqui que o FUNDESC aprovou a aquisição do Frigorífico Marafon, no entanto a liberação da verba estava sendo dificultada, tanto que no Jornal Folha D’Oeste Ano VI número 229, de 03 de janeiro de 1970, intitula-se “1970 poderá ser o ano da industrialização chapecoense”, na medida em que o FUNDESC aprovou o financiamento de projetos e implantações industriais no município de Chapecó, no entanto, “Havia, inicialmente, interesse na instalação de outras indústrias”, que não de “refinaria de óleos vegetais, fábrica de implementos agrícolas, destilaria de álcool”, porém estas “foram colocadas em segundo plano por serem pouco recomendáveis”. Todavia, por que será que a Coopercentral seria pouco recomendada? E por quem foi considerada nesta classificação de pouco recomendável, já que a mesma foi formada e já apresentava seu Plano de Ações quinquenal para a aquisição de um frigorífico desde 1969?

Esse jogo dúbio e desconexo também se reflete no Jornal Folha D’Oeste, Chapecó, 18

⁷⁰ A notícia: Aury Luis Bodanese. Grandes Entrevistas - Jornal de Santa Catarina - Joinville, Brasil. 1996. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/grande/bodanese/0gra1.htm>>. Acessado em: 12 jan. 2017.

⁷¹ Idem.

de abril de 1970, número 242, Ano VI, página 3, intitulado “Cooperchapecó⁷² promove o desenvolvimento da produção”. Na matéria do jornal consta informações sobre a chegada do Diretor do BRDE em Chapecó, o qual visita as obras do parque agroindustrial de 7.286,5 m² da Cooperchapecó. Contudo, na reportagem a previsão de término da construção, reforma e inauguração era de 6 meses, ou seja, até meados do mês de outubro de 1970, “salvo motivos de força maior”. Nesta solenidade estavam presentes o Sr. Odilon Serrano diretor administrativo da cooperativa, o Sr. Moagir Borges diretor operacional do Banco do Brasil, o Sr. Dom José Gomes, que na época era Bispo Diocesano, o Glauco Olinger, Secretário da Agricultura e Plínio Arlindo de Nês, Secretário dos Negócios do Oeste. Os dois últimos, segundo o jornal, fizeram um discurso em prol da “importância do cooperativismo, do trabalho do agricultor e da grandeza econômica do país”. Posteriormente Grillo, dizia-se confiante no futuro radioso da Cooperchapecó e do cooperativismo na região.

Mesmo com tantos discursos de apoio ao cooperativismo, até mesmo, hipoteticamente em discurso por parte de Olinger e De Nês, nada encontrava-se direcionado para a aquisição do Frigorífico Marafon pela Cooperativa Aurora, apenas as atividades voltadas à aquisições de caminhões, especificamente voltadas a coleta, o armazenamento e a secagem de grãos que favoreciam a Cooperchapecó (Alfa).

Em nota no Jornal Folha D'Oeste Ano VI número 243 de 25 de janeiro de 1970:

A primeira parcela do financiamento que é colocada à disposição da COOPERCHAPECÓ para que ela possa vencer os primeiros obstáculos que são as acomodações e máquinas para poder produzir os resultados para as quais foi fundada. O restante fica por conta da vontade e da capacidade de nossos homens da lavoura, os braços fortes da nação.

Neste contexto, esta reportagem publicada 22 dias após a vinda do Diretor do BRDE a Cooperchapecó, pode ter diversas interpretações, pois, na sua vinda o mesmo teve contato com Olinger e De Nês, que podem ter articulado situações para burocratizar a aquisição e respectivamente a implantação da Cooperchapecó no município, em outra instância, o dinheiro que foi posto à disposição da cooperativa, não garantiu a ela a aquisição do Frigorífico Marafon, já que esta aquisição se oficializa somente em 1972, deixando no ar que as demais liberações de verba ao cumprimento do Plano de Ações da cooperativa estaria

⁷² A Cooperchapecó foi a reativação da Cooperativa Tritícola em 1967, no entanto foi também a Cooperativa que em 1974 vai se unir com a Cooper Xaxiense e formar a Cooperalfa, no entanto, tanto a Cooperalfa quanto a Cooperativa Aurora foram presididas pelo Sr. Aury Luiz Bodanese onde em alguns meios de comunicação são tratadas como sendo a mesma cooperativa.

relacionado a “vontade e a capacidade de nossos homens”.

Mesmo assim, enquanto uma enfrentava dificuldades na sua implantação, Cooperativa Aurora, havia outra, a Sadia, a qual a sua implantação pode-se dizer que além de barganhar diversos incentivos e favorecimentos, possíveis de análise nas transcritas dos documentos oficiais da Câmara de Vereadores de Chapecó, passaria a ser também a principal concorrente da Chapecó Alimentos:

Portanto, segundo Pertile (2008, p. 165-166):

Ao longo de todo esse processo de desenvolvimento das empresas agroindustriais em Santa Catarina, notadamente, houve a participação dos benefícios do Estado na consolidação dos principais grupos regionais. Nesse sentido, se as políticas públicas foram direcionadas a um setor, excluiu outros. Nessa senda, os representantes empresariais de grandes agroindústrias do Oeste do estado apropriaram-se do “aparelho estatal para, através dele, ampliar seu enriquecimento privado”, permitindo investimentos em diversos setores da economia.

No entanto, nos cabe pensar que, para que todo esse cenário se efetivasse, foi necessário a atuação de alguns grupos agroindustriais, normalmente os donos dos meios de produção do município, enquanto aproximação com o Estado, pois as melhorias em infraestrutura que se sucederam, as quais à primeira vista eram para beneficiar os municípios, na verdade acabaram beneficiando antes de mais nada as agroindústrias da região. Para tanto, foram sendo inseridos no cenário político do poder público representantes das cidades e principalmente da agroindústria. Dentre os representantes agroindustriais de maior influência ligados à política partidária, pode-se citar Plínio Arlindo De Nês (Fundador do grupo Chapecó/SAIC⁷³), Saul Brandalise (Fundador da Perdigão) e Atílio Fontana (Fundador da Sadia), o último com uma longa carreira política (PERTILE, 2008, p. 171-172).

Cabe recordar, que a Sadia Avícola S. A., é implantada em 1973 no município de Chapecó, e recebeu inúmeras vantagens do poder público local, para sua efetivação, vantagens como isenção fiscal por 5 anos, doação do terreno, empréstimo de uma linha e do aparelho telefônico pela Prefeitura Municipal, e o financiamento através do BNDES (GRETZLER, 2011).

⁷³ O grupo Chapecó passou a ser administrado pelo grupo argentino Macri em 1999. Na ocasião, o presidente do grupo Chapecó, curiosamente, era Alex Fontana, filho de Victor Fontana e neto de Atílio Fontana, fundador do grupo Sadia (A NOTÍCIA, 25 de setembro de 1999). A empresa Chapecó, por exemplo, que passou a ser holding do grupo argentino Macri, em 1999, obteve diversos recursos do BNDES e, posteriormente, teve sua falência decretada (PINOTTI, 2005, p. 91). A inadimplência da Chapecó com o BNDES significou prejuízo para o Brasil, além de não ter solucionado os problemas da empresa.

Abaixo seguem alguns incentivos concedidos à Sadia Avícola S.A. assegurados e aprovados pela Prefeitura Municipal de Chapecó, constatados nos ofícios e processos disponibilizados pela Câmara de Vereadores do município⁷⁴:

Transcrita 1 e 2: Alienação Telefônica.

1. [...] Ofício 400/70 do executivo pedindo autorização para alienar um telefone da prefeitura a Firma Sadia Avícola S.A.
2. [...] Processo nº 81/70 do executivo solicitando autorização alienar canal telefone da prefeitura com a firma Sadia Avícola S.A. com parecer contrário à Alienar e sim conceder a título de empréstimo. O qual foi aprovado por unanimidade em 1ª votação;

Fonte: Atas Câmara dos Vereadores de Chapecó (1969 – 1974). Ofício 400/70 e Processo nº 81/70.

Transcritas 3, 4 e 5: Aquisição e entrega de 100.000 m² de Terras.

3. [...] Ofício 294/70 do executivo solicitando autorização para adquirir e entregar a Sadia S.A. da Cidade de Concórdia 100.000m², de terras nas proximidades da Barragem do Engenho Braun, o qual foi encaminhado à Comissão de Finanças e Contas do Município.
4. [...] Ordem do dia, foram apreciados os Pareceres 56/70 em que o Sr. Prefeito solicitou a autorização de adquirir 100.000m² de terras e entregar a Sadia S/A com parecer favorável e com assinatura de todos os vereadores foi aprovado e mandado a redação final;
5. [...] Ofício 294/70 – Chapecó 23 de maio de 1970. Senhor Presidente: Encaminho a V. Excia., e demais Vereadores, o projeto de lei que autoriza a aquisição de uma área de terra com 100.000m² aproximadamente, e que será posteriormente entregue a firma Sadia S/A da Cidade de Concórdia, a fim da mesma instalar naquele local um matadouro de aves. Como v. Excia., poderão sentir tal aquisição virá trazer grandes benefícios ao nosso município, com a instalação do matadouro acima mencionado. Sem outro particular, apresentamos os protestos de estima e consideração. Cordiais saudações. João Destri – Prefeito Municipal. Exmo. Sr. Rivadávia Schéffer – Presidente da Câmara de Vereadores.

Fonte: Atas Câmara dos Vereadores de Chapecó (1969 – 1974). Protocolo: 56/70 Data: 25/05/70.

Transcrita 6: Apoio local pela Construção da Sadia Avícola S.A.

6. [...] O senhor presidente apresentou a casa fosse constado em ata, votos de congratulações⁷⁵ ao Senador Atílio Fontana pela constituição da Firma Sadia Avícola Sociedade Anônima em Chapecó, como fosse telegrafado ao mesmo felicitações pelo seu aniversário em data de amanhã estará completando 70 anos de idade o qual foi aprovado pelo plenário, nada mais tendo a tratar.

Fonte: Ata Câmara dos Vereadores de Chapecó (1969 – 1974). Protocolo 56/70 Data: 25/05/70.

Transcrita 7, 8, 9, 10 e 11: Complementação de 50.000 m² de Terras.

7. [...] Edital 3/70 Autorização para complementar aquisição de mais 50.000m² de terras para ser entregue a Firma Sadia S/A de Concórdia, tratando-se de matéria de deliberação foi enviado à Comissão de Finanças para que junta-se ao Processo nº 56/70 cuja finalidade é a mesma.
8. Processo nº 56/70 com o novo pedido do Sr. Prefeito Municipal para que fosse

⁷⁴ Fontes levantadas nas Atas de 1969 a 1974 dispostas na Câmara dos Vereadores de Chapecó, 2017.

⁷⁵ Diposta também no Jornal Folha D'Oeste Ano VII, número 258 de 08 de agosto de 1970.

adquirido em vez de 100.000m² de terras fosse adquirido 150.000m² de terras a ser entregue a Firma Sadia de Concórdia, com parecer favorável do relator e aprovado na Comissão de Finanças e Orçamentos, posto em discussão foi aprovado por unanimidade em 1ª votação.

9. Processo nº 104/70 do executivo solicitando lei para doar área de terras com 150.000m² a Sadia Avícola S/A de Chapecó, com pedido de urgência dos senhores vereadores e com parecer favorável da Comissão de Constituição Legislação e redação de Lei, foi colocado no mesmo as assinaturas dos Srs. Vereadores, o qual aprovaram por unanimidade, e enviado a redação final;
10. [...] Exmo. Sr. Presidente. Com relação ao Processo nº 56/70, de 25.5.70, em que também foi apensado mais o pedido do Senhor Presidente Municipal de: data 8.6.1970, relativo autorização para adquirir uma área de total de 150.000m², no preço de Cr\$ 0,50 o metro quadrado, a fim de que seja doada esta área a firma Sadia S/A, da cidade Concórdia a fim de ser instalada naquela área um matadouro de aves: Sou de parecer favorável a que seja feita a citada doação conforme pedido ao Poder Executivo, visto que tal instalação trará ao município grandes benefícios, principalmente pelo motivo de que Chapecó, necessitado muito de indústrias, principalmente para atender um pouco da grande demanda de empregos.
11. Ofício nº 320/70 – Chapecó, 8 de junho de 1970. Senhor Presidente: com o presente, cumpre-nos o grato prazer de passar as mãos de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei, autorizando o Poder Executivo, adquirir mais 50.000m², de terras do Senhor Ernesto Braun, a fim de completar o total de 150.000m², ao preço de Cr\$ 0,50 o metro quadrado, a fim de que seja doada a “Firma Sadia S/A”, da cidade de Concórdia. Ficando o Poder Executivo autorizado abrir o Crédito Especial na importância de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) para o pagamento da aquisição da referida área de terra. Na oportunidade aproveitamos para apresentar os protestos de estima e destina consideração.

Fonte: Atas Câmara dos Vereadores de Chapecó (1969 – 1974). Protocolo 56/70 Data: 25/05/70.

Transcritas 12, 13 e 14: Desapropriação das Terras.

12. [...] Ofício 330-A/70 do Senhor Prefeito Municipal, cuja matéria em pauta é a seguinte: mensagem do Senhor Chefe do executivo solicitando autorização desapropriar por interesse público 150.000m² de terras de propriedade do senhor Ernesto Braun, projeto Lei de autoria do Vereador Dr. Ivan Bertaso em que da nova redação ao 2º artigo da Lei 34/70;
13. Autoriza o Poder Executivo, desapropriar por “necessidade pública”, uma área de terra com 150.000m², de propriedade de Ernesto Braun, para efeitos de doação a Indústria Sadia Avícola S.A. João Destri, Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina faça saber, que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte Lei: Artº 1º – Fica o Poder Executivo, autorizado a desapropriar por “necessidade pública”, amigável ou judicialmente, uma área de terras de propriedade de Ernesto Braun, site próxima a barragem do Engenho Braun, neste município, com 150.000m², e com as seguintes confrontações e dimensões: ao Norte com a estrada estadual (velha) medindo 676,50 metros: ao Sul com a estrada estadual (em construção) medindo 623,00 metros: ao Leste com a estrada do Britador, medindo 90,50 metros: ao Oeste com as terras de Ernesto Braun, medindo 263 metros, área esta que será doada a indústria Sadia Avícola S.A. Artº 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Artº 3º – Revogada as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, julho de 1970.
14. Lei nº 75/70 Autoriza o Poder Executivo a Doar uma área de terras, com 150.000m², a

Sadia Avícola S/A, e dá outras providências. Dr. Ferdinando Damo, Prefeito Municipal de Chapecó em exercício, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte Lei: Artº 1º – Fica o Poder Executivo, autorizado a doar a firma Sadia S/A., a firma com sede nesta cidade de Chapecó, inscrita no CGC (MF) sob n.º 83.323.205/001, UMA ÁREA DE TERRAS DE CULTURA E MATOS, sita no lugar conhecido por “Barragem do Engenho Braun”, neste 1º distrito deste Município e Comarca de Chapecó, com a área superficial de 150.000m², (cento e cinquenta metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas: ao Norte com terras de propriedade da firma S/A Indústria e Comércio Chapecó e ditas de Augusto Barella, na extensão de 676,50 metros: ao Sul, com a estrada estadual (nova) que liga Chapecó e São Carlos, na extensão de 623,00 metros: ao Leste, com a estrada municipal que vai a sede do distrito de Itaberaba, na extensão de 263,00 metros: ao Oeste com a estrada do “Britador”, na extensão de 90,50 metros, sem benfeitorias cuja área de terras foi desapropriada a Ernesto Braun e sua mulher, pelo Decreto nº 51/70, por ser considerada de “Necessidade Pública”. Artº 2º – A doação que se refere o artigo 1º será feita pelo valor simbólico de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro). Artº 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Artº 4º – Revogada as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, 6 de novembro de 1970.

Fonte: Atas Câmara dos Vereadores de Chapecó (1969 – 1974). Protocolo 81/70. Data: 02/07/70.

No entanto a Cooperativa Aurora, foi citada unicamente pelo Sr. Lodovico Tozzo, o qual solicitou a expansão da eletrificação rural na Rua Fernando Machado em prol da Cooperativa.

Transcrita 15: Pedido de expansão da eletrificação rural.

15. Solicitação do Vereador Lodovico J. Tozzo, para que seja oficializado ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de arrumar a continuação da rua Fernando Machado para a saída para Xaxim, principalmente em frente a Cooper Chapecó, o qual foi aprovado;

Fonte: Ata Câmara dos Vereadores de Chapecó (1969 – 1974); Protocolo 81/70. Data: 25/08/70.

Se por um lado a Cooperativa Aurora não encontrava facilidades de implantação em Chapecó, por outro lado a Sadia Avícola sim, tanto que, podem ser vistas pelas ações do poder público municipal, e no Jornal Folha D'Oeste Ano VII número 249 de 06 de junho de 1970, onde “Chapecó é sede de grande indústria do continente”, a Sadia resolve implantar “um grande complexo industrial” de aves (perus), onde no Gabinete de Destri estavam “representantes as mais altas figuras do mundo econômico, político e social da Capital do Oeste, foi firmado compromisso entre autoridades locais e os diretores da SADIA que aqui estiveram, srs. Olavo Rigon, Zoé da Silveira D'Ávila, Anselmo Fontana e Ivo”. Neste dia, a Sadia se comprometeu a implantar-se em Chapecó, e em contrapartida o Estado, o poder público de Chapecó e demais representantes e “atuantes da vida econômica local, garantem à

Sadia, o terreno, água abundante, energia elétrica instalada no local, incentivos fiscais municipais, acesso rodoviário ao local das instalações da indústria e a certeza de que os capitais locais não ficarão ausentes dessa iniciativa”, fato que se confirma conjuntamente com as transcritas dos documentos oficiais da Câmara de Vereadores de Chapecó.

Assim, pode-se dizer que, as benesses concedidas à Sadia Avícola ficaram explícitas nas transcritas anteriores, já a Cooperativa Aurora não gozou das mesmas condições, até por que, na época a mesma não tinha representantes incisivos do cooperativismo nos cargos políticos⁷⁶, o que por ora também poderia ter dificultado a sua implantação no município de Chapecó, pois, enquanto a Cooperativa não tinha representantes, a Sadia continha no cenário político seu fundador Atílio Fontana que entre as décadas de 1960 a 75 era Senador e Vice-governador do Estado Catarinense, e logo, quem vivencia a política, informações privilegiadas são absorvidas, e conseqüentemente os políticos usufruem delas para extrair proveitos, já que nada é por acaso, tudo acaba sendo fruto da intencionalidade normalmente voltada ao capital; tanto que na visão de Olinger em um depoimento de 2014:

O governo brasileiro ainda não dá a cooperativa de pequenos e médios agricultores, não dá o que devia e deve e tem a obrigação de dar, porque sofre pressão dos grandes empresários, sofre pressão dos grandes produtores para não ajudar como deveria ajudar as cooperativas, tanto é, que certo secretário de agricultura aqui de SC quando eu estava desenvolvendo o cooperativismo me disse “Seu Glauco nós temos que parar com esse negócio de desenvolver o cooperativismo, está atrapalhando o comércio legalmente habilitado”. Eu digo: “-Mas a cooperativa está ilegalmente habilitada? É o próprio governo que está promovendo o cooperativismo, que está financiando que está pagando juro, que está dando prazo longo, que está dando assistência técnica é o próprio governo que está fazendo e você é o governo, você tem a obrigação de ajudar o cooperativismo”, mas ele estava pressionado pelo comércio, pressionado pela indústria, porque nós estávamos pensando em fazer a indústria lá em Chapecó, que foi feita, a parte industrial da produção e os industriais eram contra, porque quando nós fizemos a cooperativa de industrialização de suínos, que é a Aurora, aquilo foi recebido como uma concorrência desleal a indústria [...] Até hoje essa pressão é grande e toda cooperativa é olhada, é mal olhada pelos intermediários. (OLINGER, 2014).

Neste cenário, o governo sofria segundo Olinger (2014), pressão dos empresários, dos donos dos meios de produção, que na maioria das vezes, faziam parte do cenário político do Estado ou da Federação. Assim, os responsáveis por desenvolver o cooperativismo não o podiam fazer, pois se o fizessem, segundo Olinger (2014), poderiam sofrer sanções físicas,

⁷⁶ Aury foi vereador de Chapecó de janeiro de 1967 a janeiro de 1971 e diretor da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc) em agosto 1973.

políticas ou de capital, por meio dos opressores. Sendo assim, o Estado, ao mesmo tempo que sofria, também impunha pressão. Todavia, imposições contra a implantação da Cooperativa Aurora, poderiam estar associadas a abertura de uma concorrência na matéria prima, no capital e na hegemonia chapecoense.

Enquanto isso, Elói Frazzon⁷⁷ (2015), afirma que “as cooperativas começaram a ter um trabalho de escala e que começou de repente a “prejudicar” os interesses de S.As. E que tinha poder. Daqui que entrou a questão da minha saída da extensão rural”, onde desde a “década de 1960, a extensão rural priorizou que cada município ia ter uma cooperativa”; no entanto, “boa parte delas, a grande maioria, não progrediu. Aí na década de 1970, o trabalho era unir as cooperativas que não progrediram; o PROESTE envolvia o INCRA, a Acaresc, a Secretaria da Agricultura” para desenvolver o cooperativismo regional, que por sua vez encontravam-se na época, oprimidos.

Sendo assim, Frazzon, era até a metade da década de 70 o coordenador regional do cooperativismo, então através da pressão sofrida pelas S.As locais que eram “contra” as cooperativas, abandonou seu cargo na metade da década em questão, porém, segundo Ele, as cooperativas já estavam encaminhadas.

Outro argumento que expõe as articulações político-empresariais desenvolvidas em prol do progresso econômico do oeste catarinense, é que as cooperativas viriam a “prejudicar” os interesses da S.A.s, como a Sadia de Concórdia e a Chapecó Alimentos S.A., pois eram estas que de fato existiam no município chapecoense, e tinham como bem-dito por Frazzon (2015), o poder.

Logo, evidencia-se indiretamente a imposição por parte dos donos dos meios de produção, certas posturas baseadas no coronelismo e no mandonismo patrimonialista, que por ora, dificultariam a inserção das cooperativas no espaço geográfico. Até porque, segundo as transcritas acima, a ajuda à implantação industrial viria ao encontro dos interesses do grupo social, econômico, político e hegemônico de Chapecó, que neste momento, era contra a implantação da Cooperativa Aurora por meio da compra do Frigorífico Marafon, mas totalmente a favor da implantação da Sadia Avícola S.A., que por ora também era de

⁷⁷ Elói Frazzon, nasceu em 1942 em Santa Maria - RS, veio para Santa Catarina em 1970 para trabalhar na ACARESC, hoje extinta e incorporada pela EPAGRI. “Na época, a Acaresc tinha um programa com o objetivo de unir cooperativas para alcançar melhores performances”. Em 1976 foi convidado por Aury Bodanese para coordenador o Departamento Técnico da Cooperalfa, em Chapecó, atualmente Frazzon assume interinamente a presidência do Sicoob Central do SC/RS. Fonte: Sicoob Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.sicoobsc.com.br/blog/noticias/eloi-frazzon-assume-interinamente-presidencia-sicoob-central-scrs/>>. Acessado em: 15 set. 2018.

propriedade de Atílio Fontana.

No entanto, com as atividades cooperativistas agroindustriais já encaminhadas, estas passaram a ser as principais responsáveis pelo desenvolvimento econômico de Chapecó, resultando, ao longo dos anos, numa gradativa expansão nos ramos agroindustrial, principalmente ligados aos ramos cárneo, lácteos e avícola. Tudo isso, também articulou um desenvolvimento urbano mais verticalizado, que de forma mais acelerada se tornou passível de percepção a partir da década de 70. Nesse sentido:

A urbanização e o aumento da população operária proporcionaram considerável aumento na demanda por produtos básicos, como alimentos. A passagem de frigoríficos às agroindústrias é decorrência desse processo, mas sempre contando com o apoio generoso do Estado (PERTILE, 2008, p. 87).

Assim segundo Pertile (2008, p.93;94), “o crescimento econômico e populacional atrelado a urbanização, entre outros fatores, trouxeram maiores mudanças ao espaço geográfico e ao capital, que também serão percebidas nas transformações dos frigoríficos em grandes agroindústrias” sejam nos extremos de Santa Catarina, ou no amplo território brasileiro.

Já Reche (2008, p. 46), afirma que hoje Chapecó é:

“A maior concentração das empresas líderes no mercado de carne de aves nacional localizasse em Chapecó, o que faz do município, hoje, ser considerado a “capital brasileira da agroindústria” (PMC, 2008). Essa concentração demonstra a força do capital agroindustrial econômica e politicamente, influenciando nas decisões e na lógica de organização do município, seja social ou espacialmente”.

Para tanto, o surgimento agroindustrial no oeste catarinense esteve atrelado inicialmente com os contextos em que se encontravam a sociedade tradicional, que outrora veio a sofrer com as ações estatais principalmente através das concessões das terras devolutas, o que mudou não só as práticas da agricultura como também o modo de vida das populações que nelas viviam, associado diretamente a uma produção inicialmente mercantil seguida de uma série de modelos econômicos, entre eles, as terras, a madeira/erva-mate, a agropecuária e a industrialização, atribuído em duas grandes frentes, as Empresas S.As e as Cooperativas.

Assim as duas grandes frentes mais relativas a esta pesquisa foram a Sadia Avícola S/A, a qual recebeu conforme as transcritas anteriormente, apoio contínuo e assíduo à sua implantação no município de Chapecó, possíveis de percepção principalmente no ato da

concessão de alienação por unanimidade da disponibilização do aparelho telefônico e de sua respectiva linha dispostos nas transcritas 1 e 2; no parecer íntimo entre o Estado e Sadia Avícola S.A, apresentando na transcrita 6, através de uma escrita que expressa uma certa relação de proximidade entre o Senador do Estado também dono da Sadia de Concórdia e idealizador da Sadia Avícola de Chapecó Attílio Fontana, juntamente com a Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, a qual, sem dúvidas, expressa direta intimidade com o mesmo (Attílio Fontana), até porque torna-o relevante à medida em que concede a eles congratulações de aniversário; entre as transcritas 7 e 11, nos cabe perceber o quão são estratégicas as relações entre os donos dos meios de produção, que se fazem também representar por cargos políticos, com as decisões de ordem sobre o espaço geográfico, pois na transcrita 9, há um pedido de “urgência” ao processo 56/70, que concede a doação de 150.000m² de terras do senhor Ernesto Braun a Sadia Avícola S/A dispostas também nas transcritas de 11 a 14, como uma desapropriação por “necessidade pública”, sendo que esta poderia ser de forma “amigável ou jurídica”, fator que expressa novamente o poder hegemônico dos donos dos meios de produção, bem como o da elite local articulada com o Estado, ou seja, para todas estas articulações está Attílio Fontana, que, de certa forma, por deter um poder interino na política, no capital e na sociedade, acaba subordinando barganhas aos que detém poderes de escala política e de capital menor.

Na outra grande frente está a Cooperativa Central, discriminada na transcrita 15, a qual se apresenta sem nenhuma representatividade significativa na Câmara de Vereadores, logo, não tinha tanto êxito em prol da sua implantação, visto que nas atas da Câmara entre as décadas de 1960 e 1970, nada consta ao seu respeito que possam ser relevantes à implantação da mesma. Todavia, esta, na época não tinha a relevância econômica e a hegemonia que dispõem atualmente, já que anteriormente as S/As eram de certo modo contra a sua implantação, logo, “quem pode mais chora menos”, foi o que de fato aconteceu, já que a história foi mudada somente após 1973, quando de fato a Cooperativa inicia suas atividades frigoríficas no município de Chapecó e passa a expandir-se no espaço histórico-geográfico.

Neste caso, quando pensamos sobre o processo de implantação da Cooperativa Aurora, pensamos também se houve uma descentralização econômica de base política e de benesses comuns ao desenvolvimento de Chapecó e região, já que desde 1963 Serafin Ennos Bertaso assumiu a SNO, posteriormente dirigida por Plínio Arlindo de Nês de 1971 a 1975, e no entanto, no processo de aquisição do Frigorífico Marafon, solicitado pela Cooperativa ainda em 1969, nada havia sido resolvido aqui no município, sendo necessária segundo

Zanchet (1993/1994), e Silvestrin (1999), mais de 70 viagens dos representantes da Cooperativa à Florianópolis, mesmo havendo aqui a SNO.

Pois, segundo Marchiori (1987), a SNO era uma espécie de Mini-governo com verbas próprias, onde o Secretário tinha absoluta autonomia nas decisões de aplicabilidade das verbas bem como de todas as decisões que envolviam não só o município, mas também a região de modo geral.

Cabe relatar então que as relações político-empresariais de certo modo excluía as cooperativas e respectivamente os cooperativados das decisões municipais e também estatais, quando estas não agradavam a elite e os donos dos meios de produção local, pois segundo o Jornal Folha D'Oeste Ano VI número 230, de 10 de janeiro de 1970, "Plínio de Nês reivindica em favor da região", quando Plínio solicita o aumento do preço e a diminuição dos impostos sobre o feijão preto ao Secretário da Fazenda Dr. Ivan Mattos, com resposta já no Jornal Folha D'Oeste Ano VI número 231 de 17 de janeiro de 1970, ou seja, a resposta à reivindicação do Secretário teve resposta positiva em 7 dias. No entanto, em relação aos pedidos de aquisição do Frigorífico Marafon pela Cooperativa Aurora nada foram constatados nos jornais Folha D'Oeste entre 1969 e 1974; porém, o discurso de Plínio e dos meios de comunicação, neste caso o do próprio jornal Folha D'Oeste, enalteciam o Secretário:

"Mais uma vez a classe produtora e o comércio, encontraram na pessoa do titular da Secretaria, um homem voltado para os interesses fundamentais desta região como também uma força reivindicatória, alerta e que faz seus, os problemas do povo oestino. As preocupações que se refletem no povo desta terra, preocupações de toda ordem, encontram integral apoio em seu equacionamento, uma vez que as lideranças conjugam esforços em prol do bem-estar econômico. Este apelo do Sr. Plínio de Nês responde a confiança que depositamos na pessoa do Secretário" (Jornal Folha D'Oeste Ano VI número 230, de 10 de janeiro de 1970).

Do que foi escrito nesta publicação do Jornal Folha D'Oeste, fica evidente o enaltecimento do Secretário, o qual já dispunha na época de uma forte influência econômica, social e política no cenário municipal por ser o proprietário da Chapecó Alimentos e no cenário estadual por representar a SNO. Neste momento, ao que tudo indica, esses interesses para o Oeste não alcançavam a Cooperativa Aurora.

Assim, pode-se dizer que as articulações do Estado proporcionaram ou não, a formação, a implantação, a consolidação e a expansão de muitas agroindústrias, acrescidas e fomentadas não só pelos incentivos governamentais mais também pela influência política dos donos dos meios de produção/capital, bem como, através da exploração dos assalariados dos

frigoríficos, e dos agricultores integrados, que de certa forma, se não se adequassem aos padrões impostos tanto pelo Estado quanto pelas empresas, muitas vezes organizadas em combinações, eram excluídos do sistema produtivo agropecuário para com as agroindústrias, fato decorrente até os dias atuais (LIMA, 2015).

Nesse sentido, o Estado foi e tem sido um grande propulsor/viabilizador das condições gerais de produção, em alguns municípios em especial. Já as agroindústrias, atuantes na maioria dos municípios da região e presentes com unidades industriais em dezenas desses, têm se apropriado de forma direta e/ou indireta e continuamente dessas condições disponibilizadas para o uso coletivo. É importante ainda considerar que as empresas também foram favorecidas, tanto por ações estatais com liberação de recursos financeiros, quanto por via político-partidária, assumindo cargos públicos (PERTILE, 2008, p. 288).

Porém, nada acontece por acaso, sempre há uma intencionalidade⁷⁸, e os recursos governamentais antes de serem investidos, levavam em conta a influência econômica, a influência política dos que o solicitam, tendo por muitas vezes o poder de dificultar ou facilitar a liberação destes recursos, no entanto, também avaliavam a localização das unidades, uma vez que, estas influenciam o espaço a sua volta, logo, influenciam também a economia e o dinamismo urbano às margens das indústrias, sendo assim, as ações político-empresariais se fizeram ao longo do tempo “agentes fundamentais da gestão do território, exercendo poderoso controle sobre a organização espacial e sua dinâmica” (CORRÊA, 1991, p. 33 *apud* PERTILE, 2008, p. 179).

⁷⁸ A título de análise informal, a intencionalidade é tão impetuosa, e de múltiplos sentidos que nas eleições de 2014, a Cooperativa Aurora no âmbito de suas instalações frigoríficas solicitava e possibilitou a entrega de panfletos em favor do candidato a Deputado Federal, Valdir Colatto do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), eleito consecutivamente desde 2005 tendo seu mandato em vigor até 2019, tendo como principais atividades parlamentares: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, Comissão das Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN e demais áreas que envolvem o Meio Ambiente. **Biografia Valdir Colatto – MDB/SC.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74010>. Acessado em: 28 jul. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região oeste de Santa Catarina, há muito tempo já não é mais a mesma. Com o passar dos anos o Estado, a região e principalmente o município de Chapecó, atribuíram a si diversas complexidades nas mais distintas categorias, principalmente no tangente ao setor econômico.

Todavia, a Cooperativa Aurora, principal objeto de estudo desta dissertação, atualmente se destaca na representatividade de Chapecó como Polo Agroindustrial, desde sua formação em 1969, passou por diversos percalços até se implantar no município chapecoense.

Neste marco inicial, a formação da Cooperativa teve sempre os princípios e valores discursados em prol da ajuda mútua, o que nem sempre foram postos em prática. A Cooperativa, foi ganhando a confiança do Estado e dos produtores rurais, porém, há que se ressaltar que houve no oeste de Santa Catarina, um movimento cooperativista que veio de “cima”, primeiramente porque o Estado tinha a intencionalidade de consolidar nesta região de tanta riqueza e possibilidades de progresso, o celeiro da nação.

Posteriormente o Banco do Brasil através de seus representantes, não queriam apenas fomentar o cooperativismo, mas sim, garantirem-se no mercado, por exemplo, Aury segundo a Biografia de Zanchet (1973/1974) devia ao Banco do Brasil, e como forma de liquidar suas dívidas e o banco recebê-la; Então Aury foi escolhido pelo banco, não pelos produtores rurais que sofriam com os atravessadores e os hegemônicos donos dos meios de produção que pagavam pouco pela matéria prima local.

Sendo assim, o banco passaria a ter a certeza de que à medida em que a modernização agrícola e a implantação das técnicas e insumos da revolução verde fossem ampliadas e exigidas, alguém precisaria de empréstimos. Logo, o Banco do Brasil iria concedê-los, não a todos, porque este cenário de modernização foi seletiva. Inicialmente os empréstimos foram feitos diretamente aos produtores rurais, posteriormente o banco vê na cooperativa uma forma de padronizar a produção, garantir o aumento do número de financiamentos, já que todos os associados teriam que se modernizar para continuarem sendo sócios da cooperativa e adquirirem o financiamento, e ao mesmo tempo o banco teria a certeza de que iria receber os valores concedidos.

Para as cooperativas, este acordo, também foi vantajoso, pois aumentaria o número de associados, bem como a quantidade de matéria prima arrecadada e conseqüentemente a padronização dos produtos. Por outro lado, o Estado, também se privilegiou, ganhando os

juros dos financiamentos concedidos, ocupando as áreas próximas das fronteiras que anteriormente eram chamadas de vazios demográficos, e aos poucos estaria desenvolvendo a região que para o Estado tinha uma vocação agrícola.

Sendo assim, a cooperativa mais relevante de Chapecó surgiu em 1957, a Cooperativa Tritícola, que entra em declínio devido aos motivos posteriormente apresentados. Porém, em 1967, após a I Efapi de Chapecó, Zanchet e Aury se articulam e nas mesmas instalações da falida Tritícola, implantam a Cooperativa Mista Agropastoril também chamada de Cooperchapecó. Neste desfecho, a Cooperchapecó somada a diversas outras cooperativas locais e regionais, novamente se articulam com intermédio do principal banco do município, o Banco do Brasil, juntamente com o presidente da Cooperchapecó Aury Bodanese, a criar uma Cooperativa Central Industrial, a Aurora.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que Aury era presidente da Cooperchapecó, ele também estava à frente dos projetos de formação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., e conseqüentemente da aquisição do Frigorífico Marafon. Logo, em algumas fontes de pesquisa, os incentivos disponibilizados ao cooperativismo se direcionavam a Cooperchapecó, pois esta não ia ao encontro dos meios de produção já hegemônicos e localizados em Chapecó. No entanto, enquanto a Cooperchapecó se unia com a Cooper Xaxiense, para formar a Cooperativa Alfa, Aury já havia formado a Cooperativa Aurora e encontrava-se juntamente com demais representantes da Cooperativa tentando adquirir o Frigorífico Marafon. Em alguns momentos a Cooperchapecó e a Cooperativa Aurora são tratadas como sinônimas, o que de sinônimo só havia o presidente, que era Aury, pois uma era Cooperativa Agropecuária e a outra seria uma Cooperativa Agroindustrial.

O cooperativismo que surge também através da Aurora pode-se então ser chamado de desvirtuado, ou seja, que foi interpretado incorretamente, que sofreu alterações e que deixou de possuir as virtudes de sua origem em Rochdale, pois foi sendo desvalorizado, perdendo sua essência, isso é o cooperativismo que temos hoje. Tanto torna-se verídico, este cooperativismo desvirtuado, que a discrepância que deveria ocorrer entre as empresas privadas e as cooperativas, de modo geral, praticamente não existem mais.

Sendo assim, a Cooperativa se forma 15 de abril de 1969, segundo o Anexo I, buscando desenvolver estrategicamente seu plano quinquenal que previa inicialmente a compra de um frigorífico, para que este se tornasse uma cooperativa central industrial, o qual é aprovado pelos membros formativos da Cooperativa e logo encaminhados a Florianópolis.

Todavia aqui encontrou-se a nossa problemática de pesquisa, pois a aquisição do

frigorífico só ocorreu em 1972, e o início das atividade em 1973, neste processo, várias articulações do Estado, dos donos dos meios de produção, dos representantes políticos e dos próprios produtores rurais ocorreram, de forma que nas primeiras instâncias dificultaram a implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó, mas que posteriormente ajudaram-na a se reestruturar e se consolidar no cenário econômico local, nacional e internacional.

Antes mesmo da formação da Cooperativa, havia a Lei 3.283 de 17 agosto de 1963, que instalou em 01 de dezembro de 1963, a Secretaria de Negócios do Oeste – SNO em Chapecó, com a finalidade de atender a região oeste do estado de Santa Catarina. Entre 1963 a 1969 a SNO era liderada por Serafin Ennos Bertaso, colonizador das terras que englobavam o município chapecoense. Posteriormente, quem assumiu este cargo foi Plínio Arlindo de Nês de 1969 a 1975. Nesta época Plínio já era um dos mais influentes donos dos meios de produção do município e que a partir de então daria continuidade ao estreitamento das relações entre o Estado, a SNO com benesses ao município, mas também a sua própria empresa.

Plínio implantou no município de Chapecó a empresa Chapecó Alimentos em 1952, a título de aproveitar-se da grande oferta de matérias primas que havia no local, especificamente o suíno, tendo este, baixo retorno ao produtor, que o produzia em sistema de sazonalidade com a safra do milho, garantindo ao industrializador a possibilidade de pagar menos e lucrar mais. Além disso, a Chapecó Alimentos foi planejada não só por Plínio, mas também por Bertaso, já que, devido ao “linchamento” e a “queima da igreja matriz”, os (i) migrantes que vinham das colônias velhas do Rio Grande do Sul atrás de uma vida melhor e uma terra mais fértil ficaram retraídos com os acontecimentos na localidade. Para tanto, a fim de atrair e segurar estas populações à Chapecó, para que então Bertaso vendesse seus terrenos e Plínio ampliasse seus lucros e o número de funcionários, criou-se a empresa, bem como com a finalidade extrema de que todos esquecessem do acontecido.

Ela foi criada com um fim social, porque houve um fato marcante na vida de Chapecó que foram queimados três presos, compreende, no linchamento de Chapecó fato histórico e a gauchada queria voltar de medo, aqueles que vieram pra cá, queriam voltar porque tinham medo que virasse numa anarquia, um pseudo, um pseudo da revolução etc. Então eu fui convidado para trabalhar na industrialização de madeira, Faxinal dos Guedes, e meus amigos daqui, o Dr. Serafim, Osvaldo Pasquali e Nadir Dutra Salles que foi o primeiro gerente do Banco do Brasil de Chapecó, foram lá me convidar, porque aqui tinha a ideia de formar um frigorífico. Então não havia denominador comum né. Havia duas facções e dado esse fato, apenas no

sentido que eu viesse apenas para construir o frigorífico, para acalmar toda essa situação de volta para o Rio Grande, para a gauchada que estava aqui (MARCHIORI, 1987).

O ideal para a região era que tudo fosse esquecido, até porque “necessário seria transformar o “sertão” em civilização, na vila que possuía cerca de cem casas habitáveis”, um “discurso que foi muito forte na época e a autoria é dos próprios colonizadores”, que através disto procuravam chamar a “atenção para a responsabilidade (investimentos, presença do Estado) com a região” e assim, “na leitura política da elite local”, significaria a possibilidade de rompimento e esquecimento do passado (PETROLI, 2008, p. 38).

Em 1956, sem muitos dados e fontes sobre o mesmo, instalou-se em Chapecó o Frigorífico INCOMASA ou Marafon, o qual já no final da década de 1960 passou a apresentar sinais de falência produtiva e econômica. Em contrapartida, a Cooperativa Aurora que recentemente havia se formado, viu nesta ocasião a oportunidade de solicitar ajuda ao Estado, ao FUNDESC, a SNO, a Secretaria de Agricultura, às cooperativas filiadas entre outros, à aquisição deste frigorífico, que para tanto vinha ao encontro com o planejamento formativo da Cooperativa.

Neste cenário haviam dois principais órgãos que “fomentavam” o cooperativismo regional, um era o Banco do Brasil que induziu a formação da Cooperativa Aurora. O outro era a Acaresc criada em 1957 para atender os produtores rurais do estado através dos programas de extensão rural que previa também a implantação da modernização agrícola e das técnicas e insumos da revolução verde.

O responsável pela Acaresc era Glauco Olinger, ele segundo Silvestrin (1999) e Zanchet (1993/1994), era um grande fomentador do cooperativismo e a partir dele é que se direcionavam liberações de verbas referentes às práticas do campo. Pode-se dizer que no decorrer da dissertação este apresentou-se com dubiedade, pois em alguns momentos disse estar a favor da Cooperativa, porém devido a fatores de hierarquia política, social ou econômica se ateu a dizer que a Aurora devia ficar com as práticas agrícolas não com industrialização, pois já haviam quem a fizesse.

Se com a Acaresc a Cooperativa não ganhou o apoio necessário à aquisição do Marafon, com a SNO não foi diferente. Pois, Plínio sendo dono da Chapecó Alimentos deduz-se que não queria concorrência com sua empresa, logo, sendo responsável pela SNO, nada viabilizou por Chapecó, já que, os representantes da Cooperativa Aurora tinham que ir à Florianópolis resolver as burocracias de tal aquisição. Cabe dizer que o FUNDESC era um órgão responsável pela deliberação de créditos ao desenvolvimento econômico de Santa

Catarina, mas que neste momento encontrava-se liderado também por Plínio, o que dificultou ainda mais o processo de aquisição do Frigorífico Marafon pela Cooperativa Aurora.

Argumento reafirmado por Mario Lanznaster (2018), o qual afirma que inicialmente a dificuldade encontrava-se nas burocracias exigidas pelo Ministério da Agricultura, mas que por outro viés, tinham os frigoríficos Saic, Seara e Sadia contrários à implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó, na justificativa de que esta, seria mais uma concorrente, e para que isso não acontecesse seriam criados percalços a essa, até então, possível implantação.

Por sua vez, O.J.C. (2018), vai afirmar que a ideia da criação de uma cooperativa central industrial, teria surgido por meio das expectativas do governo em industrializar a região, bem como o Brasil, através dos 20% do ICMS que ficava retido no FUNDESC, lembrando que inicialmente este incentivo era de 10% as empresas S.A. enquanto para as cooperativas esse incentivo não existia.

Por isso, no decorrer deste processo, cooperativistas reivindicaram esse incentivo também, que foi aceito destinando ao fundo 20% do total das receitas produzidas pelas cooperativas, o que para a época não seria grande coisa porque as dinâmicas econômicas das cooperativas ainda não eram tão representativas.

O total do valor recolhido pelo fundo só poderia ser retirado com a criação de empresas novas, daí, segundo O.J.C. (2018), Zanchet teve a ideia de formar uma cooperativa que tivesse outras como cooperadas, pois, assim, quanto mais cooperadas, maior seria o valor a poder ser retirado do FUNDESC. Ele, ainda reafirma que a burocracia na reforma e implantação da Inspeção Federal no frigorífico, foi intensa, já que ao invés de pedirem todas as demandas de uma vez, pediam uma por uma, ou seja, queriam retardar ou até mesmo impedir a implantação da Cooperativa em Chapecó. Neste sentido, foi contratado um contador apenas para “resolver” esses tramites burocráticos referentes à aquisição do Frigorífico Marafon, o Sr. Nilson Olimpio Batiston. Logo “Plínio era contra, porque colono não tocava indústria”, todavia, o FUNDESC mesmo sabendo dos anseios da Cooperativa tinha relações com Plínio e Atílio, o que fez demorar ainda mais esta aquisição frigorífica.

Segundo Marchiori (1987), de fato Plínio que já havia sido prefeito de Chapecó em 1955, Deputado Estadual em 1960, Secretário dos Negócios do Oeste de 1969 a 1975⁷⁹, depois presidente do Banco do Desenvolvimento de Santa Catarina e ainda dono da Saic de Chapecó, afirma que a SNO tinha “absoluta” autonomia nas decisões regionais, pois, “nada

⁷⁹ Dois anos durante o Governo de Ivo Silveira e quatro anos no Governo de Colombo Sales.

era feito na região sem diálogo com as lideranças de Chapecó”. Tanto que, Plínio na entrevista dizia ser um “homem de confiança do Governo, tanto que prefeitos que fossem a capital eram mandados de volta - vai para a Secretaria que a continuidade do governo está lá” (MARCHIORI, 1987). Todavia, com relação a Cooperativa Aurora isso não se sucedeu, pois aqui em Chapecó não se resolvia nada, e como as estradas não eram como hoje, havia demora até chegar em Florianópolis, e muitas vezes chegando lá, eles não queriam atender aos representantes da Cooperativa, tanto que segundo O.J.C. (2018), eles chegaram a se esconder, devido as pressões políticas impostas por Plínio A. de Nês e Atílio Fontana, principais donos dos meios de produção de Chapecó e para tanto influentes representantes do poder estatal.

Em outra situação O.J.C. (2018), também vai relatar a disputa pela liderança cooperativista entre Glauco Olinger e Aury Bodanese, que como resultado teve retardo na implantação da Cooperativa Aurora no município de Chapecó por serem segundo O. J. C. “dois bichos que não se beijam”.

Isso tudo se contextualiza ainda mais com as questões e estratégias que dificultaram a implantação da Cooperativa no município e que, se a Cooperativa Aurora não teve benesses a sua implantação, por que outra indústria haveria de ter, e ainda, por que havia de ter com urgência?

Refiro-me a Sadia Avícola que se implanta em Chapecó quase que simultaneamente a Cooperativa Aurora, porém, sem delongas dificuldades, isso por que, segundo os relatos da Câmara de Vereadores de Chapecó a mesma que já tinha a matriz implantada em Concórdia deste 1944, tinha como proprietário o Senador Atílio Fontana, o que já explica muita coisa. Fontana como Senador também não disponibilizou de ajudas públicas a Cooperativa Aurora, mais que usou de sua persuasão política e social econômica para conseguir benesses a si próprio, até mesmo pelo fato de ter conseguido o terreno, um número e um aparelho telefônico, a rodovia em frente a empresa, a isenção de impostos entre outros conforme descritos nas transcritas anteriores.

Outra conclusão referente a dificuldade da implantação da Cooperativa Aurora em relação a Sadia Avícola é que:

A Sadia Avícola, era presidente o Senador Atílio Fontana e perante a comissão daqui, pediu para que viesse por o abatedouro avícola. A condição era se a Saic, ela viria, senão, não. Então nós participamos, sabendo que nós não tínhamos condições de participar na luta, porque havia uma falta de recursos próprios, mas nós participamos em todas as iniciativas, compreende, para que houvesse o progresso de Chapecó e do município e havendo o progresso de Chapecó, progresso na região, havendo progresso na

região, reflete em Chapecó, então havia uma atuação como secretário, pessoalmente tratando de uma maneira muito imparcial, porque achava que todos podiam crescer, mas o desenvolvimento devia ser homogêneo na região toda, se um cresce demais o outra nada, compreende, aquele que poderia crescer um pouco não ajuda o cresce mais, então nós tivemos que ter uma ação assim imparcial no sentido de verbas, de doações, porque entendíamos então que o crescimento devia ser homogêneo, toda a região devia crescer (Nês, 1987).

Assim, esta citação da entrevista a Plínio Arlindo de Nês feita por Marchiori (1987), confirma as hipóteses descritas no decorrer da dissertação, em que a Saic e a Sadia, não queriam concorrência no mercado, queriam ser hegemônicas, e que para tanto “havia uma atuação como secretário, pessoalmente tratando de uma maneira muito imparcial” em barganhar benesses as empresas, até porque como dito anteriormente a SNO tinha absoluta autonomia para direcionar seus investimentos e lógico, não queria inicialmente investir em uma cooperativa que semelhante a Saic era de propriedade de Plínio em Chapecó e a Sadia de Concórdia que era de Atílio, trabalhassem todas no ramo da suinocultura.

Mas, a Sadia Avícola sim, até porque era do Senador e não iria interferir nos negócios do Secretário, além de auxiliar na reputação da SNO como desenvolvendo o município e a região economicamente. Cabe aqui dizer que após a implantação da Cooperativa Aurora em Chapecó, houve sim, e muitos, incentivos do governo para consolidação no cenário econômico de Chapecó espalhando-se com o tempo para demais localidades brasileiras, no entanto estes incentivos não são no momento nosso objeto de pesquisa.

Logo, há intencionalidades e articulações estratégicas nesta contemporaneidade que se tornam responsáveis pelo que de fato temos, vemos e somos, seja de forma direta ou indiretamente. Isso aconteceu com Chapecó, e certamente com todas as junções de lugares existentes no que chamamos de mundo. E como resultado deste processo, é a concorrência que poderá redefini-lo, pois, “a concorrência fez com que as maiores empresas absorvessem as menores, aumentando a concentração e a centralização do capital, fazendo do Oeste uma região de oligopólios agroindustriais”. Questões que requerem um olhar historiográfico e crítico, pois, a tendência é só acentuarem-se⁸⁰ (ALBA, 2001, p. 306).

⁸⁰ Segundo informações do CEPA, citado por Giese (1991, p. 27), “no início da década de 70 existiam 23 frigoríficos em Santa Catarina. Na década de 80, restaram apenas sete grandes frigoríficos, incluindo as cooperativas” (ALBA 2001, p 306).

ANEXO I

ATA Nº 1 "Ata de Constituição da Cooperativa Central Oeste Catarinense de Responsabilidade Limitada, realizada em quinze de abril de mil, novecentos e sessenta e nove".

Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e nove às quatro horas, na sala de reuniões do Clube Recreativo Chapecoense na localidade de Chapecó, no município e comarca de Chapecó Estado de Santa Catarina, reuniram-se de livre e espontânea vontade, em Assembléia, com o fim especial de constituir uma sociedade Cooperativa, nos termos do Decreto-Lei nº 558, de 21 de novembro de 1.966, regulamentada pelo decreto nº 60.597, de 19 de abril de 1.967, as seguintes Cooperativas / Cooperativa Mista Agropecuária de Chapecó Limitada, que subscrevem cinquenta quotas partes no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos) cada uma e representada por Amiry Luiz Bodanese, brasileiro casado agropecuarista, nascido em 3/7/1934, com 35 anos de idade, Orlando Jacob Cella, brasileiro, casado, agropecuarista com 30 anos de idade, nascido em 23/12/1939, residente em Chapecó, Alcides Antonio Biffi, brasileiro casado agropecuarista, nascido em 9/10/1931, com 38 anos de idade residente em Chapecó, Cooperativa Mista Xaximense Limitada, que subscreveu cinquenta quotas partes no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos) cada uma e representada por Ercole Adelino Roman brasileiro casado agricultor nascido em 12/9/1934, com 35 anos de idade, residente em Xaxim, Domingos Henrique Paó, brasileiro casado agricultor, nascido em 27/11/1918, com 57 anos de idade, residente em Xaxim; Cooperativa Agrícola Mista Xaxirerense Ltda, que subscreveu cinquenta quotas partes no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos) cada uma e representada por Valmor Antonio Bertael, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 11/3/1934, com 35 anos de idade e residente em Xaxirerense; Cooperativa Mista Lagoado Grande Limitada, que subscreveu cinquenta quotas partes no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos) cada uma e representada por, Paulo Farinas, brasileiro casado agricultor, nascido em 3/12/1934, com 35 anos de idade e residente em Lagoado Grande, Jacyr Toffele brasileiro casado agricultor, nascido em 6/12/1925, com 24 anos de idade e residente em Lagoado Grande, João Marcos brasileiro casado agricultor nascido em 2/1/1938, com 31 anos de idade; Cooperativa Mista de Palmitos Limitada, que subscreveu cinquenta quotas partes no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos) cada uma e representada por Wilfredo Zimmermann, brasileiro casado agricultor nascido em 18/7/1908, com 61 anos de idade e residente em Palmitos; Cooperativa Agropecuária de São Carlos Limitada, que subscreveu cinquenta quotas partes, no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos) cada uma e representada por, Osmar J. Bazzing brasileiro casado agricultor nascido em 14/5/1928, com 41 anos de idade e residente em São Carlos, Antonio Nazaretto Sobrinho, brasileiro casado agricultor, nascido em 22/2/1908, com 41 anos de idade e residente em São Carlos; Cooperativa de Laticínios Chapecó Limitada, que subscreveu cinquenta quotas partes, no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos) cada uma, e representada por Valmor Lunardi brasileiro casado agropecuarista nascido em 12/11/1933, e com 36 anos de idade residente em Chapecó, Norberto Fellmeier, brasileiro casado agricultor, nascido em 20/4/1930, e com 39 anos de idade residente em Chapecó; Cooperativa Mista Modelense Limitada, que subscreveu cinquenta quotas partes no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos) cada uma e representada por Alcino Kuhl, brasileiro casado agricultor nascido em 13/8/1927, e com 42 anos de idade residente em Modelo, Setimo Cesco, brasileiro casado agricultor, nascido em 6/9/1944, e com 25 anos de idade e residente em Modelo. Foi chamada para dirigir os trabalhos o Sr. Valmor Pivatto, que convidou para lavar e presente ato, a mim José Euly Fernandes de Moura. A seguir o Sr. Presidente solicitou que fosse lido, explicado e debatido o Estatuto da Cooperativa, o que foi feito, artigo por artigo, e mencionado Estatuto foi aprovado unanimemente pelos fundadores que tomaram os nomes consignados nesta Ata. O Sr. Presidente suspendeu então os trabalhos por quinze minutos, para providências relativas ao presente ato dos cargos sociais conforma disposto, e o Estatuto era aprovado. Reiniciados os trabalhos e procedida a votação, foram eleitos: PRESIDENTE- Amiry Luiz Bodanese, brasileiro, casado, nascido em 3/7/1934; VICE PRESIDENTE- Valmor Bertael, brasileiro casado, nascido em 11/3/1934; SECRETARIO- Orlando J. Cella, brasileiro casado nascido em 23/12/1939; CONSELHEIROS- Antonio Nazaretto Sobrinho brasileiro casado nascido em 22/2/1928, Norberto Fellmeier, brasileiro casado nascido em 20/4/1930.

ANEXO II

R E L A T Ó R I O
DA DIRETORIA DA COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA.
Apresentado à Assembleia Geral Ordinária de 28.03.73.

Senhores Delegados:

Em cumprimento as determinações estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de Vv.Sa., o relatório das atividades da atual Diretoria, referente ao exercício de 1972, bem como o Balanço Geral, Demonstrativo de "SOBRAS & PERDAS" e o respectivo Parecer do Conselho Fiscal.

A atual Diretoria, tendo sido eleita na Assembleia Geral Ordinária do dia 27 de Janeiro de 1972, de posse do Relatório das Viabilidades Econômicas desta Cooperativa Central, elaborado em 14 de Janeiro de 1972, pelos Srs. Leandro Lampert e Nelson Schwambach, preocupou-se inicialmente na obtenção dos recursos financeiros necessários à conclusão do frigorífico. Para tanto, realizou já no início de fevereiro uma viagem à Florianópolis para manter entendimentos com estabelecimentos financeiros, Fundesc e órgãos ligados ao cooperativismo.

Como resultado desta viagem, foram elaborados os projetos para financiamento de integralização de quotas-partes, subscritas pelas cooperativas filiadas, referentes aos recursos próprios. Tais projetos, elaborados pelo Dr. Erto Gebler, Coordenador Estadual de Cooperativismo da ACARESC, no valor total de Cr\$ 541.741,43- (Seiscentos e quarenta e ^{mil} ~~seiscentos e quarenta e um~~ cruzeiros e quarenta e tres centavos), foram todos aprovados e liberados à exceção de Cr\$ 92.000,00, parcela que caberia do Banco Brasileiro de Descontos S.A.

Participaram do financiamento os seguintes estabelecimentos bancários: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul com ~~os~~ recursos da Ordem de Cr\$ 252.741,43; Banco do Brasil S/A., agência de Chapecó, com Cr\$ 197.000,00; e, Banco do Estado de Santa Catarina S/A., agência de Chapecó, com Cr\$ 100.000,00.

Cumpra-nos ainda esclarecer, que os Cr\$ 92.000,00, acima referidos, inicialmente destinados ~~aos~~ à serem financiados pelo Bradesco, ~~seu~~ seu projeto foi encaminhado e já aprovado pelo B.R.D.E., cuja liberação dar-se-á brevemente.

Paralelamente ao trabalho junto aos estabelecimentos bancários, preocupou-se a Diretoria na obtenção das liberações, do Fundesc, dos Incentivos Fiscais gerados pelas filiadas.

Como fruto deste trabalho, resultou na liberação / por parte do FUNDESC, no exercício de 1972, da importância de Cr\$ 1.249.035,49.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA, Rosa Salete. **Estudos de geografia agrária do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

ALBA, Rosa. **As agroindústrias e a produção do espaço urbano de Chapecó**. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1987/1077>>. Acessado em: 02 ago. 2017.

Álbum do cinquentenário de Chapecó: Documentário Histórico. Chapecó. 1967. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito (CEMAC); Centro de Memória do Oeste (CEOM/Unochapecó).

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; PIMENTEL, Carlos Eduardo. **Uma Aproximação Semântica aos Conceitos de Urbano, Rural e Cooperativa**. Universidade Federal da Paraíba, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a10v20n2>>. Acessado em: 02 jun. 2018.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Rio de Janeiro, janeiro de 1999. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf>. Acessado em: 09 jul 2018.

ALEXANDRE, Severino Ferreira. **Exposição a agrotóxicos e fertilizantes químicos: Agravos à saúde dos trabalhadores no agronegócio do abacaxi, em Limoeiro do Norte – CE**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15792/1/2009_dis_sfalexandre.pdf>. Acessado em: 03 Set. 2018.

AURORA. **Relatório de Sustentabilidade Anual Aurora**. 2009 – 2012.

BAHIA, Luiz D. **Determinantes do investimento das firmas industriais**. 2015.

BELANI, Eli Maria. **Município de Chapecó: legislação e evidências 1919 - 1931**. In: Cadernos de organização da memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM. Chapecó: Grifos, 1989.

BENETTI, Maria Domingues. **Elementos para a discussão das relações entre Estado e Cooperativismo**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 5(2):163-168, 1984. Disponível em: <<file:///C:/Users/U1023/Downloads/469-2076-1-PB.pdf>>. Acessado em: 31 mai. 2018.

BODANESE, Aury Luiz. **Grandes entrevistas**. Jornal de Santa Catarina, 28 de abril de 1997. A Notícia Especial: 75 anos a serviço de Santa Catarina.

BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. **Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense**. Geosul (UFSC), v. 23, p. 43-64, 2008.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. **Comunidades tradicionais da Floresta de**

Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória, 2011.

BRANDT, Marlon. **Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra.** História (São Paulo) v.34, n.1, p. 303-322, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2210/221039756016/>>. Acessado em: 17 jul. 2018.

CORAZZA, Gentil. **Traços da Formação Socioeconômica do Oeste Catarinense.** In: Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos. CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos (orgs). Florianópolis: Insular, 2016.

CERIZOLLI, Leomara. **Memorial Aury Luiz Bodanese,** 2018.

DENARDIN, Valdir F.; SULZBACH, Mayra T. **Os Possíveis Caminhos da Sustentabilidade para a Agropecuária da Região Oeste de Santa Catarina.** V Encontro Nacional da Sociedade de Economia Ecológica realizado na Universidade de Caxias do Sul – RS, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/752/75230605/>>. Acessado em: 26 abr. 2018.

DORFAN, Adriana. **Ensaio a partir da Natureza do Espaço.** Fundação Boiteux: Florianópolis, 2007.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne do Sul do Brasil.** Tese de Doutorado em Geografia – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128531/184772.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 02 jun. 2018.

FARIA. L.; COSTA, M. C. **Cooperação Científica Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford.** 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n1/a07v49n1>>. Acessado em: 06 jan. 2018.

FILHO, Alcides Goularti. **Formação Econômica de Santa Catarina.** 2007. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), 25p. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_alcides_goularti_filho_formacao-economica-de-santa-catarina.pdf>. Acessado em: 16 jul. 2018.

FLORES, Maria B. R.; SERPA, Élio C. **A Hermenêutica do Vazio: Fronteira, região e brasilidade na viagem do Governador ao Oeste de Santa Catarina.** História: São Paulo, 1999.

Folha d’Oeste, Chapecó. 1969-1974. Acervo: Centro de Memória do Oeste (CEOM/Unochapecó).

FONTANA, Attilio. **História da minha vida.** Petrópolis: Vozes, 1980, 278p.

FORNECK, Elisandra. PAIM, Alison A. **Reflexões sobre memórias cooperativistas.** Cadernos do CEOM - Ano 25, n. 36 - Documentos: da produção à historicidade. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1161/655>>. Acessado em: 13 jun. 2012.

FORNECK, Elisandra. **Formar um novo sujeito: educação técnica e cooperativa na Cooperalfa (1977-1996)**. Tese de Mestrado. Florianópolis, 2015.

FRAZZON, E. **Entrevista com Elói Frazzon** [jul. 2015]. Entrevistador: E. Forneck; A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito - CEMAC.

GIESE, Barbara. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: Demandas e canais de influência (1970-1985)**. Florianópolis: UFSC, 1991. (Dissertação de Mestrado).

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Pegorini & GOZER, Isabel Cristina. **Evolução do Crédito Rural no Brasil e o Papel das Cooperativas Agropecuárias no Financiamento dos Produtores Rurais**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Umuarama - PR – Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/855.pdf>>. Acessado em: 02 jun. 2018

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica Brasileira : 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997. 245 p. (Estudos históricos) ISBN 8527104199.

GOULATI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Campinas: UNICAMP, 2001. (Tese, Doutorado em Economia).

GRETZLER, Cristiane. **Chapecó (SC) para além de Pólo Regional, uma cidade média no Oeste Catarinense**. UFRS, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56277>>. Acessado em: 28 abr. 2018.

GUALBERTO, C. L.; CÁRIO, S. A. F.; DIAS, T. **Estado e planejamento: análise do Plano de Metas do Governo PLAMEG de Santa Catarina (1961-1970)**. In: V ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE APEC, 2011, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2011.

G1, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/cidade-berco-do-chapecoense-e-polo-agroindustrial-no-sul-do-pais.html>>. Acessado em: 25 mai. 2018.

HASS, Mônica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó: Argus, 2007

LANZMASTER, M. **Entrevista com Mário Lannaster** [21 ago. 2018]. Entrevistador: E. Forneck; A. Lubenow. Chapecó, 2018. Acervo Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito - CEMAC.

LIMA, Joseane de. **Análise dos discursos oficiais da invisibilização da população cabocla na microrregião de Chapecó**, 2014.

LIMA, Joseane de. **Análise dos discursos oficiais da invisibilização da população cabocla na microrregião de Chapecó**. 2014.

LIMA, Joseane de. **Formação de oligopólio e o uso corporativo do território pela Cooperativa Central Aurora Alimentos Ltda**. 2015. Monografia – Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1267/1/LIMA.pdf>>. Acessado em: 21 jun. 2018

LINDENMEYER, Pedro Marcon. **Colonização e devastação no planalto oeste catarinense**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2009.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do Atraso, Campos Modernos: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975)**. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.
MARCHIORI, Marilene Grando. **Entrevista com o Sr. Plínio Arlindo de Nês**. Realizada em: 21 de fevereiro de 1987, às 15:30 horas em sua residência Rua Florianópolis, n. 532, Chapecó – Santa Catarina. Disponível no CEOM.

MARTINE, G. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova, n.23, 1991. Disponível em:
<file:///C:/Users/U1023/Desktop/Modernizacao%20quem%20beneficia.pdf>. Acessado em: 02 jul. 2018.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina**. Nova Dimensão. Florianópolis, UFSC; 1973.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A Hegemonia do Agronegócio no Brasil: Uma Construção em Disputa**. Espaço Plural, Ano XII - Nº 24, 1º Semestre, USP, 2011. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/4459/445949508004/>>. Acessado em: 30 abr. 2018.

MORASCO, Fernanda. **O Cooperativismo de Crédito em Santa Catarina**. UFSC, 2007.

NEVES, José. Luis. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades**. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996.

OCTAVIANO, Carolina. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde**. ComCiência, 2010. Disponível em: <<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n120/a06n120.pdf>>. Acessado em: 09 jan. 2018.

O.J.C. **Entrevista com O.J.C** [18 set. 2018]. Entrevistador: E. Forneck; A. Lubenow. Chapecó, 2018. Acervo Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito - CEMAC.

OLINGER, G. **Entrevista com Glauco Olinger** [26 de ago. de 2014]. Entrevistador: E. Forneck. Florianópolis, 2014. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.

OLINGER, G. **Entrevista com Glauco Olinger** [07 de abr. de 2016]. Entrevistador: E. Forneck. Florianópolis, 2016. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.

PAIM, Elison Antonio. **Aspectos da Constituição Histórica da Região Oeste de Santa Catarina**. Revista de História, 2006. Disponível em:
<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/viewFile/11346/6460>>. Acessado em: 15 dez. 2018.

PEREIRA, Josei Fernandes. **Cooperativismo e Crédito na Região Colonial do RS: Convergências e Contradições**. Dissertação de Mestrado: Passo Fundo, 2012. Disponível em:<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/146/1/2012Josei_Fernandes_Pereira.pdf>. Acessado em: 05 set. 2018.

PERTILE, Noeli. **Espaço, técnica e tempo em Chapecó - SC**. In SCHEIBE, Luiz Fernando;

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: O processo de produção de carnes no oeste catarinense**. Tese de Doutorado: Florianópolis, 2008.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Um desejo de cidade, um desejo de modernidade (Chapecó, 1931-1945)**. Florianópolis: UFSC, 2008 (Dissertação de Mestrado).

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: História da Gente**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1997.

PIMENTA, Margareth de C. A. **A estrutura espacial da Microrregião Colonial do Rio do Peixe**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984. (Dissertação, Mestrado em Engenharia de Produção).

POLI, Odilon Luiz. **Camponeses no Oeste Catarinense**. Cadernos do CEOM, Ano 15 n° 14, Campus Chapecó, Dez de 2001.

PRATES, Arlene. **Estatual no Cooperativismo Agrícola: O caso da Cooperativa Regional Alfa (1957-1979)**. Florianópolis: UFSC, 1981.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1997. 172p.

RENK, Arlene. **A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros**. Cadernos do CEOM, Ano 19, n° 23, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/U1023/Downloads/2100-7203-1-PB%20(2).pdf>. Acessado em: 20 mai. 2018.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. **Identidade Comunitária**. Texto apresentado no III Seminário Temático em 2004. Unochapecó, 21/10/ 2004.

REVEL, Jacques. **Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado**. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03>. Acessado em: 26 mai. 2018.

REVISTA EXAME, 2018. Disponível em: < https://exame.abril.com.br/revista-exame/500-maiores-empresas/>. Acessado em: 25 mai. 2018.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=kmgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=Gilvando+S%C3%A1+Leit%C3%A

3o+Rios&ots=TU6OTIULkQ&sig=_nqRBRbQu6B2DRPMZ6kM_DvKftg#v=onepage&q&f=true>. Acessado em: 25 mai. 2018.

RUDNICK, Luciane Tischler; MATTEDI, Marcos Antonio. **Uma análise da política de descentralização administrativa em Santa Catarina, 2003 – 2009**. Revista NECAT - Ano 2, nº4 Jul-Dez, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/U1023/Downloads/2914-11872-2-PB.pdf >. Acessado em: 26 abr. 2018.

RURALTINS, 2018. Disponível em: < http://ruraltins.to.gov.br/agroindustria/>. Acessado em: 20 jan. 2018.

SADIA 50 ANOS: **Construindo uma história**. São Paulo: Prêmio, 1994, p. 44.

SANTANA, Cassio Henrique. **O papel estratégico do Estado no armazenamento de grãos no território brasileiro**. Campinas: SP, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/U1023/Downloads/SANTANACassianoHenrique_TCC_Geografia.pdf>. Acessado em: 28 mai. 2018.

ZANCHET, Setembrino Vitorino. **Manuscritos Biográficos**. Acervo do Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito - CEMAC. 1993 e 1994. 101p.

SCHEFFER, Sérgio R. **A criação da Secretaria dos Negócios do Oeste**. Unochapecó, 2015.

SCHMITZ, Sergio. **Planejamento Governamental: Uma Avaliação Empírica no Plano de Metas do Governo - PLAMEG (1961/1965)**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Catarina, 1982.

SILVA, Claiton Marcio da. **De Agricultor a Farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil**. Guarapuava, 2015.

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. **“O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969)**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338 - 374. maio/ago. 2017.

SILVA, Júlio César Lázaro da. **"Resumo Histórico-Econômico do Brasil: A Internacionalização da Economia e o Estado Empresário"; Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/resumo-historico-economico-brasil-internacionalizacao-economia.htm>. Acessado em: 05 mar. 2018.

SILVESTREIN, Alvirio. **Bodanese, a geração de um pioneiro**. Chapecó: Mércur, 1999.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais**. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/viewFile/1339/854>. Acessado em: 05 set. 2018.

VALENTINI, D. J. & RADIN, J. C. (2011), **“Camponeses no sertão catarinense”**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo

VENTURA, MM. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Rev. SOCERJ. 2007.

Disponível em:

<http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acessado em: 26 mai 2018.

VICENZI, Renilda. **Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense.**

In: Cadernos do CEOM, ano 19, n. 25, p. 301- 318, 2006.

VIEBRANTZ, Kerli Paula Melz. **A Extensão Rural: Ambiente, Agricultura e Associativismo.** Revista Grifos, n. 25, dezembro/2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/U1023/Downloads/660-2150-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/U1023/Downloads/660-2150-1-PB%20(1).pdf)>. Acessado em: 15 set. 2018.